

FILOSOFIA

Volume 1

SUMÁRIO

FRENTE A

		Vi o conteúdo	Fiz o resumo
3	Módulo 01: O que é o ser humano? A busca pelo conhecimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	Módulo 02: Os primórdios da filosofia grega	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	Módulo 03: A busca pela verdade: Sócrates e Platão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55	Módulo 04: A verdade está no mundo real e a busca pela felicidade: Aristóteles e o Helenismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
71	Módulo 05: O nascimento do cristianismo e o auge da Idade Média	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
87	Módulo 06: Escolástica: do auge à decadência da Idade Média e a formação do mundo moderno	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Este ícone  aparecerá sempre ao lado dos tópicos trabalhados no decorrer deste volume. A cada leitura, marque  conforme a legenda e acompanhe o progresso do seu aprendizado.

Legenda



Entendi



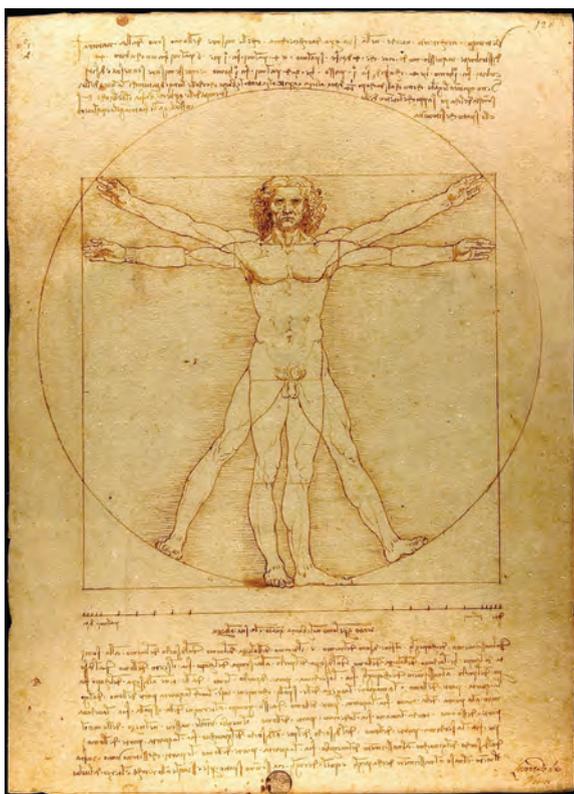
Preciso rever

O que é o ser humano? A busca pelo conhecimento

O SER HUMANO: UMA SÍNTESE ENTRE NATUREZA E CULTURA



O que é o ser humano?



Leonardo da Vinci / Domínio Público

Homem Vitruviano.

Para começar a compreender a Filosofia, precisamos antes conhecer aquele que a exercita, ou seja, o ser humano. Quando nos perguntamos “o que é o ser humano?”, começamos nossa investigação filosófica, que tem como fundamento o seguinte problema filosófico: o que há de especial no ser humano que lhe permite buscar respostas sobre a origem e o funcionamento do Universo e sobre a sua própria natureza?

Muitos pensadores, ao longo dos séculos, buscaram definir a natureza humana, diferenciando-a da dos demais animais. O filósofo espanhol Jaime Balmes foi um desses pensadores. A esse respeito, ele afirma:

Somente a inteligência examina a si mesma. A pedra cai sem tomar conhecimento de sua queda; [...] a flor nada sabe de sua encantadora beleza; o animal bruto segue seus instintos, sem perguntar a razão de tê-los, apenas o ser humano, na frágil organização que aparece um momento sobre a terra para desfazer-se em pó, abriga um espírito que depois de abarcar o mundo, anseia por compreender-se, recolhendo-se em si mesmo [...].

BALMES, J. *Filosofia fundamental*.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tamaulipas.gob.mx/archivos/descargas/31000000135.PDF>>.

Acesso em: 17 out. 2012 (Tradução nossa).

De acordo com a definição do filósofo, a marca distintiva entre os seres humanos e os demais animais é a capacidade que os humanos têm de pensar. No entanto, podemos questionar essa definição e nos perguntarmos se o que distingue a natureza humana é o pensamento.

O animal humano

Existem relatos de crianças que teriam crescido fora do convívio humano e que, portanto, não teriam passado pelo processo de adaptação necessário para desenvolver habilidades e características próprias de sua espécie. Um caso interessante é o das meninas-lobo, Amala e Kamala. Embora não possa ser considerado um relato verídico, esse caso ilustra a capacidade adaptativa do ser humano ao meio social. Diz-se que, em 1920, na Índia, foram encontradas duas crianças, Amala (1 ano e meio) e Kamala (8 anos), vivendo em meio a uma família de lobos. Segundo relatos, elas se comportavam como animais, caminhavam de quatro, apoiando-se sobre os joelhos e cotovelos, alimentavam-se de carne crua ou podre, não possuíam características humanas e nunca riam ou choravam. Após serem recolhidas por uma instituição, Amala viveu por mais um ano e Kamala, por mais nove. Nesse período, Kamala foi se humanizando lentamente, tendo aprendido a andar e a falar, embora com um vocabulário bem restrito.

Esse relato instiga a discussão sobre o que distingue o ser humano dos outros animais. Levando esse caso em consideração, é possível afirmar que o ser humano não nasce com características culturais e sociais, tipicamente humanas, mas as adquire devido ao processo de socialização decorrente de sua integração em uma cultura. De acordo com o relato, essas crianças, por terem sido privadas do contato humano desde o seu nascimento, não realizavam ações como chorar, sorrir e falar, e seu processo de humanização ocorreu apenas quando elas foram levadas para o convívio social, o que lhes permitiu desenvolver algumas características, afastando-se, assim, do mundo desumanizado no qual estavam inseridas.



Rômulo e Remo, segundo a mitologia romana, foram os fundadores de Roma e teriam sido amamentados por uma loba.

Liberdade e determinismo

Com exceção do ser humano, os demais animais vivem em harmonia com sua natureza, agindo de acordo com seus instintos, o que torna possível prever seu comportamento em diferentes situações. Por esse motivo, dizemos que os animais são seres determinados, uma vez que herdaram de sua espécie a programação biológica que dita as regras de comportamento, não sendo possível que um animal, por vontade ou raciocínio, “decida” não fazer algo ou possa agir de maneira diferente daquilo que já está predeterminado por sua natureza. Nesse sentido, é possível afirmar que os animais (a exceção do ser humano) não são livres.

Os animais não humanos já nascem com os aparatos naturais necessários para a sua sobrevivência e, portanto, com a possibilidade de adaptação ao meio em que vivem. Suas ferramentas naturais, como asas, pelagem, garras, dentes, além de tantas outras características, lhes permitem superar obstáculos e sobreviver a muitos desafios. Ainda que existam animais com um maior grau de “inteligência” – como os chimpanzés, os golfinhos, algumas raças de cães, entre outros –, tal raciocínio é incomparável ao raciocínio humano e à sua capacidade de conhecer e de comunicar-se por meio de uma linguagem simbólica.

O ser humano é o único animal que não possui nenhuma característica física especial que o capacite a lidar com os desafios das forças da natureza, sendo um dos animais mais frágeis e um dos únicos desprovidos de aparatos naturais que garantam sua sobrevivência. No entanto, devido à sua capacidade de pensar, o ser humano consegue criar mecanismos que lhe permitem superar as suas limitações físicas.

Na história evolucionária, relativamente curta, documentada pelos restos fósseis, o homem não aperfeiçoou seu equipamento hereditário por meio de modificações corporais perceptíveis em seu esqueleto. Não obstante, pôde ajustar-se a um número maior de ambientes do que qualquer outra criatura, multiplicar-se infinitamente mais depressa do que qualquer parente próximo entre os mamíferos superiores, e derrotar o urso polar, a lebre, o gavião, o tigre, em seus recursos especiais. Pelo controle do fogo e pela habilidade de fazer roupas e casas, o homem pode viver, e vive e viceja, desde o Círculo Ártico até o Equador. Nos trens e carros que constrói, pode superar a mais rápida lebre ou avestruz. Nos aviões, pode subir mais alto que a águia, e, com os telescópios, ver mais longe que o gavião. Com armas de fogo, pode derrubar animais que nem o tigre ousa atacar. Mas fogo, roupas, casas, trens, aviões, telescópios e revólveres não são, devemos repetir, parte do corpo do homem. Pode colocá-los de lado à sua vontade. Eles não são herdados no sentido biológico, mas o conhecimento necessário para sua produção e uso é parte do nosso legado social, resultado de uma tradição acumulada por muitas gerações e transmitida, não pelo sangue, mas por meio da fala e da escrita.

CHILDE, V. Gordon. *A evolução cultural do homem*.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966. p. 40-41. [Fragmento]

Enquanto os outros animais agem puramente por instinto, vivendo em um mundo fechado e sem liberdade, adaptando-se à natureza e cumprindo as determinações de sua herança biológica, o ser humano pode superar suas limitações naturais porque é capaz de adaptar a natureza às suas necessidades, o que constitui o traço característico da presença humana no planeta. Ao afirmar que “toda a nossa dignidade consiste, pois, no pensamento”, o filósofo Blaise Pascal estava dizendo que o pensamento é o que torna os seres humanos especiais, pois, por meio dele, o ser humano pode encontrar respostas para superar os constantes desafios de sua existência. Assim, entre todos os seres vivos, o ser humano é o único que pode escolher agir de uma forma ou de outra, ou seja, se autodeterminar, sendo capaz, por esse motivo, de produzir cultura e de transmiti-la aos seus descendentes por meio, principalmente, da linguagem simbólica.

O ser humano é livre ou determinado?

O conceito de liberdade, tomado no sentido antropológico, não se refere ao sentido usado no senso comum, de que a pessoa é livre para ir e vir, mas à possibilidade do sujeito de se autodeterminar, ultrapassando aquilo que lhe foi ditado por sua natureza. Por outro lado, de acordo com a perspectiva do determinismo, as ações humanas, tal como a dos outros animais, estão previamente determinadas por condicionamentos, sejam biológicos, sociais, psicológicos, políticos, entre outros, de modo que as ações podem ser antecipadas em uma relação de causalidade, não havendo, portanto, liberdade. Veremos como algumas posições filosóficas diferentes tratam dessa questão.

O pensador renascentista Pico della Mirandola é considerado um dos maiores representantes do humanismo renascentista devido à sua reflexão sobre a dignidade humana, a qual está expressa no texto *Discurso sobre a dignidade do homem* (1486). Nessa obra, Pico della Mirandola defende que o ser humano é um verdadeiro milagre, visto que, enquanto os outros seres nascem com uma essência predeterminada, sendo ontologicamente obrigados a cumprir aquilo que a sua natureza determinou, não por vontade própria, mas por uma vontade anterior a eles mesmos, o ser humano é, por sua vez, o único responsável por si mesmo, pois é o único que pode se construir. O ser humano foi colocado entre dois mundos, com uma natureza não determinada e capaz de, por sua inteligência, escolher ser o que quiser. Veja, no texto a seguir, como Mirandola expõe essa questão.



Ao contrário dos demais animais, que estão presos aos seus instintos, o ser humano tem a capacidade de se autodeterminar por meio de suas escolhas.

A ti, ó Adão, não te temos dado, nem um lugar determinado, nem um aspecto próprio, nem qualquer prerrogativa só tua, para que obtenhas e conserves o lugar, o aspecto e as prerrogativas que desejares, segundo tua vontade e teus motivos. A natureza limitada dos outros (seres) está contida dentro das leis por nós prescritas. Mas tu determinarás a tua sem estar constricto por nenhuma barreira, conforme teu arbítrio, a cujo poder eu te entreguei. Coloquei-te no meio do mundo para que, daí, tu percebestes tudo o que existe no mundo. Não te fiz celeste nem terreno, mortal nem imortal, para que, como livre e soberano artífice, tu mesmo te esculpisses e te plasmasses na forma que tivesses escolhido. Tu poderás degenerar nas coisas inferiores, que são brutas, e poderás, segundo o teu querer, regenerar-te nas coisas superiores, que são divinas.

[...]

Ó suprema liberalidade de Deus, ó suma e maravilhosa beatitude do homem! A ele foi dado possuir o que escolhesse; ser o que quisesse. Os animais, desde o nascer, já trazem em si, no 'ventre materno', o que irão possuir depois. [...] No homem, todavia, quando este estava por desabrochar, o Pai infundiu todo tipo de sementes, de tal sorte que tivesse toda e qualquer variedade de vida. As que cada um cultivasse, essas cresceriam e produziriam nele os seus frutos. [...]

MIRANDOLA, Pico della. *A dignidade humana*.

Tradução de Luiz Feracine. São Paulo: Escala. p. 39-42.

De acordo com a posição de Pico della Mirandola, apenas o ser humano é verdadeiramente livre, enquanto os outros animais, nas palavras do filósofo, "desde o nascer, já trazem em si, no 'ventre materno', o que irão possuir depois".

Assim, apesar de um pássaro aparentar ser livre para voar de um lado a outro, e o ser humano ser, muitas vezes, absorvido em suas tarefas e obrigações diárias, o pássaro não é livre porque ele age de acordo com uma determinação de sua natureza. Por mais que ele possa se locomover de um lado a outro, ele não o faz porque escolhe ou quer fazê-lo, mas tão somente porque obedece aos seus instintos, agindo de forma mecânica. O ser humano, por outro lado, tem a possibilidade de se autodeterminar, e, inclusive, de controlar seus instintos, não sendo escravo de sua natureza. Dessa forma, para Mirandola, o ser humano se constitui de características advindas da natureza e da cultura, sendo, portanto, uma síntese entre os dois polos, o que possibilita que ele transforme a natureza, mas também seja influenciado por ela, sem, no entanto, ser determinado. É criatura e criador do mundo em que vive.

A síntese humana

Refletindo sobre a natureza humana, o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau escreveu:

A terra abandonada à fertilidade natural e coberta por florestas imensas, que o machado jamais mutilou, oferece, a cada passo, provisões e abrigos aos animais de qualquer espécie. Os homens, dispersos em seu seio, observam, imitam sua indústria e, assim, elevam-se até os instintos dos animais, com a vantagem de que, se cada espécie não possui senão o seu próprio instinto, o homem, não tendo talvez nenhum que lhe pertença exclusivamente, apropria-se de todos, igualmente se nutre da maioria dos vários alimentos que os outros animais dividem entre si e, conseqüentemente, encontra sua subsistência mais facilmente do que qualquer deles poderá conseguir.

ROUSSEAU, Jean-Jacques.

Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.

Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 238. (Os Pensadores). [Fragmento]

Nesse trecho, Rousseau chama a atenção para a capacidade do ser humano de aprender, o que o difere dos demais animais. Aristóteles já dizia que o ser humano, por natureza, ama as sensações, porque é por meio delas que ele obtém o conhecimento. Assim, enquanto os outros animais guiam-se apenas pelos seus instintos, determinados previamente pelas características naturais de sua espécie, o ser humano pode observar os outros animais e, fazendo uso de sua inteligência, copiar aquilo que um animal fez por instinto para adequar-se ao ambiente no qual se encontra.

A capacidade humana de aprender amplia sua rede de possibilidades, pois o ser humano consegue ultrapassar seus aparatos naturais. Os outros animais não podem escolher fazer uma coisa ou outra, porque suas ações são determinadas pela herança biológica de sua espécie e, por isso, eles não são considerados livres. O ser humano, ao contrário, pode fazer uso de sua razão e escolher agir. Considerando essa característica humana, muitos filósofos aplicaram a ideia de liberdade à condição humana. Contudo, há no ser humano fatores biológicos ditados por sua espécie dos quais ele não pode se privar, tais como a necessidade de comer, dormir e beber água. Diante do fato de que o ser humano tem um aspecto determinado em sua natureza e, por outro lado, tem a possibilidade de escolher, diversas respostas foram fornecidas a esse problema filosófico: o ser humano é livre ou é determinado?

Alguns pensadores consideram que o ser humano tem, além de suas necessidades físicas, instintos que direcionam certas ações e que tendem a determinar alguns modos do ser humano viver e agir no mundo.

Como se sabe, a linguagem corrente usa a palavra “instinto” com muita frequência, falando sempre de ações “instintivas”, quando se tem diante de si um comportamento em que nem os motivos nem a finalidade são conscientes e que só foi ocasionado por uma necessidade obscura. Essa peculiaridade já fora acentuada por um escritor inglês mais antigo, Thomas Reid, que diz: [...] “Por instinto, entendo um impulso natural cego para certas ações, sem ter em vista um determinado fim, sem deliberação, e muito frequentemente sem percepção do que estamos fazendo”. [...] Se alguém topa de repente com uma serpente e é tomado de violento pavor, este impulso pode ser considerado instinto, pois nada o diferencia do medo instintivo que um macaco sente diante de uma cobra. São justamente essa similaridade do fenômeno e a regularidade de sua recorrência que constituem a propriedade mais característica do instinto, [...] [o] medo de uma cobra trata-se de um processo teleológico, que ocorre universalmente [...]. Assim, só se deveria considerar como instintos os processos inconscientes e herdados que se repetem uniformemente e com regularidade por toda parte. Ao mesmo tempo, eles devem possuir a marca da necessidade compulsiva, ou seja, um caráter reflexo [...]. No fundo, tal processo só se distingue de um reflexo meramente sensitivo-motor por sua natureza bastante complicada. [...]. As qualidades que os instintos têm em comum com os simples reflexos são a uniformidade, a regularidade, bem como a inconsciência de suas motivações.

JUNG, Carl Gustav. *A Natureza da Psique*. Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. Petrópolis: Vozes, 1984, capítulo VI, v. VIII/2. Obras Completas. (264-266)

Jung considera que o ser humano é constituído por uma natureza que determina alguns aspectos da vida humana, sobre os quais ele não tem o poder de controlar nem de deliberar, tais como temer um animal que pode colocar sua vida em risco. Contudo, há características humanas que não são determinadas instintivamente, mas são fruto de sua cultura, uma vez que o ser humano é frequentemente capaz de adaptar suas ações de acordo com valores e ideias que lhe foram transmitidos pela cultura. Outra característica que marca a diferença do ser humano em relação aos demais animais é a sua possibilidade de se projetar ao futuro, tomando como baliza o passado e as experiências do presente para fazer suas escolhas.

Vou contar-te um caso dramático. Já ouviste falar das térmitas, essas formigas brancas que, em África, constroem formigueiros impressionantes, com vários metros de altura e duros como pedra. Uma vez que o corpo das térmitas é mole, por não ter a couraça de quinina que protege os outros insetos, o formigueiro serve-lhes de carapaça coletiva contra certas formigas inimigas, mais bem armadas do que elas. Mas por vezes um dos formigueiros é derrubado, por causa duma cheia ou de um elefante (os elefantes, que havemos nós de fazer, gostam de coçar os flancos nas termiteiras). A seguir as térmitas-operário começam a trabalhar para reconstruir a fortaleza afetada, e fazem-no com toda a pressa. Entretanto, já as grandes formigas inimigas se lançam ao assalto. As térmitas-soldado saem em defesa da sua tribo e tentam deter as inimigas. Como nem no tamanho nem no armamento podem competir com elas, penduram-se nas assaltantes tentando travar o mais possível o seu avanço, enquanto ferozes mandíbulas invasoras as vão despedaçando. As operárias trabalham com toda a velocidade e esforçam-se por fechar de novo a termiteira derrubada... mas fecham-na deixando de fora as pobres e heroicas térmitas-soldado, que sacrificam as suas vidas pela segurança das restantes formigas. Não merecerão estas formigas pelo menos uma medalha? Não será justo dizer que são valentes?

Mudo agora de cenário, mas não de assunto. Na *Ilíada*, Homero conta a história de Heitor, o melhor guerreiro de Troia, que espera a pé firme, fora das muralhas da sua cidade, Aquiles, o enfurecido campeão dos Aqueus, embora sabendo que Aquiles é mais forte e que ele provavelmente vai matá-lo. Fá-lo para cumprir o seu dever, que consiste em defender a família e os concidadãos do terrível assaltante. Ninguém tem dúvidas: Heitor é um herói, um homem valente como deve ser. Mas será Heitor heroico e valente da mesma maneira que as térmitas-soldado, cuja gesta milhões de vezes repetida nenhum Homero se deu ao trabalho de contar? Não faz Heitor, afinal de contas, a mesma coisa que qualquer uma das térmitas anônimas? Por que nos parece o seu valor mais autêntico e mais difícil do que o dos insetos? Qual é a diferença entre um e outro caso?

SAVATER, Fernando. *Ética para um jovem*. Lisboa: Presença, 1995. p. 21-22. [Fragmento]

Nota-se, com os exemplos de Savater, que as formigas térmitas “salvam” as outras não por escolha, mas por instinto, enquanto o personagem de *Troia* fez uma deliberação para defender seus concidadãos de Aquiles. Heitor é considerado um herói devido ao fato de sua ação não ter sido, como no caso das formigas, instintiva, mas deliberada. Nesse sentido, Heitor poderia ter escolhido não defender seus companheiros para salvar sua própria vida.

Assim, o texto de Savater nos leva a pensar no fato de que o ser humano tem a possibilidade de escolher agir de um modo ou de outro, enquanto outros animais não podem fazer deliberações sobre aquilo que lhes foi ditado pela natureza.

A NECESSIDADE DE CONHECER



[...] a Filosofia não é a revelação feita ao ignorante por quem sabe tudo, mas o diálogo entre iguais que se fazem cúmplices em sua mútua submissão à força da razão e não à razão da força.

SAVATER, Fernando. *As perguntas da vida*. Tradução de Mônica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 2.

Dos deuses nenhum filosofa, nem deseja tornar-se sábio, pois o é; nem se algum outro é sábio, não filosofa. Nem, por sua vez, os ignorantes filosofam ou desejam tornar-se sábios. Pois é isto mesmo que é difícil com relação à ignorância: aquele que não é nem belo nem bom nem sábio considera sê-lo o suficiente. Aquele que não se considera ser desprovido de algo não deseja aquilo de que não acredita precisar.

PLATÃO. *Banquete*, 204 A, 1-7.

A busca pelo conhecimento

Sócrates disse, celebrenemente, que uma vida sem reflexão não merece ser vivida. Queria ele dizer que uma vida vivida sem ponderação nem princípio é uma vida tão vulnerável ao acaso e tão dependente das escolhas e ações de terceiros que pouco valor real tem para a pessoa que a vive. Queria ainda dizer que uma vida bem vivida é aquela que possui objetivos e integridade, que é escolhida e orientada pelo que a vive, tanto quanto é possível a um agente humano enredado nas teias da sociedade e da História.

Como a expressão sugere, a “vida com reflexão” é uma vida enriquecida pelo pensamento acerca das coisas relevantes: valores, objetivos, sociedade, as vicissitudes características da condição humana, aspirações tanto pessoais como públicas [...]. Não é necessário chegar a teorias apuradas sobre todos estes assuntos, mas é preciso conceder-lhes pelo menos um nadinha de reflexão [...]. Pensar sobre estes assuntos é como examinar um mapa antes de começar a viagem [...]. Uma pessoa que não pense na vida é como um forasteiro sem mapa numa terra estrangeira: para alguém assim, perdido e desorientado, um desvio no caminho é tão bom como qualquer outro e, se o rumo tomado conduzir a um local que vale a pena, terá sido meramente por acaso.

GRAYLING, A. C. *O significado das coisas*. Lisboa: Edições Gradiva, 2002. p. 11-12.

O ser humano, único ser que pensa de forma apurada e com avançado grau de abstração, tem uma necessidade intrínseca de procurar o conhecimento sobre todas as coisas, buscando, assim, respostas para as mais diversas perguntas.

Para tentar alcançar o conhecimento e responder aos questionamentos que surgem em sua vida, o ser humano dispõe de duas ferramentas básicas que lhe possibilitam conhecer o mundo e a si mesmo:

- 1 – **Razão:** por meio dela, a pessoa é capaz de produzir um conhecimento elaborado e fundamentado em argumentação sistemática, buscando o conhecimento verdadeiro sobre o mundo que a cerca a partir do encadeamento de ideias e de juízos e elaborando uma conclusão. Da razão, surgem os dois modos de conhecimento tradicionalmente conhecidos: a Filosofia e a Ciência.
- 2 – **Imaginação:** em geral, quando o ser humano não consegue explicar o real por meio da razão, ele usa a sua imaginação, de forma a tentar explicar, por meio de manifestações míticas, religiosas ou artísticas, as questões para as quais ainda não encontrou respostas. Por meio da arte, por exemplo, o ser humano busca compreender o mundo e a si mesmo, manifestando sua visão de mundo em sua própria criação.

O que é o conhecimento

Aristóteles já dizia que é próprio do ser humano buscar o conhecimento e, por isso, não há a possibilidade de o ser humano se contentar em não realizar essa busca, ignorando um problema e abdicando da tarefa de pensar. Surge, com isso, a pergunta sobre como o ser humano pode obter o conhecimento.

O filósofo italiano Nicola Abbagnano propôs uma definição de conhecimento em seu *Dicionário de Filosofia*:

- 1 – A primeira interpretação (de conhecimento) é a mais comum na Filosofia ocidental. Pode, por sua vez, ser dividida em duas fases diferentes:
 - A) na primeira, a identidade ou a semelhança com o objeto é entendida como identidade ou semelhança dos elementos do conhecimento com os elementos do objeto: p. ex., dos conceitos ou das representações com as coisas;
 - B) na segunda fase, a identidade ou a semelhança restringe-se à *ordem* dos respectivos elementos: nesse caso, a operação de conhecer não consiste em reproduzir o objeto, mas as relações constitutivas do próprio objeto, isto é, a ordem dos elementos.

Na primeira fase, o conhecimento é considerado *imagem ou retrato do objeto*; na segunda fase, tem como objeto a mesma relação que um mapa tem com a paisagem que representa.

ABBAGNANO, Nicola.

Dicionário de Filosofia. Tradução de Alfredo Bosi.

São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 175. [Fragmento]

De acordo com o filósofo italiano Nicola Abbagnano, o conhecimento é alcançado quando o indivíduo pode trazer para a sua mente a representação exata daquilo que está fora dele, ou seja, do objeto que está sendo investigado. Para que exista o conhecimento, é necessário, portanto, que haja uma relação entre **sujeito cognoscente** (sujeito que conhece) e **objeto cognoscível** (objeto a ser conhecido).

Como é possível alcançar o conhecimento

Conhecimento intuitivo e conhecimento demonstrativo

O **conhecimento intuitivo** é obtido independentemente dos conceitos previamente estabelecidos. Esse tipo de conhecimento é imediato, ou seja, não depende de algo além do próprio sujeito para que aconteça. O conhecimento intuitivo pode ser

- **empírico:** quando a pessoa se baseia em seus cinco sentidos (tato, olfato, visão, paladar e audição) para elaborar um conhecimento sobre aquilo que percebe.
- **intelectual:** quando a pessoa busca compreender determinado fato, evento ou objeto no mundo. Não é possível, entretanto, compreender o encadeamento de ideias que levou a tal pensamento, já que se chegou a ele de forma imediata. Não se pode provar ou justificar o pensamento.

O **conhecimento demonstrativo** é chamado também de discursivo. Esse tipo de conhecimento se baseia em um encadeamento de ideias, juízos ou conceitos gerando uma conclusão a partir da organização do pensamento. Para que tal conhecimento seja possível, faz-se necessária a linguagem, ao contrário do conhecimento intuitivo, no qual a pessoa experimenta fatos, eventos e objetos por meio dos sentidos, formando, em sua mente, a ideia sobre aquilo que foi experimentado.

Realismo e idealismo

- **Realismo:** segundo o realismo, o conhecimento ocorre quando, na relação entre sujeito cognoscente e objeto conhecido, o sujeito consegue apreender, pelos sentidos, a realidade do objeto em sua mente. Assim, o objeto ou ser pode ser apreendido pela pessoa quando esta “traz” à sua mente características sensitivas próprias captadas por um dos cinco sentidos, havendo uma predominância do objeto em relação ao sujeito cognoscente, uma vez que o objeto tem uma realidade em si, independente das particularidades do sujeito que o observa ou reflete sobre ele. Dessa forma, o conhecimento acontece quando a realidade do objeto é impressa, tal como a imagem de um carimbo, na mente humana.
- **Idealismo:** na concepção idealista, diferentemente da realista, há uma predominância do sujeito em relação ao objeto no processo de formação do conhecimento, acreditando-se que o conhecimento do objeto é determinado pelo sujeito cognoscente. Nesse sentido, apesar de admitir que o mundo exterior tem uma existência independente do sujeito, todo conhecimento que se possa ter sobre o mundo depende da consciência subjetiva. Dessa forma, não se compreende que certas características estejam no mundo, mas, sim, que elas são formuladas pela consciência do sujeito em sua relação com o mundo.

Tipos de conhecimento

Para buscar conhecer o mundo e a si mesmo, o ser humano possui duas ferramentas naturais: a razão e a imaginação. A partir dessas ferramentas, originam-se diferentes tipos de conhecimento, como o mítico ou religioso, o artístico, o filosófico, o científico e o do senso comum. Embora distintos, todos eles buscam compreender e desvendar, cada um à sua maneira, o que é o mundo e o ser humano. Nesse sentido, não devemos nos questionar sobre qual desses conhecimentos é o mais "verdadeiro", uma vez que consistem em formas distintas de conhecer o mundo e o ser humano e, por isso, não podem ser hierarquizados.

Mito ou religião: o conhecimento mítico ou religioso sustenta-se na fé e na confiança daqueles que o recebem e, por ser produzido pela imaginação, suas verdades não podem ser provadas nem defendidas argumentativamente. Em geral, diante de um fato inexplicável ou mesmo de uma manifestação característica do ser humano – como um roubo de raiva e ira –, o mito busca uma explicação mágica e sobrenatural para a causa do acontecimento, a qual não precisa ser, necessariamente, justificada ou provada de forma racional. A maioria das explicações míticas refere-se a deuses, forças cósmicas, predestinação e outros princípios que determinam a natureza e a vida do ser humano.

Arte: as manifestações artísticas constituem uma forma de conhecimento na qual a interpretação do mundo se dá pela sensibilidade do artista. Ao olhar o mundo, considerando o contexto histórico e social e os mais variados acontecimentos, o artista transpõe para sua obra o seu modo particular de sentir e de interpretar o que se passa dentro e fora de si mesmo. A arte, muitas vezes, pode ser utilizada como crítica social ou como representação dos sentimentos humanos, ao retratar, por exemplo, a tristeza e o desespero durante uma guerra.

Filosofia: o conhecimento filosófico prioriza a racionalidade, a fundamentação teórica e a crítica de ideias por meio de uma investigação sistemática e racional, buscando compreender, de modo profundo e totalizante, o mundo e o ser humano.

A Filosofia investiga, inclusive, o próprio processo de conhecimento, corrente de pensamento denominada Epistemologia. Além disso, o saber filosófico busca, por meio de uma investigação rigorosa, a origem dos problemas, relacionando-os à vida humana em seus inúmeros aspectos.

Ciência: buscando compreender o mundo por meio de relações de causa e efeito e fazendo uso de um método empírico de pesquisa, a Ciência empenha-se na construção de um conhecimento objetivo, no qual haja pouca ou nenhuma interferência de aspectos subjetivos do pesquisador nas respostas obtidas. A Ciência caracteriza-se, ainda, por ter um objeto de estudo determinado, o qual busca explicar de maneira específica. A Física, por exemplo, estuda o movimento dos corpos, sem se preocupar com suas características qualitativas, mas somente com as quantitativas. Em geral, o conhecimento científico propicia, entre outras coisas, a criação de novas tecnologias.

Senso comum: ocupando um lugar intermediário entre o campo da imaginação e o da razão, o conhecimento obtido por meio do senso comum pode ser verdadeiro – como exemplo, alguns conhecimentos sobre o funcionamento da natureza –, porém não possui fundamentação teórico-racional. O conhecimento do senso comum caracteriza-se, principalmente, pela aceitação passiva e acrítica de afirmações, sem se comprometer com a investigação das suas causas e fundamentos. É espontâneo, adquirido pela tradição ou transmitido pelos grupos sociais de cada cultura. Por um lado, tem o aspecto positivo de tornar a vida prática mais fácil, e, por outro, apresenta um caráter negativo, pois faz com que muitas pessoas aceitem as informações passivamente, tornando-se massa de manobra nas mãos de grupos ou pessoas mal-intencionadas. Um exemplo disso é a reeleição de políticos corruptos, que conseguem retornar ao poder devido à falta de criticidade de determinadas pessoas.



Na busca de compreensão do mundo, o ser humano encontrou várias formas de explicar o mesmo evento.

É possível conhecer a verdade?

Uma das principais questões filosóficas é saber se o ser humano é capaz de conhecer a verdade, se é possível alcançar o conhecimento da realidade própria do ser. Primeiramente, deve-se ressaltar que, por verdade, entende-se aquilo que corresponde à realidade do ser.

Ao longo da história da Filosofia, muitos pensadores buscaram encontrar o princípio fundamental (conhecido também como essência, substância ou realidade primeira) do ser, e esse problema filosófico, ainda hoje, é considerado por muitos teóricos como um dos mais importantes da Filosofia. Para buscar responder às perguntas sobre a possibilidade de conhecimento, muitas teorias foram formuladas ao longo da história, destacando-se, dentre elas, por seu grau de generalidade, o ceticismo e o dogmatismo.

- 1 – **Ceticismo:** tomando o ceticismo sob uma abordagem mais geral, de acordo com essa corrente filosófica fundada pelo grego Pirro (365-275 a.C.), não é possível conhecer nada com segurança, sendo que tudo aquilo que a pessoa considera ser a verdade não passa de uma ilusão, pois se fundamenta em impressões subjetivas. A atitude do cético deve ser de dúvida, de investigação de posições contrárias e da conseqüente suspensão dos juízos, uma vez que alcançar o conhecimento verdadeiro é impossível e não cabe ao ser humano se dedicar a essa busca. Em linhas gerais, cético é aquele que, ao contrapor duas afirmações opostas e constatar que ambas são plausíveis, não reconhece nenhuma delas como verdadeira, suspendendo o seu juízo acerca de tais afirmações.
- 2 – **Dogmatismo:** a corrente dogmática, ao contrário da cética, defende ser possível encontrar a verdade sobre os seres e as coisas. O dogmático acredita ser capaz de conhecer o mundo já que, para isso, basta uma atividade perceptiva. De acordo com o dogmatismo crítico, o ser humano pode conhecer os seres e as coisas em sua realidade por meio do esforço racional e empírico, seguindo os caminhos precisos do método científico, que o leva ao conhecimento da realidade. No entanto, muitas vezes, a posição dogmática é própria do senso comum, que não percebe os problemas existentes entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. Ainda, é possível verificar algumas versões de dogmatismo que podem ser identificadas com o fanatismo, seja na modalidade religiosa, seja na política, ou mesmo em outras.

Os caminhos para o conhecimento: Epistemologia ou Teoria do conhecimento

Outro problema importante da Filosofia (para alguns estudiosos, o seu problema fundamental) é determinar qual é o caminho correto que leva o ser humano ao conhecimento de si e do mundo. Esse conhecimento é construído ou acessado pela pessoa e, para chegar a ele, é necessário percorrer um caminho, ou seja, seguir um método. Ainda assim, os filósofos discordam quanto ao melhor método para garantir que o sujeito conhecedor alcance a verdade sobre o objeto conhecido. Acerca desse problema, surgiram, ao longo da História da Filosofia, várias tradições de pensamento, dentre as quais destacamos três: racionalismo, empirismo e criticismo.



William Blakes / Domínio Público

Discussão noite adentro. A discussão é a "matéria-prima" fundamental para se fazer Filosofia.

- 1 – **Racionalismo:** o racionalismo é uma doutrina filosófica que defende que o conhecimento somente pode ser adquirido por meio da razão (pensamento humano). O processo do conhecimento, segundo essa doutrina, não ocorre, assim, por meio da experiência dos sentidos, fonte de enganos, uma vez que duas pessoas podem perceber a mesma realidade de formas distintas. Apenas a razão, a partir de um método sistematizado, permite ao ser humano alcançar verdades universalmente aceitas. De acordo com o método racionalista, o filósofo deveria seguir passos bem definidos por meio de princípios lógicos inatos e que fundamentariam as verdades. Como exemplo, podemos citar o princípio da não contradição, segundo o qual nenhuma proposição pode ser falsa e verdadeira ao mesmo tempo.
- 2 – **Empirismo:** de acordo com a posição empirista, o conhecimento verdadeiro só pode ser adquirido por meio das experiências. As impressões da realidade obtidas pelos sentidos são enviadas à mente, onde o pensamento as organiza, originando as ideias (cópias das impressões e experiências que as pessoas obtêm do mundo sensível). Embora a razão atue na formação do conhecimento (as ideias), há um predomínio da experiência para sua formulação. Assim, o sujeito cognoscente apreende a realidade do objeto, alcançando a sua verdade a partir de seus cinco sentidos. De acordo com o empirismo, a mente humana é uma tábula rasa, uma folha em branco em que não existe nenhuma ideia inata, sendo as ideias "escritas" nessa folha à medida que a pessoa experimenta o mundo e os objetos.
- 3 – **Criticismo kantiano:** o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) realizou uma importante revolução em relação às teorias formuladas até então sobre a possibilidade do conhecimento. Para ele, o conhecimento começa com a experiência e termina com a razão, uma completando a outra e ambas construindo juntas as ideias sobre o mundo. A experiência recolhe dos objetos seus dados sensíveis e, então, a razão trabalha com esses dados, levando à construção das ideias, produzindo, com isso, o conhecimento. Com Kant, pela primeira vez na história da Filosofia, considerou-se que experiência e razão trabalham juntas para que as ideias sejam formadas, em uma posição que seria a superação da dicotomia racionalismo-empirismo.

O QUE É FILOSOFIA?

Ao longo de sua história, a Filosofia ganhou diversos significados. A palavra “filosofia” originou-se do termo grego *philosophia*, que significa amor à sabedoria, amizade pelo saber (*philos*: amor, amizade; *sophia*: sabedoria). De acordo com esse significado, filósofo é aquele que ama o saber e o busca constantemente. Muitos teóricos concordam com o fato de que o grego Pitágoras de Samos (século V a. C.) foi o primeiro a utilizar o termo “filósofos” para se referir a si e àqueles que, dentre a multidão que assistia aos jogos olímpicos, dedicavam-se a observar tudo e todos, buscando conhecer as pessoas, os fatos e tudo que fizesse parte da vida humana. Partindo dessa constatação, é possível compreender a expressão pitagórica que resume a essência da Filosofia e do ato de filosofar: “[...] a sabedoria pertence aos deuses, mas os homens podem desejá-la, tornando-se filósofos”. De acordo com essa concepção, a Filosofia não é um conhecimento acabado transmitido por meio de lições e exposições exatas e matematicamente formatadas, mas um modo próprio de se posicionar frente à realidade, levando a pessoa ao questionamento constante das ideias, dos valores, dos acontecimentos, e de tudo o que constitui a vida humana.

Para entender no que consiste o pensamento filosófico, podemos partir de uma análise comparativa entre o que é e o que não é Filosofia.

O que diz o termo Filosofia

1. Modo de viver ou sabedoria de vida: entendido dessa forma, o termo filosofia tem um caráter pessoal, sendo a maneira como uma pessoa vê o mundo e se porta diante dele. Ao afirmar “esta é a minha filosofia de vida”, a pessoa está dizendo que é desta ou daquela maneira que ela encara a vida e dá significado às ideias, aos fatos e a si própria.

2. Pensamento ou origem das ideias: o termo filosofia é tido, nesse caso, como o mero ato de pensar. Ao afirmar “estou filosofando”, a pessoa quer dizer que está apenas pensando sobre algo. Essa concepção é muito utilizada pelo senso comum e leva à banalização do pensamento filosófico, pois apresenta a Filosofia como um pensamento não sistemático, um “viajar” desconectado da realidade e do mundo. Segundo essa concepção, a Filosofia seria um pensamento que “sai de nenhum lugar e leva a lugar nenhum”, contrariando o percurso que é próprio à Filosofia.

3. Busca da verdade e fundamentação teórica sobre o ser humano e o mundo: o termo filosofia, visto aqui como um conceito mais próximo à sua concepção originária, é um modo de pensar o mundo, buscando, por meio da análise, do questionamento e da reflexão, a verdade sobre o ser humano, a sociedade e o pensamento, ou seja, tudo o que pode ser pensado e que diz respeito à vida humana e à sua cultura. Nesse sentido, a Filosofia ocupa um lugar privilegiado no conhecimento humano, já que, desde o seu nascimento até os nossos dias, consiste em uma atitude diante do mundo, na busca de compreendê-lo racionalmente. A Filosofia é, nessa concepção, a busca incessante pelo conhecimento verdadeiro, que, embora frequentemente transitório, deve ser constantemente buscado e ressignificado.

O que não é Filosofia

1. Ciência: embora, em seu nascimento com os filósofos pré-socráticos, a Filosofia fosse considerada uma ciência, já com Sócrates a Filosofia seguiu por caminhos distintos do das ciências, uma vez que as ciências têm seus objetos de estudo determinados, enquanto a Filosofia não. Como exemplo, os objetos de estudo da Física são os movimentos dos corpos, no Direito são as leis e o seu papel social. A Filosofia, por outro lado, está em busca da verdade e, nesse sentido, o pensamento filosófico perpassa todos os objetos de estudo das ciências, servindo como fonte questionadora e crítica para elas. Por essa razão, compreende-se por que a Filosofia era conhecida na Antiguidade Grega como “a ciência das ciências”.

2. Religião: embora a Filosofia seja uma forma de questionamento sobre as explicações religiosas e suas origens, levando a pessoa a olhar criticamente para as diversas formas de manifestação religiosa, o pensamento filosófico baseia-se principalmente na razão, enquanto a religião baseia-se na fé. Logo, não é correto associar a Filosofia à religião, pois, embora ambas sejam formas legítimas de tentar explicar o ser humano e o mundo, seus fundamentos são distintos.

3. Pensamento vazio: a Filosofia não trabalha com um pensamento sem objetivos e sem critérios. Pelo contrário, o pensamento filosófico é sistemático, possui começo, meio e fim e busca fundamentar a realidade de forma racional e compreensível, utilizando-se, para isso, de argumentos que defendam suas conclusões que sejam inteligíveis a todos.

A Filosofia é um pensamento

radical, pois busca as raízes do processo, em um conhecimento profundo, rejeitando o conhecimento superficial.

rigoroso, uma vez que busca formular um encadeamento de ideias que levam a conclusões coerentes, rejeitando contradições e ambiguidades.

de conjunto, pois busca um conhecimento que não fragmenta o real, proporcionando uma visão total da realidade em suas explicações e teorias.

Desse modo, a Filosofia não se confunde com nenhuma outra forma de ser e de compreender a realidade e o ser humano. Ao contrário, ao questionar o que é o ser humano e a própria realidade, a Filosofia vai além de todas as formas de conhecimento.

A atitude filosófica: questionar sempre

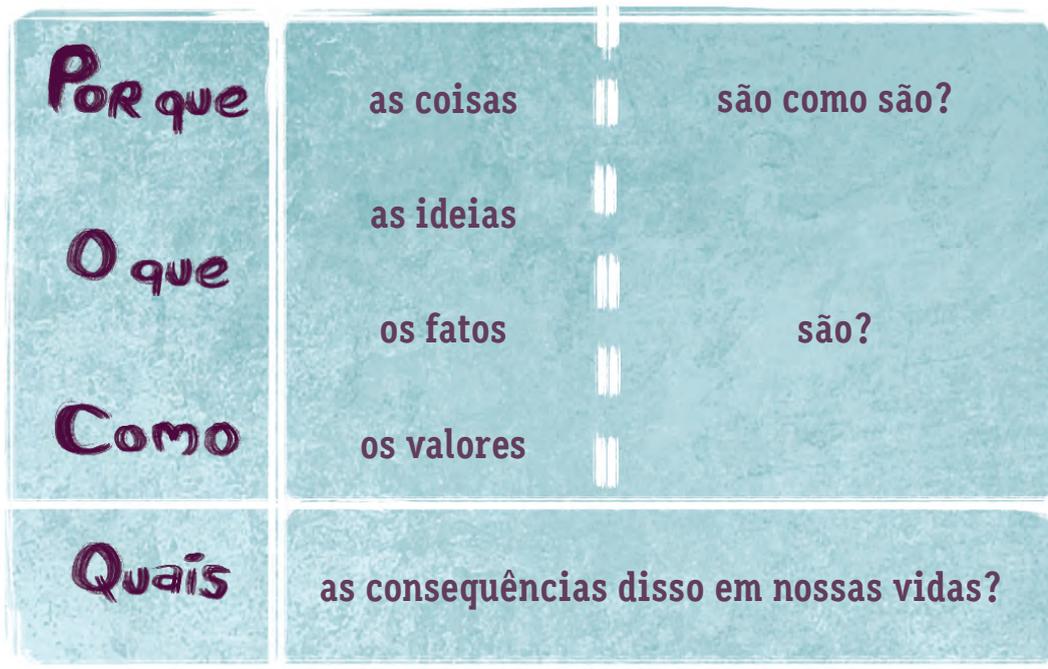
Ao longo de sua vida, o ser humano recebe diversas informações por meio de diferentes fontes. A família, a escola, os meios de comunicação, os vizinhos e todos aqueles que participam do crescimento e do desenvolvimento de uma criança contribuem, cada um a seu modo, para a formação de valores, ideias, preconceitos e tudo aquilo que faz parte de sua formação individual, moral e social. Esse processo, que é natural e acontece com todas as pessoas, é chamado de educação.

Em determinado momento da existência humana, é necessário que tais ideias e valores, até então recebidos passivamente pela pessoa (do exterior para o seu interior) se individualizem. Nesse momento, a pessoa, já amadurecida intelectual e moralmente, deve encontrar um sentido próprio para o que ela apreendeu, até então, de forma acrítica. Esse processo de crítica e de busca do sentido dos valores, ideias e preconceitos, é chamado de **atitude filosófica**, e é ele que leva a pessoa a questionar tudo aquilo que considerava natural.

Muitas vezes, por acreditar que as coisas são exatamente como aprendeu, a pessoa não as questiona, assumindo, assim, uma postura passiva diante do conhecimento. Por exemplo, uma pessoa acredita que a Terra gira em torno do Sol, pois foi assim que lhe ensinaram na escola. Porém, nem sempre esse conhecimento foi tido como verdadeiro. Durante cerca de 1 000 anos, as pessoas acreditaram que era o Sol que girava em torno da Terra, e essa crença só veio abaixo após as descobertas científicas do astrônomo e sacerdote católico Nicolau Copérnico (1473-1543), que afirmou que a Terra não era o centro do Universo. Essa mudança de pensamento só foi possível porque uma pessoa questionou as crenças e verdades tidas até então como únicas e com as quais os sujeitos haviam se acostumado. É nesse questionamento das crenças estabelecidas que se encontra a atitude filosófica, que consiste em refletir sobre tudo em todas as circunstâncias, buscando a fundamentação teórica dos fatos, das ideias e dos valores, procurando, principalmente, o entendimento correto e o conhecimento verdadeiro sobre as coisas e os fatos.

Embora a atitude filosófica devesse assumir um papel fundamental na vida das pessoas, isso nem sempre ocorre, já que muitas não têm disposição para questionar e buscar a verdade, o que consiste, afinal, em uma tarefa difícil, inquietante e que desafia aquilo que é tido como "normal". Devido a essa dificuldade, a maioria das pessoas se acostuma com aquilo que todos pensam, adotando, assim, o chamado **senso comum**, caracterizado como um conhecimento superficial, acrítico, aceito passivamente, baseado em superstições ou em crenças, sem se preocupar com a verdade ou uma fundamentação teórica das afirmações.

O desafio da Filosofia é, portanto, desenvolver a atitude filosófica a partir dos seguintes questionamentos:



Embora, em um primeiro momento, pareça difícil adotar uma atitude filosófica, ela pode ser praticada por todas as pessoas, bastando, para isso, passar por dois momentos que culminarão em uma conclusão filosófica:

1º – **Negação:** nesse primeiro momento, o sujeito nega a ideia, valor ou preconceito, afastando-se dele.



“Essa ideia não é minha, pois não fui eu quem a pensou. Eu simplesmente a recebi e aceitei de forma passiva e acrítica.”

2º – **Questionamento:** nesse segundo momento, o indivíduo se questiona, critica e investiga essa ideia, buscando sua fundamentação teórica e lógica.



“O que, como e por que essa ideia, valor, preconceito é como é?”

Resultado do processo filosófico: consequência dos dois momentos anteriores, o resultado é obtido quando a pessoa alcança a conclusão, que pode confirmar ou negar a ideia, valor ou preconceito original, devendo proporcionar um sentido individual e lógico para aquela ideia.



O filósofo em meditação.

Rembrandt / Domínio Público

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UFPA) Para a voz corrente é muito simples: ser livre é poder fazer tudo o que se quer, como se quer, quando se quer [...] Infelizmente, não existe [...] sociedade humana que permita fazer tudo o que se quer. Existem sempre motivos ('razões') ou causas [...] que 'determinam' a nossa ação [...]. Refletindo sobre a liberdade, Rousseau chegou à seguinte conclusão: "A obediência à lei que se estatuiu a si mesmo é liberdade".

Ou seja, a liberdade consistiria não em recusar obedecer, negar os constrangimentos e rejeitar as determinações, mas sim em assumi-las plenamente, tentando refletir antes de agir, ajuizar o mais lúcida e racionalmente possível, para não cair em excessos de toda a ordem.

HUISMAN, Denis. *A Filosofia para principiantes*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983. p. 64-68 (Adaptação).

Tendo como referência o texto, é correto afirmar que, para Huisman, a liberdade consiste em

- A) aceitar todo tipo de determinação.
- B) agir unicamente em conformidade com seus próprios desejos.
- C) agir sem nenhum impedimento do outro.
- D) agir de acordo com as leis que nos são impostas pela sociedade, aceitando-as por medo de punição.
- E) agir levando em consideração as determinações, mas assumindo-as de forma consciente e refletida.

02. (UEG-GO) O filósofo francês Alain Badiou considera que existem algumas condições que alimentam o desejo de filosofar do homem – a revolta, a lógica, a universalidade e a aposta no acaso, no caos. Entretanto, o autor considera que a sociedade insistentemente mata o desejo de filosofar em favor de uma existência administrada, segura e sem grandes imprevistos. A partir dessas considerações, verifica-se que

- A) nossa sociedade prefere agarrar-se ao já dado, ao conhecimento pronto, à estabilidade política e ao planejamento de tudo, daí ser impossível fazer uma aposta na filosofia que propõe novas experiências e rupturas com o já feito.
- B) nossa época reprime a revolta, a universalidade e a aposta no acaso, nesse sentido a morte do desejo de filosofar acontece mais em função da própria filosofia e seu apego à organização e à planificação de tudo.
- C) a morte do desejo de filosofar em nossa época deve-se a um apego dos homens à revolta, ao questionamento das ideias e valores herdados, enquanto a filosofia busca respostas, segurança.
- D) a filosofia está cada vez mais presente em nossa sociedade, pois estamos em uma época que fomenta a revolta, a universalidade e a aposta no imprevisível, no acaso, no caos.

03. (UEMA) O que responde à pergunta "o que é a Filosofia?" são fundamentos teóricos e críticos dos conhecimentos e das práticas. O sentido objetivo do conceito de Filosofia é

- A) reflexão sobre a práxis científica e religiosa em sociedade.
- B) perspectiva crítica exclusiva das ações humanas empíricas.
- C) atividade interpretativa dos paradigmas ideológicos vigentes.
- D) análise crítica das orientações ideológicas e da práxis dos homens.
- E) racionalização da presença de ideais antropológicos nas academias e nas sociedades.

- 04.** (Uncisal) No mundo em que vivemos, onde nos defrontamos com o “corre-corre”, a concorrência e a ambição, necessitamos desenvolver cada vez mais a capacidade de argumentar, de discutir, de interpretar e de nos posicionarmos para termos condições de conviver com essas situações, fazendo presente nas nossas vidas o sentido ético e o respeito para com as pessoas e o meio. Com isso, seremos capazes de nos desenvolvermos como indivíduos mais equilibrados, mais felizes e mais satisfeitos, criando um clima de solidariedade maior, de amizade e respeito pelo outro.

Disponível em: <<http://www.nuep.org.br/jor001.php?jor=122>>.

Comparando os vários tipos de conhecimento, qual a opção correta?

- A) A atitude questionadora é o fundamento de toda prática filosófica, sendo a defesa dos dogmas uma atitude característica do conhecimento científico.
- B) Assim como na religião, o ceticismo marca o pensamento mítico e filosófico.
- C) Devido ao seu excessivo subjetivismo, o senso comum não se apresenta como uma explicação da realidade, como um tipo de conhecimento.
- D) As artes e os saberes que elas possibilitam valorizam os sentimentos, a emoção e a intuição racionsentimental humana. O saber das artes busca o belo. Nesse sentido, o saber das artes valoriza as experiências estéticas do humano, proporcionando-lhe o refinamento do espírito ao oferecer-lhe a relação com senso do gosto, do belo e do grotesco.
- E) O conhecimento técnico invalida as experiências sensíveis, o conhecimento empírico, a razão instrumental.

- 05.** (Unicamp-SP) A dúvida é uma atitude que contribui para o surgimento do pensamento filosófico moderno. Neste comportamento, a verdade é atingida através da supressão provisória de todo conhecimento, que passa a ser considerado como mera opinião. A dúvida metódica aguça o espírito crítico próprio da Filosofia.

BORNHEIM, Gerd A. *Introdução ao filosofar*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. p. 11.

A partir do texto, é correto afirmar que:

- A) A Filosofia estabelece que opinião, conhecimento e verdade são conceitos equivalentes.
- B) A dúvida é necessária para o pensamento filosófico, por ser espontânea e dispensar o rigor metodológico.
- C) O espírito crítico é uma característica da Filosofia e surge quando opiniões e verdades são coincidentes.
- D) A dúvida, o questionamento rigoroso e o espírito crítico são fundamentos do pensamento filosófico moderno.

- 06.** (Unicamp-SP) A sabedoria de Sócrates, filósofo ateniense que viveu no século V a. C., encontra o seu ponto de partida na afirmação “sei que nada sei”, registrada na obra *Apologia de Sócrates*. A frase foi uma resposta aos que afirmavam que ele era o mais sábio dos homens. Após interrogar artesãos, políticos e poetas, Sócrates chegou à conclusão de que ele se diferenciava dos demais por reconhecer a sua própria ignorância.

O “sei que nada sei” é um ponto de partida para a Filosofia, pois

- A) aquele que se reconhece como ignorante torna-se mais sábio por querer adquirir conhecimentos.
- B) é um exercício de humildade diante da cultura dos sábios do passado, uma vez que a função da Filosofia era reproduzir os ensinamentos dos filósofos gregos.
- C) a dúvida é uma condição para o aprendizado e a Filosofia é o saber que estabelece verdades dogmáticas a partir de métodos rigorosos.
- D) é uma forma de declarar ignorância e permanecer distante dos problemas concretos, preocupando-se apenas com causas abstratas.

- 07.** (Unicentro-PR) Assinale a alternativa correta. A Filosofia tem como principal característica a

- A) tendência a oferecer respostas reticentes para os problemas, isto é, colocado um problema, sua solução nunca é conclusiva, sendo sempre submetida à discussão, nunca sendo aceita como uma verdade absoluta.
- B) tendência à racionalidade, isto é, a razão e somente a razão, com seus princípios e regras, é o critério da explicação de alguma coisa.
- C) exigência de que o pensamento seja sempre dialético, isto é, o filósofo é aquele que justifica suas ideias provando que segue uma lei universal do pensamento: que a contradição não indica erro ou falsidade, mas sim devir e transformação.
- D) recusa de explicações imanentes do problema em questão e, portanto, exigência de que, para cada problema, seja buscada uma explicação preestabelecida, já que o pensamento filosófico é um fato histórico enraizado no passado.
- E) tendência à particularização, isto é, mostrar que uma explicação não tem validade irrestrita, pode tão somente ser aplicada ao problema em sua especificidade, pois o pensamento não opera por semelhanças e identidades.

- 08.** (Unioeste-PR) Se compreendermos a Filosofia em um sentido amplo - como concepção da vida e do mundo -, poderemos dizer que sempre houve Filosofia. De fato, ela responde a uma exigência da própria natureza humana; o homem, imerso no mistério do real, vive a necessidade de encontrar uma razão de ser para o mundo que o cerca e para o enigma da existência.

[...] Mas se compreendermos a Filosofia em um sentido próprio, isto é, como o resultado de uma atividade da razão humana que se defronta com a totalidade do real, torna-se impossível pretender que a Filosofia tenha estado presente em todo e qualquer tipo de cultura. [...] [Nesse caso,] a Filosofia teve seu início nas colônias da Grécia, nos séculos VI e V a.C.

BORNHEIM, Gerd.

Considerando o texto anterior e o início da Filosofia na Grécia, é incorreto afirmar que

- A) a busca pelo significado da existência e do mundo não é algo exclusivo dos gregos antigos.
- B) só há um modo de o homem abordar o enigma da existência: usar o pensamento racional para investigar a totalidade do real.
- C) a Filosofia enquanto pensamento racional sobre a totalidade do real surge nas colônias gregas nos séculos VI e V a. C.
- D) podemos atribuir à Filosofia um sentido mais geral (concepção de mundo) e um sentido mais próprio (reflexão sobre a totalidade do real).
- E) Filosofia no seu sentido mais próprio não foi inicialmente bem recebida em Atenas, o que é demonstrado pela condenação de Sócrates à morte.

- 09.** (Unioeste-PR) Nada indigna mais uma cabeça filosófica do que ouvir dizer que, de agora em diante, toda filosofia tem de ficar aprisionada nos grilhões de um único sistema. Nunca esse espírito se sentira maior do que ao ver diante de si a infinidade do saber. Toda a sublimidade de sua ciência consistiria justamente em nunca poder perfazer-se. No instante em que ele próprio acreditasse ter perfeito seu sistema, ele se tornaria insuportável para si mesmo. Nesse mesmo instante, deixaria de ser criador e se reduziria a um instrumento de sua criatura. [...] nada pode ser mais pernicioso para a dignidade da filosofia que a tentativa de forçá-la a entrar nos limites de um sistema teórico universalmente válido.

SHELLING.

Considerando o texto anterior, é incorreto afirmar que

- A) a filosofia tem, além de seu aspecto teórico, um aspecto prático ligado à criação de sistemas.
- B) a dignidade da filosofia está em colocar-nos diante de um horizonte infinito de conhecimento.
- C) a filosofia, enquanto atividade criadora humana, tem inúmeras possibilidades de expressão teórica.

- D) a filosofia é uma atividade que não deve atingir um acabamento definitivo por meio de um sistema teórico.
- E) a filosofia, para a grandeza do espírito humano, deve realizar um sistema teórico universal, perfeito e definitivo.

- 10.** (UPE) A filosofia, no que tem de realidade, concentra-se na vida humana e deve ser referida sempre a esta para ser plenamente compreendida, pois somente nela e em função dela adquire seu ser efetivo.

VITA, Luís Washington.
Introdução à Filosofia. 1964. p. 20.

Sobre esse aspecto do conhecimento filosófico, é correto afirmar que

- A) a consciência filosófica impossibilita o distanciamento para avaliar os fundamentos dos atos humanos e dos fins aos quais eles se destinam.
- B) um dos pontos fundamentais da filosofia é o desejo de conhecer as raízes da realidade, investigando-lhe o sentido, o valor e a finalidade.
- C) a filosofia é o estudo parcial de tudo aquilo que é objeto do conhecimento particular.
- D) o conhecimento filosófico é trabalho intelectual, de caráter assistemático, pois se contenta com as respostas para as questões colocadas.
- E) a filosofia é a consciência intuitiva sensível que busca a compreensão da realidade por meio de certos princípios estabelecidos pela razão.

- 11.** (Unimontes-MG) Deleuze e Guattari entendem na Filosofia como possibilidade de instauração do caos. Nesse sentido, a Filosofia é capaz de criticar a si mesma e também às outras formas de pensar e agir. Com relação à Filosofia, podemos afirmar:

- A) A Filosofia não é um conhecimento absoluto e não permite uma atitude crítica sobre todos os saberes. A Filosofia impõe verdades e não permite que se recriem os espaços de discussões.
- B) A Filosofia não é um conhecimento exato, uma atitude desprovida de crítica sobre todos os saberes. A Filosofia não impõe verdades, mas cria e recria constantemente espaços de discussões.
- C) A Filosofia não é um conhecimento acabado, mas uma atitude crítica sobre todos os saberes. A Filosofia não impõe verdades, mas cria e recria constantemente espaços de discussões.
- D) A Filosofia não é um conhecimento, mas uma atitude dogmática sobre todos os saberes. A Filosofia impõe verdades e exclui as pessoas dos espaços de discussões.

12. (UEG-GO) O ser humano, desde sua origem, em sua existência cotidiana, faz afirmações, nega, deseja, recusa e aprova coisas e pessoas, elaborando juízos de fato e de valor por meio dos quais procura orientar seu comportamento teórico e prático. Entretanto, houve um momento em sua evolução histórico-social em que o ser humano começa a conferir um caráter filosófico às suas indagações e perplexidades, questionando racionalmente suas crenças, valores e escolhas. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Filosofia

- 417N
- A) é algo inerente ao ser humano desde sua origem e que, por meio da elaboração dos sentimentos, das percepções e dos anseios humanos, procura consolidar nossas crenças e opiniões.
- B) existe desde que existe o ser humano, não havendo um local ou uma época específica para seu nascimento, o que nos autoriza a afirmar que mesmo a mentalidade mítica é também filosófica e exige o trabalho da razão.
- C) inicia sua investigação quando aceitamos os dogmas e as certezas cotidianas que nos são impostos pela tradição e pela sociedade, visando educar o ser humano como cidadão.
- D) surge quando o ser humano começa a exigir provas e justificações racionais que validam ou invalidam suas crenças, seus valores e suas práticas, em detrimento da verdade revelada pela codificação mítica.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem-2016) A atividade atualmente chamada de ciência tem se mostrado fator importante no desenvolvimento da civilização liberal: serviu para eliminar crenças e práticas supersticiosas, para afastar temores brotados da ignorância e para fornecer base intelectual de avaliação de costumes herdados e de normas tradicionais de conduta.

NAGEL, E. et al. *Ciência: natureza e objetivo*. São Paulo: Cultrix, 1975 (Adaptação).

Quais características permitem conceber a ciência com os aspectos críticos mencionados?

- A) Apresentar explicações em uma linguagem determinada e isenta de erros.
- B) Possuir proposições que são reconhecidas como inquestionáveis e necessárias.
- C) Ser fundamentada em um corpo de conhecimento autoevidente e verdadeiro.
- D) Estabelecer rigorosa correspondência entre princípios explicativos e fatos observados.
- E) Constituir-se como saber organizado ao permitir classificações deduzidas da realidade.

GABARITO

Propostos

01. E
02. A
03. D
04. D
05. D
06. A
07. B
08. B
09. E
10. B
11. C
12. D

Seção Enem

01. D

Meu aproveitamento 

Acertei _____ Errei _____

Acertei _____ Errei _____



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

Os primórdios da filosofia grega

A MITOLOGIA GREGA

O mito: uma forma especial de explicar o ser humano e o Universo

A civilização grega teve suas origens, provavelmente, no século XX a.C., treze séculos antes do nascimento da Filosofia. No entanto, ainda que tenha significado uma revolução na forma de o ser humano conhecer e entender o mundo, o surgimento da Filosofia, conhecimento baseado na razão, não é anterior à busca humana de conhecer o mundo e sua origem. Como dizia Aristóteles, “por natureza, todos os homens aspiram pelo saber”, ou seja, faz parte da natureza humana buscar o conhecimento.

Antes do surgimento da Filosofia, os gregos respondiam às perguntas sobre a origem do mundo por meio dos mitos, fazendo uso da imaginação. Assim, eles elaboraram uma cosmogonia buscando, como outros povos do mundo, explicar o Universo e sua origem por meio de narrativas que remetiam a formas religiosas e míticas. Dessa forma, os helênicos utilizaram-se amplamente dos mitos a fim de explicar as questões que se colocavam à mente humana, tais como o funcionamento da natureza, da sociedade e o próprio ser humano.

O que é o mito

A palavra mito, no sentido em que será abordado aqui, vem do grego *mythos*, que significa “acontecimento em um tempo primordial”, “relato”, isto é, uma forma particular de discurso, proveniente das vivências religiosas dos povos antigos e de sua imaginação. No contexto da cultura grega, o mito era considerado um modo particular de ver e tentar compreender o mundo. Por ser uma manifestação cultural, o mito não seguia o rigor metodológico de um raciocínio elaborado com base em alguma informação empiricamente comprovada na realidade. Baseado nas vivências da religião e do cotidiano dos gregos da Antiguidade e na imaginação desses indivíduos, e voltado mais para os afetos e sentimentos humanos, não havia, no mito, uma preocupação com a coerência dos seus discursos e argumentos, tampouco com as provas que poderiam livrá-lo de questionamentos, uma vez que esses problemas sequer existiam no cenário anterior ao início do pensamento filosófico.

Por meio das explicações míticas, o ser humano podia situar-se no mundo, como ocorria nas sociedades tribais nas quais o mito apresentava-se como um modo de explicar os fenômenos naturais e estabelecer algumas verdades da vida humana, como os hábitos, os sentimentos e a moral de uma determinada sociedade.

Diante da ferocidade e dos mistérios da natureza, como o dia e a noite, o trovão, o terremoto, o nascimento, além de outros fenômenos naturais e da morte das pessoas e dos outros seres, o mito exerceu, durante esse período da história grega, um papel tranquilizador, protegendo as pessoas contra aquilo que era incontrolável e desconhecido. A natureza e seus fenômenos eram qualificados sob uma perspectiva antropocêntrica, ou seja, algo acontecia para favorecer ou prejudicar os seres humanos, estabelecendo uma relação ora conflituosa, ora pacífica entre o meio e os seres humanos.

A natureza ganhou vida própria com os mitos e, considerando que ela sempre agia intencionalmente a favor ou contra os seres humanos, era necessário aplacar ou cultivar as suas forças e vontades e isso era feito por meio dos ritos, a encarnação dos mitos em práticas cerimoniais. Assim, o mito estava intimamente ligado à magia, aos sentimentos, à fantasia e às forças sobrenaturais que agiam, inexplicavelmente, na vida das pessoas e nas manifestações naturais.

A função do mito

Uma das principais funções do mito, dentro das sociedades primitivas e tribais, era acomodar e tranquilizar o ser humano diante de um mundo que lhe aparecia como misterioso e assustador. Assim, o mito, encarnado nos ritos, consistia em uma forma de apaziguamento das forças sobrenaturais, servindo como baliza para garantir um comportamento linear e moral. Consequentemente, possibilitava a ordem social.

Dessa forma, o mito representou uma das primeiras tentativas de explicar a natureza e o ser humano, tanto em sua dimensão interna quanto externa. Nesse modo de conhecimento, a imaginação exercia papel predominante, atuando como ferramenta capaz de levar o ser humano a uma harmonia com o mundo e de dar sentido à sua existência, ajudando-o a encontrar sentido no universo.



Na natureza, e no próprio ser humano, vemos transformações que se repetem, como as quatro estações e o ciclo do nascimento à maturidade.

A mitologia grega

Os gregos, como a maior parte dos povos da Antiguidade, eram politeístas. Acreditavam que os seus deuses habitavam o Monte Olimpo, a montanha mais alta da Grécia, e lá se reuniam para dançar, comer, cantar e se divertir. Além de serem antropomórficos (*antropo*: homens; *mórfico*: forma), os deuses gregos possuíam outras características que se assemelhavam às dos seres humanos. Eles sentiam prazer, iravam-se, vingavam-se de outros deuses ou mesmo dos seres humanos, apaixonavam-se, traíam, sentiam ciúmes, enfim, todos os sentimentos identificados como tipicamente humanos, fossem bons ou maus, eram encontrados nos deuses gregos.



Douris / Biblioteca Nacional da França

Hera, irmã e esposa de Zeus, o rei dos deuses, é a deusa do casamento.



Cerâmica: Píton / Pintor: Douris / Museu Staatliche Antikensammlungen

Hércules e Atena, deusa da sabedoria, figuras da mitologia grega.

Porém, esses deuses diferiam dos seres humanos por serem imortais, permanecerem jovens eternamente e por possuírem poderes sobrenaturais. Cada deus detinha um atributo especial, sendo responsável pela origem e ordem da natureza ou por algum aspecto da vida humana (como o artesanato, a argumentação, a sedução, os sentimentos), interferindo na vida em sociedade.

Os relatos míticos na Grécia Antiga não provinham de um único autor, sendo produtos da tradição folclórica e cultural, cujo início é impossível determinar. Hesíodo, autor de *Teogonia* (século VIII a.C.), e Homero (século IX a.C.), a quem são atribuídas as obras *Ilíada* e *Odisseia*, são considerados importantes poetas desse período e por meio deles tem-se a maior parte do conhecimento atual sobre a mitologia grega. Contudo, esses poetas não são os autores do que descreveram, tendo apenas registrado os relatos da tradição oral dos povos que habitaram a Grécia desde o século XV a.C.



Representação dos deuses gregos.

Segundo a mitologia grega, no alto Monte Olimpo localizava-se a morada dos deuses olímpicos, os principais deuses do panteão grego. Dentre os mais importantes deuses gregos, temos Caos, deus do indefinido, da desordem, daquilo que havia antes do cosmos. Filha de Caos, Gaia, deusa da terra, é a mãe de Cronos, o pai de Zeus, Poseidon e Hades. Zeus era o chefe do Olimpo e o mais poderoso entre todos os deuses. Possuía o poder do raio, com o qual castigava todos os que por ventura o desafiassem ou se opusessem às suas determinações. Poseidon era o deus dos mares e com seu tridente causava maremotos, terremotos e fazia brotar água do solo. Uniu-se a Zeus para destronar seu pai Cronos. Hades era o deus dos mortos e do mundo inferior, lugar também chamado de Hades. Outros deuses importantes eram Afrodite, a deusa do amor; Apolo, deus da música e da poesia; Ares, deus da guerra; Ártemis, deusa das montanhas, dos bosques e da caça; Atena, deusa da sabedoria e da estratégia militar; as Cárites, deusas da beleza; Eros, deus do amor e muitos outros.

A mitologia grega refere-se também aos semideuses, nascidos da relação amorosa entre deuses e humanos e que são heróis responsáveis por feitos extraordinários. Alguns dos mais importantes semideuses são Teseu, que derrotou o Minotauro; Hércules, que, para ser perdoado por matar sua esposa e seus filhos em um ataque de loucura, teve de cumprir doze tarefas dadas a ele pelo oráculo de Delfos; e Perseu, que decapitou a Medusa.

A trajetória do mito ao *logos*

Para alguns estudiosos, a passagem da consciência mítica à filosófica significou uma ruptura radical com a tradição e com a cultura grega. No entanto, para entender essa transição de uma visão imaginária para uma visão racional da realidade, devemos analisar duas perspectivas distintas: a da forma e a do conteúdo.

Ao analisar a forma como se dava a explicação dos fatos pela mitologia, em contraposição com a da Filosofia, é possível perceber que houve uma ruptura dos primeiros filósofos (os pré-socráticos) em relação à mitologia. Enquanto os pré-socráticos fundamentavam suas explicações na razão e na observação da natureza (*physis*), a mitologia baseava-se na imaginação e nas vivências dos povos que a constituíram.

Por outro lado, pode-se perceber que a Filosofia não rompeu definitivamente com o mito, uma vez que, em grande parte, ambas as formas de conhecimento buscavam responder aos mesmos problemas. Por exemplo, enquanto a mitologia buscou explicar a origem do Universo e seu funcionamento por meio de fundamentos divinos, a Filosofia tentou explicar esse problema com a busca pré-socrática pelo princípio primeiro e unificador da natureza, denominado pelos filósofos de *arché*.

Assim, o que se observou, principalmente no início do pensamento filosófico – período pré-socrático ou cosmológico e período antropológico ou socrático –, foi uma complementaridade entre Filosofia e mitologia enquanto tentativas de conhecer e de explicar a realidade.

Os videntes, poetas rapsodos, recebiam as mensagens dos deuses por meio de revelação e as transmitiam às pessoas. Também devido ao fato de ser recebido por revelação, o mito era aceito como verdade pelos que ouviam, sem necessidade de provas ou justificativas posteriores para ser aceito e seguido, podendo, inclusive, haver contradições em seu discurso. A Filosofia, ao contrário, deve ser justificada racionalmente, não sendo aceitas contradições em suas ideias, uma vez que o discurso filosófico deve ser racional e coerente com os princípios básicos do pensamento lógico.

Porém, não há de se pensar em mito como uma mentira (ou algo que seja errado) e em Filosofia como uma verdade (ou algo que seja certo), porque se trata de formas de conhecimento distintas. Enquanto o mito se fundamenta na autoridade daquele que o enuncia, pressupondo a aceitação daqueles que o recebem, a Filosofia se fundamenta na autoridade daquilo que se afirma, exigindo, ao contrário do mito, uma atitude crítica e investigativa.

[...] *logos* e mito são as duas metades da linguagem, duas funções igualmente fundamentais da vida do espírito. O *logos*, sendo uma argumentação, pretende convencer. O *logos* é verdadeiro, no caso de ser justo e conforme a "lógica"; é falso quando dissimula alguma burla secreta (sofisma). Mas o mito tem por finalidade apenas a si mesmo. Acredita-se ou não nele, conforme a própria vontade, mediante um ato de fé, caso pareça "belo" ou verossímil, ou simplesmente porque se quer acreditar. O mito, assim, atrai em torno de si toda parcela do irracional existente no pensamento humano; por sua própria natureza, é aparentado à arte, em todas as suas criações.

GRIMAL, Pierre. *A mitologia grega*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 8-9. (Primeiros voos)

O NASCIMENTO DA FILOSOFIA



Diante das inúmeras transformações históricas, políticas e sociais ocorridas na Grécia durante os séculos VII e VI a.C., há interpretações históricas que defendem que as narrativas míticas foram se tornando insuficientes para explicar o ser humano e o universo. Assim, os poetas rapsodos passaram gradativamente a perder seu poder e prestígio social, ao passo que os mitos foram perdendo a sua força, tornando-se insuficientes para as aspirações dos gregos ao conhecimento.

Nessa perspectiva, o mito foi perdendo pouco a pouco sua força explicativa da realidade, devido também à interação de diversas culturas nas colônias gregas da Jônia, principalmente em Mileto, berço da Filosofia, o que

representou uma importante transformação na Grécia nesse período. Essas cidades, por possuírem importantes portos e entrepostos comerciais, recebiam constantemente inúmeras caravanas provenientes, entre outros locais, do Oriente, que traziam para as cidades gregas suas mercadorias, as quais eram levadas em seguida para outras regiões do Mediterrâneo. Movidas por interesses comerciais e políticos, as várias culturas que aí se encontravam trocavam informações sobre comércio, mercadorias e, inclusive, sobre a cultura e as tradições míticas de cada povo, evidenciando as inúmeras versões de uma mesma história. Com isso, é possível que esses povos tenham passado a se questionar sobre qual dessas explicações seria a correta. As inúmeras variações míticas levaram os gregos a perceber que era possível haver uma relativização dos mitos e, conseqüentemente, a vislumbrar a possibilidade de nenhum deles ser absolutamente verdadeiro.

Dessa maneira, surgiram, como uma tentativa dos gregos de explicar o cosmos, a natureza e o ser humano de forma diferente das narrativas míticas, as explicações filosófico-científicas. O Universo deixou de ser visto como algo secreto e misterioso, passível de ser decifrado somente por poucos escolhidos, e, a partir desse momento, todas as coisas passaram a ser encaradas como passíveis de serem conhecidas pelo ser humano, que, apoiado em sua capacidade racional e em sua curiosidade observadora, colocou-se a buscar a explicação da realidade que se encontra dentro do mundo e não em uma dimensão sobrenatural e inacessível. O cosmos abre-se à possibilidade do conhecimento e o ser humano põe-se a refletir. Nascia, assim, a Filosofia.

Condições históricas para o nascimento da Filosofia



Mapa da Grécia Antiga.

Autor desconhecido / Domínio Público

Embora a Filosofia tenha data e local de nascimento, uma das grandes questões em relação ao seu surgimento é saber por que ele ocorreu especificamente entre os gregos. Algumas teses foram levantadas para explicar esse fato, sendo duas delas as seguintes:

Tese do milagre grego: afirmava que a Filosofia surgiu na Grécia como um verdadeiro milagre, não havendo qualquer precedente para o seu nascimento. Esse modo de pensar e conceber o mundo e o ser humano, tendo sido espontâneo e sem um contexto predefinido para justificar a sua origem, teria aparecido na Grécia devido à genialidade do povo helênico.

Tese do orientalismo: afirmava que a Filosofia nasceu na Grécia devido às transformações realizadas pelos gregos sobre as influências dos povos orientais, como a Agrimensura dos egípcios, a Astrologia dos babilônios, entre outras.

Essas duas teorias foram superadas e hoje acredita-se que a Filosofia foi fruto das condições históricas da Grécia do século VII ao século V a.C., as quais proporcionaram os elementos favoráveis a esse novo modo de pensar. Por isso, alguns estudiosos da Filosofia, ao se referirem ao nascimento dessa nova forma de pensamento, afirmam que ela é “nascida da pólis”.

Condições históricas da Grécia

1 – Viagens marítimas: A pouca fertilidade do solo acidentado, característica do território ocupado pelas comunidades gregas, foi compensada pela presença de excelentes portos naturais, o que permitiu o grande desenvolvimento das viagens marítimas, que contribuíram para o desencantamento do Universo e para a desmitificação da natureza. Ao viajar para o alto-mar, as pessoas puderam verificar que os mitos não eram verdadeiros, que os monstros marinhos, abismos e terras dos deuses não existiam. Assim, as viagens marítimas levaram a um gradativo descrédito das explicações mágico-imaginárias da natureza.

O mar exerceu, ainda, um papel de grande importância para o progresso da civilização grega, que, diante do aumento expressivo de sua população nas principais cidades-Estado, como Atenas, viu-se obrigada a fundar muitas colônias na região do Mediterrâneo em busca de terras férteis para a agricultura e para o sustento da população.

2 – Escrita alfabética: Até determinada época, o mito era transmitido de geração em geração pela fala, o que justificava a existência de diversas versões para um mesmo mito. Com a invenção da escrita alfabética, o mito pôde ser escrito, e isso possibilitou que fossem percebidos seus pormenores e suas contradições internas.

3 – Invenção do calendário: O calendário concedeu aos gregos o “domínio” sobre o tempo, que, no contexto dos mitos, pertencia apenas aos deuses. Com a possibilidade de dividir o tempo e tendo se estabelecido um modo de calculá-lo, as pessoas tornaram-se capazes de identificar a regularidade de alguns eventos da natureza, antes atribuídos à influência dos deuses, como as estações do ano.

4 – Surgimento da vida urbana: Com o crescimento do comércio, impulsionado pelas trocas comerciais possibilitadas pelas viagens marítimas, algumas cidades despontaram como centros comerciais. A primeira delas foi Mileto, não por acaso a cidade natal da Filosofia. Esse crescimento das cidades fez surgir uma nova classe social, constituída por comerciantes e artesãos, que se opunha, como outro polo de poder, à aristocracia de sangue e aos proprietários de terra, que, até então, detinham o poder na cidade. Essa nova classe, como uma espécie de mecenas da Antiguidade, estimulou o desenvolvimento das artes, das técnicas e do conhecimento, criando um ambiente propício para o surgimento da Filosofia.

5 – Política: A política foi um dos fatores que mais contribuíram para o nascimento da Filosofia e teve como característica fundamental a presença do discurso racional, o *logos*, como expressão de suas verdades, as quais se sustentavam por meio de princípios lógicos. Dois aspectos da política merecem destaque:

1. Com a formação da pólis, governada democraticamente pelos cidadãos, surgiu a ágora, ou praça pública, um espaço para as discussões políticas, por meio das quais se organizava e se administrava a cidade. A ágora situava-se no coração da cidade e nela aconteciam as deliberações sobre as leis e outros assuntos para o bem da cidade. Com a consolidação das cidades-Estado, o grego descobriu-se como pertencente a um todo coletivo (a pólis), posição que constituía a essência do indivíduo grego.
2. Devido à participação das pessoas nos processos decisórios da cidade na ágora, as leis da cidade passaram a coincidir com a vontade dos seus cidadãos, não mais sendo impostas pela tradição ou pela autoridade religiosa. A lei tornou-se, assim, expressão da coletividade humana, que tentou reproduzir, pela racionalidade, a ordem do cosmos na legislação da cidade.

Verifica-se, assim, o papel da política como fator decisivo para que a Filosofia despontasse no mundo grego, uma vez que a discussão das leis e das deliberações relativas à vida da pólis estimulava um discurso racional, exigindo um alto grau de inteligibilidade e de coerência para permitir a comunicação clara entre os cidadãos e seus pares. Esse foi o germen do pensamento filosófico, o qual, obedecendo a regras e princípios lógicos, não admitia outra explicação que não aquela fundamentada na razão livre, e não nas explicações misteriosas e incompreensíveis do mito.

OS FILÓSOFOS DA NATUREZA OU FISIÓLOGOS (FILOSOFIA PRÉ-SOCRÁTICA)



O que buscavam os primeiros filósofos

Os primeiros filósofos, considerados os fundadores da Filosofia, eram chamados de pré-socráticos ou filósofos da natureza, e seu pensamento voltava-se para a compreensão da natureza e de sua origem. Apesar de alguns filósofos pré-socráticos serem contemporâneos de Sócrates, a terminologia deve-se ao campo de estudo adotado. Enquanto os pré-socráticos dedicavam-se à busca da compreensão da natureza (*physis*) e da origem do cosmos, a partir de Sócrates há uma reviravolta na Filosofia, que começa a se preocupar com problemas relacionados ao ser humano e à sociedade.



Os pensadores gregos eram constantemente retratados como exemplos de sabedoria.

O objetivo dos pré-socráticos era explicar o mundo e a realidade por meio da razão, acreditando que a natureza poderia ser compreendida unicamente pela razão humana, sem precisar apelar às explicações fantasiosas dos mitos, que compreendiam a realidade por meio da imaginação. Assim, os pensadores pré-socráticos, chamados por Aristóteles de fisiólogos (*physiologoi*, em grego, *physis*: natureza; *logos*: razão, pensamento) foram os primeiros a buscar uma explicação puramente racional para a origem do Universo.

O objeto de estudo desses pensadores era a *physis*, ou realidade natural. Para os pré-socráticos, a chave que levava ao conhecimento da natureza encontrava-se na natureza e não fora dela, e tudo na natureza agia e se transformava de acordo com uma relação de causa e efeito. Desse modo, a causa de um efeito se constituiria como efeito de uma causa anterior e, da mesma forma, essa segunda causa seria o efeito de uma terceira, e assim sucessivamente. Foi desse nexos causal entre tudo o que existe no Universo, entre os fenômenos da natureza, que nasceu a ciência dos fisiólogos.

No entanto, o pensamento pré-socrático deparou-se com um problema: se toda causa é efeito de alguma outra causa, que, por sua vez, é também o efeito de outra causa anterior, então, a busca pelas causas e seus efeitos consistiria em um processo infinito, o que, à semelhança dos mitos, seria algo misterioso e inexplicável. Não aceitando a hipótese de sair de uma explicação fantasiosa para entrar em outra, os pré-socráticos precisaram admitir a existência de uma **causa primeira**, um princípio, uma matéria-prima original que teria dado início a todo o processo de transformação da natureza. Os filósofos da natureza buscaram determinar qual era esse princípio, chamado por esses pensadores de *arché*.

O termo grego *arché* possui dois significados principais:

- 1) Origem, aquilo que está à frente e, por isso, é o começo ou o princípio de tudo;
- 2) O que está à frente e, por isso, comanda todo o restante.

Interessa-nos, aqui, o primeiro sentido, no qual *arché* é fundamento, princípio, aquilo que está na origem, no começo absoluto.

Para compreendermos a **cosmologia** elaborada pelos gregos, cabe destacar o significado de alguns conceitos importantes:

Caos X Cosmos

Caos:

Desordem, desarmonia.

Cosmos:

Ordem, harmonia.

O cosmos era entendido como uma ordenação racional e hierárquica da natureza, em que há uma relação de causalidade entre os seus elementos.

Olendino Mendes

Os pré-socráticos compreendiam que o cosmos era racionalmente organizado por uma relação hierárquica de causa e efeito e que o Universo seguia essa ordem, que só era possível por haver uma racionalidade no cosmos. Por essa razão, ao se compreender essa racionalidade, seria possível compreender o Universo, objetivo primeiro dos pré-socráticos.

Mito X Logos

Mito:

Baseado na imaginação, na narrativa poética e fantasiosa para compreender o real, não necessitando, por isso, de razões.

Logos:

Discurso racional, essencialmente sustentado pelas razões dadas àquilo que se conhece ou que se quer conhecer.

Oleandino Mendes

Os pré-socráticos buscaram elaborar o *logos*, que consistia em uma explicação racional cujas razões eram sustentadas por meio de uma argumentação sistemática, mas, ainda assim, sujeita à crítica e à discussão.

Uma característica que marcou fundamentalmente a filosofia desses primeiros pensadores foi o fato de não pretenderem adotar posições dogmáticas. As respostas apresentadas por eles não buscavam se impor como verdades absolutas, sendo passíveis de crítica e discussão justamente por se tratarem de posições construídas pelo ser humano e não reveladas por alguma divindade, as quais não admitiriam oposição ou reformulações.

Um exemplo dessa característica tipicamente filosófica é a de Anaximandro e Anaxímenes, os discípulos mais importantes de Tales de Mileto, que não concordaram com o mestre sobre sua *arché*, a água, e propuseram respostas diferentes para explicar a origem do Universo, como o *apeiron* (Anaximandro) e o ar (Anaxímenes).



COSMOGONIA

COSMOLOGIA



André Pereschini

Um mesmo evento pode ser explicado de várias formas. A cosmogonia busca explicar por meio da imaginação e a cosmologia, por meio do exercício da razão.

O que pensavam os pré-socráticos: a *arché*

Uma das principais dificuldades ao se estudar o pensamento dos pré-socráticos consiste em encontrar escritos desses pensadores, seja porque as obras se perderam na Antiguidade, ou porque, possivelmente, alguns deles nem sequer deixaram obra escrita, tendo sido seus ensinamentos transmitidos exclusivamente pela oralidade. O pouco que se sabe desses pensadores provém de fontes indiretas, conhecendo-se somente aquilo que outros, entre eles o filósofo grego Aristóteles, escreveram sobre esses filósofos, o que nos permite ter contato apenas com partes diminutas de suas obras.

Em relação aos pré-socráticos e às suas investigações acerca da *arché* do Universo, a tradição interpretativa dos filósofos diferencia o posicionamento desses pensadores no que diz respeito à *arché*, separando esses filósofos em três grandes grupos: os pensadores da Escola Jônica, os pensadores da Escola Itálica e os pensadores da Escola Pluralista. As duas primeiras escolas acompanham as diferenças de pensamento dos dois mais importantes filósofos pré-socráticos: Parmênides e Heráclito.

Escola Jônica: caracterizava-se por buscar nos elementos da natureza física o princípio e a causa de todos os seres do Universo, o princípio da *physis* (natureza). A essa escola pertencia Heráclito.

Escola Itálica: caracterizava-se por buscar a *arché* do Universo não em substâncias materiais, que poderiam ser percebidas pelos sentidos e encontradas na natureza, como a água ou outros elementos, mas em conceitos não perceptíveis pelos sentidos, como os números para os pitagóricos. A essa escola pertencia Parmênides.

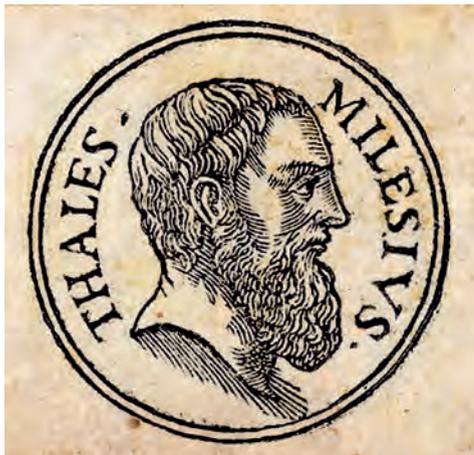
Escola Pluralista: pertence à segunda fase do pensamento pré-socrático, cujo posicionamento baseia-se no fato de considerarem não haver apenas uma *arché* para o Universo.

As escolas filosóficas do período pré-socrático

A seguir, falaremos das três escolas do período pré-socrático e de seus principais representantes.

Escola Jônica

Tales (cerca de 625 / 624-558 a.C.)



Guillaume Rouille / Domínio Público

Tales de Mileto foi o primeiro pensador a receber o nome de filósofo, ou seja, "aquele que busca o conhecimento".

[...] Tales, o fundador de tal filosofia, diz ser água [o princípio] (e por este motivo também declarou que a terra está sobre a água), levado sem dúvida a esta concepção por ver que o alimento de todas as coisas é úmido [...].

ARISTÓTELES. *Metafísica*, I, 3. 983 b.

Tales de Mileto foi considerado, por Aristóteles, o primeiro filósofo da história, com sua filosofia da *physis* (natureza). Toda informação que temos sobre Tales proveio de fontes secundárias, uma vez que ele não deixou nada escrito. Tales ficou conhecido por ter previsto um eclipse solar e por ter descoberto a constelação da Ursa Menor.

Filosofia: Para Tales, a *arché* do Universo – a causa primeira, matéria básica e fundamental da qual todas as coisas se originaram – era a água. No entanto, Tales não estava se referindo apenas à substância água, mas a tudo aquilo que era úmido. Um dos prováveis motivos para Tales imaginar que a *arché* fosse a água deve-se ao fato de que, ao observá-la, ele constatou que ela se apresentava sob diversos estados, nos quais estão inseridos, de uma forma ou de outra, todos os seres da natureza: sólido, líquido e gasoso. Outro motivo seria que a água está intimamente ligada à vida, já que tudo o que é vivo ou traz vida é úmido. Tales, ao chegar ao Egito, percebeu como a terra desértica tornava-se fértil quando ocorria a cheia do Rio Nilo. Acredita-se ainda que o filósofo tenha observado que nas altas montanhas foram encontrados alguns fósseis de animais marinhos, o que o levou a concluir que, no início, o mundo era coberto pela água.

A grandeza do pensamento de Tales está no fato de que, pela primeira vez na história, foi questionada não a qualidade da natureza (se é boa ou má), mas sim do que ela é feita.

Anaximandro (cerca de 610-547 a.C.)



Rafael Sanzio / Domínio Público

Representação de Anaximandro em um recorte da obra A escola de Atenas.

Princípio (*arché*) dos seres [...] ele disse que era o ilimitado [...].

SIMPLÍCIO. *Física*, 24, 13. [Fragmento]

Anaximandro [...] afirmou que o princípio e elemento era o infinito, sem defini-lo como ar, ou água ou qualquer outra coisa. Disse também que as partes sofrem mudanças, porém o todo é imutável [...].

LAÉRTIOS, Diôgenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução de Mário da Gama Kuri. Brasília: UnB, 1988. p. 47.

Pelo pouco que se sabe sobre sua vida, Anaximandro, discípulo e sucessor de Tales, teria sido geógrafo, matemático, astrônomo e político. É autor da obra *Sobre a natureza*, da qual não se tem muito conhecimento, pois se perdeu com o tempo, restando dela apenas alguns fragmentos. Esse livro é considerado a primeira obra filosófica escrita em língua grega.

Filosofia: Enquanto Tales acreditava que a *arché* do Universo era a água ou o úmido, portanto, uma matéria (água) ou qualidade (úmido) verificável na natureza por meio dos sentidos, Anaximandro, indo contra as ideias de seu mestre, afirmava que o princípio e causa geradora do Universo era o *ápeiron*, que era o ilimitado, indefinido e indeterminado, aquilo que, não sendo nada material, nenhum elemento da natureza e nenhuma qualidade da *physis*, dava origem a todas as coisas.

O *ápeiron* consistia em algo totalmente abstrato, não sendo possível de ser conhecido em termos de existência sensível, mas somente podendo ser concebido pelo pensamento. Segundo Anaximandro, o mundo todo teria sido criado pelo movimento circular do *ápeiron*, que primeiro fez surgir o quente (fogo) e o frio (ar) e, em seguida, o seco (terra) e o úmido (água). Para esse pensador, da mesma forma que o *ápeiron* só poderia ser concebido pelo pensamento, a natureza, a *physis*, só poderia ser compreendida pela razão humana.

Anaxímenes (cerca de 585-528 / 525 a.C.)



Autor desconhecido / Domínio Público

Representação de Anaxímenes.

Como nossa alma, que é ar, soberanamente nos mantém unidos, assim todo o cosmos, sopra e ar, o mantém.

AÉCIO, I, 3.4. [Fragmento]

Anaxímenes é considerado por alguns estudiosos como um dos mais importantes pensadores da Escola Jônica.

Filosofia: Anaxímenes acreditava que a *arché* do cosmos era o ar (*pneuma*). Segundo ele, o *ápeiron* de Anaximandro aproximava-se muito do caos, da desordem anterior à criação do cosmos (Universo ordenado). Para Anaxímenes, essa concepção era inaceitável, uma vez que, embora o Universo fosse ilimitado e eterno, seu princípio não poderia ser indeterminado, já que a razão não poderia pensar aquilo que não tivesse determinação.

Percebemos que Anaxímenes, ao escolher o ar como *arché*, não optou por algo palpável, como a água de Tales, nem por algo completamente indeterminado e abstrato, como o *ápeiron* de Anaximandro. Uma das razões que poderia ter levado esse pensador a escolher o ar como sua *arché* deve-se ao fato de que o ar está presente e em todos os lugares, sendo o primeiro e último ato de um ser vivo.

Heráclito (cerca de 540-470 a.C.)



Rafael Sanzio / Domínio Público (Detalhe)

Heráclito de Éfeso, conhecido como "O obscuro" devido à maneira difícil e misteriosa pela qual se comunicava, foi um dos mais importantes pensadores naturalistas.

Não podemos banhar-nos duas vezes no mesmo rio, porque o rio não é mais o mesmo.

PLUTARCO. *Coriolano*, 18 p. 392 B. [Fragmento 91]

Nascido na cidade de Éfeso, Heráclito ficou conhecido como "O obscuro" ou "Heráclito, o fazedor de enigmas" devido à sua escrita de difícil compreensão e interpretação. Junto com Parmênides, pode ser considerado um dos grandes fundadores da Filosofia.

Filosofia: Heráclito é considerado um dos principais defensores do mobilismo, concepção segundo a qual todas as coisas naturais estariam em constante transformação, sendo que tudo o que existia no mundo mudava o tempo todo, em um constante devir. Além dessa ideia, a mais conhecida de sua filosofia, Heráclito desenvolveu o conceito de *logos* como o princípio unificador da realidade e o elemento básico da racionalidade do cosmos. Segundo esse filósofo, ainda que toda a realidade estivesse em constante fluxo, a tensão entre os opostos, o *logos*, representaria uma unidade dentro dessa pluralidade do Universo. Essa unidade em meio à mudança poderia ser compreendida como a unidade dos opostos. Assim, dia e noite, frio e quente, vida e morte seriam antagonísticos que se complementaríamos.

Heráclito afirmava, nesse sentido, que o fogo representava o elemento que dava dinamismo à realidade, pois ele tudo transforma. Declarava, ainda, que a realidade poderia ser compreendida também por meio dos sentidos, já que, uma vez que tudo estava em constante mudança, muito do que se percebia dos seres era apenas sua aparência, também em constante mudança. Contudo, a razão última das coisas, a tensão entre os opostos, o *logos*, só poderia ser encontrada pelo pensamento.

Escola Itálica ou Eleata

Pitágoras



Thomas Stanley / Domínio Público

Representação de Pitágoras.

Os assim chamados pitagóricos, tendo-se dedicado às matemáticas, foram os primeiros a fazê-las progredir. Dominando-as, chegaram à conclusão de que o princípio das matemáticas é o princípio de todas as coisas.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. 1, 5, 985 b. [Fragmento]

Da vida de Pitágoras, nada se sabe. Alguns estudiosos afirmam que ele pode nem sequer ter existido e que seu nome foi utilizado para unir os adeptos de determinada seita filosófico-religiosa. Outros consideram que Pitágoras nasceu em Samos e estabeleceu-se mais tarde em Crotona, na Magna Grécia, onde fundou uma confraria religiosa misteriosa, a qual mais tarde chegou a tomar o poder naquela cidade. Porém, descobrir qual é a verdade sobre Pitágoras não é essencial, já que nos interessa compreender sua filosofia mais que sua biografia.

Filosofia: Os pensadores pitagóricos (termo que se refere aos seguidores de Pitágoras ou aos pertencentes dessa seita religiosa) afirmavam que a *arché* do Universo era os números. Eles acreditavam que os números, ou as proporções harmoniosas entre as coisas, constituíam a verdadeira natureza, ou *physis*, e, portanto, o mundo seria regido por essas proporções. Assim, os números seriam a causa primeira de todas as coisas. Devido à sua filosofia, os pitagóricos exerceram forte influência no desenvolvimento da Matemática, sobretudo no campo da Geometria.

Parmênides (cerca de 500 a.C.)

Rafael Sanzio / Domínio Público (Detalhe)

Representação de Parmênides na obra *A escola de Atenas*.

Necessário é o dizer e pensar que o ente é; pois é ser. E nada não é.

Sobre a Natureza, v. 3; 6. In: *Os pré-socráticos*.
São Paulo: Abril Cultural, 2000. p. 123.
(Os Pensadores). [Fragmento]

Nascido na cidade de Eleia, Parmênides foi um dos mais importantes pensadores pré-socráticos. De acordo com alguns autores, ele foi o fundador da Ontologia enquanto disciplina que busca o conhecimento do ser em sua realidade mesma, ou seja, o conhecimento da essência última dos seres. Ao que tudo indica, Parmênides encontrou-se com Sócrates enquanto este ainda era jovem, tendo seu pensamento influenciado de forma determinante a Filosofia, principalmente a de Platão e a de Aristóteles, uma vez que é concedida a Parmênides a prerrogativa de filósofo do ser (a realidade última de todas as coisas em seu sentido mais abstrato e fundamental), inaugurando, assim, a Metafísica.

Filosofia: Ao contrário dos filósofos mobilistas, que acreditavam que tudo se altera e está em constante transformação, Parmênides não acreditava na existência da mudança no ser, tendo ficado conhecido, por isso, como defensor de uma concepção monista dos seres. Foi o responsável por introduzir, na Filosofia, a diferença entre essência (imutável) e aparência (mutável). Contrariando, assim, o mobilismo de Heráclito, Parmênides afirmava que o ser humano poderia seguir duas vias na busca do conhecimento:

Via da opinião: constitui o caminho da *doxa* (opinião), sendo a via da experiência sensorial. Essa via se refere às opiniões sobre os aspectos mutáveis e passageiros das coisas, consistindo em um conhecimento instável, e, por isso, distante do conhecimento verdadeiro.

Via da verdade: constitui o caminho da *alétheia* (verdade), sendo a via da atividade intelectual (pensamento) sem o uso dos sentidos. É por meio dessa via que o ser humano chega ao conhecimento daquilo que estava além da aparência, ou seja, à verdade imóvel, imutável, indivisível, única, sem princípio nem fim e eterna. Essa via era considerada o único caminho de acesso à verdade do ser, já que, nela, o indivíduo, com o uso da razão, afastava-se da opinião imprecisa e mutável formada pelas impressões sensíveis.

Por isso, ao afirmar que o ser é, Parmênides se referia ao caminho para conhecer o mundo além da mera aparência, buscando alcançar o seu aspecto único, eterno, contínuo, indivisível e imóvel, já que o ser exclui toda mudança e transformação. Desse modo, aquilo que muda está na via da opinião, distante do conhecimento verdadeiro. Sobre o não ser, Parmênides afirmava que nada se pode falar, porque ele não é, e recomendava que as pessoas que buscam o conhecimento se afastem da via que conduz a esse caminho.

Escola Pluralista

Anaxágoras (cerca de 500-428 a.C.)



Autor desconhecido / Domínio Público

Representação de Anaxágoras.

Anaxágoras de Clazômenas [...] afirma que os princípios são infinitos. Quase todas as coisas, formadas de partes semelhantes (homeomerias) como a água e o fogo, diz ele que são geradas e destruídas por combinação e destruição.

ARISTÓTELES. *Metafísica*, I, 3. 984 a 11.

Em sua opinião os primeiros princípios são as homeomerias; o filósofo sustentava que, da mesma forma que o ouro se compõe de partículas finas chamadas pó de ouro, o universo é constituído de corpúsculos formados de partes homogêneas. Seu princípio de movimento era o Espírito [...]

LAËRTIOS, Diôgenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução de Mário da Gama Kuri. Brasília: UnB, 1988. p. 49.

Anaxágoras foi físico, matemático, astrônomo e meteorologista, além de ter sido o fundador da primeira escola de Atenas, cidade na qual viveu por cerca de trinta anos. Em 431 a.C., afirmou que o Sol era uma pedra incandescente e que a Lua era uma terra, e não uma deusa. Por essa afirmação foi preso sob a acusação de descrença nos deuses, tendo, em seguida, fugido para a cidade de Lâmpsaco, também na Jônia.

Filosofia: Anaxágoras defendia que a realidade era composta de uma infinidade de pequenos elementos, os quais ele denominava de homeomerias, que seriam a união de tudo o que existe no Universo. Para o filósofo, tanto os quatro elementos (terra, fogo, água e ar) quanto todas as oposições encontradas na natureza, como quente / frio, estavam presentes em todas as coisas em proporções diferentes. Dessa forma, a *physis* seria composta dessas sementes, ou homeomerias, e nisso consistiria a sua *arché*. Além disso, o filósofo considerava haver uma relação de mobilidade – que ele chamava de espírito (*nous*) – entre as coisas, de modo que as homeomerias que faziam parte de um corpo, com a sua morte, passavam a fazer parte de outro.

Demócrito (cerca de 460-370 a.C.)



Giuseppe Antonio Petrini / Museu Nacional de Wrocław

Representação de Demócrito, que ficou conhecido como “o filósofo que ri”.

Átomo (i. e., não cortáveis), maciços (i.e., unidades), grande vazio, seção, ritmo (i. e.; forma), contato, direção, entrelaçamento, turbilhão.

PAPIRO HERCULANO, 1788. Termos encontrados num papiro restaurado, em que Demócrito é acusado de plagiar *A grande ordem do mundo*, de Leucipo. [Fragmento]

Os primeiros princípios do universo são os átomos e o vazio; tudo mais apenas se pensa que existe. Os mundos são infinitos, sujeitos à geração e ao perecimento. Nada é gerado pelo não-ser e nada perece no não-ser. Os átomos são infinitos em tamanho e número, movem-se como em um vórtice e geram assim todas as coisas compostas – fogo, água, ar e terra –, porque esses elementos também são uniões de determinados átomos, que, por sua solidez são impassíveis e imutáveis.

LAËRTIOS, Diôgenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução de Mário da Gama Kuri. Brasília: UnB, 1988. p. 263. [Fragmento]

Nascido em Abdera, colônia jônica da Trácia, Demócrito é considerado um dos pré-socráticos que mais produziu e escreveu. Segundo relatos, esse pensador teria viajado pelo Egito, Mesopotâmia e Pérsia antes de se estabelecer em Atenas. Seu pensamento se confunde com o de seu discípulo Leucipo e, por esse motivo, não se pode afirmar que todas autorias de obras consideradas de Demócrito tenham sido, de fato, dele.

Filosofia: Demócrito foi o grande sistematizador do atomismo, doutrina que defendia que o Universo, a *physis*, era formado por átomos. A palavra átomo significa não divisível, e na filosofia de Demócrito se refere à menor parte das coisas que não se pode dividir em outras partes, partículas infinitas e invisíveis que compõem os objetos materiais dando origem aos fenômenos observados na natureza e ao movimento de transformação dos seres.

Empédocles (cerca de 490-435 a.C.)



Autor desconhecido / Domínio Público

Representação de Empédocles.

A um dado momento, do uno saiu o Múltiplo. Por divisão – fogo, água, terra e ar altaneiros; e o Uno se formou do Múltiplo. Ódio, temível, de peso igual a cada um, e o Amor entre eles.

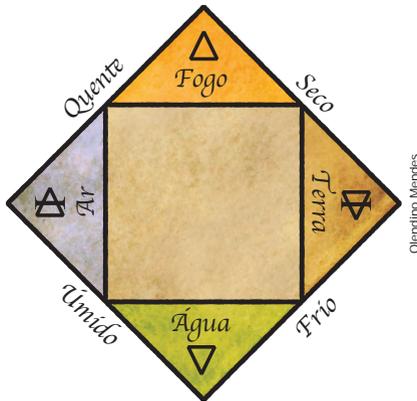
SIMPLÍCIO. *Física*, 157. [Fragmento]

Ora são unidas em uma todas as coisas pela Amizade, ora cada uma é levada em direção diferente pelo ódio da Discórdia.

LAËRTIOS, Diôgenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Tradução de Mário da Gama Kuri. Brasília: UnB, 1988. p. 246. [Fragmento]

Natural da cidade de Agrigento, Sicília, Empédocles, considerado o inventor da eloquência, foi um político, poeta, dramaturgo, médico, cosmólogo e místico.

Filosofia: Ao contrário dos pré-socráticos das escolas Itálica e Jônica, que buscavam um único princípio das coisas, como é o caso de Tales, que considerava ser a água a *arché* do Universo, Empédocles defendia que o fogo, a terra, a água e o ar constituíam o Universo. Para ele, a *arché* eram esses quatro elementos junto à Amizade (ou amor), que os unia, e à Discórdia (ou ódio), que os separava em formas diversas e em proporções diferentes, formando os seres da natureza. O ódio buscava a diferença, e o amor agrupava as semelhanças entre esses elementos.



Empédocles acreditava ser impossível definir um único elemento do qual teria surgido todas as coisas e, por isso, defendia que todas as coisas continham, em proporções variadas, os quatro elementos: terra, água, fogo e ar.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (IFSP) Comparando-se mito e Filosofia, é correto afirmar o seguinte:
- 6MW0
- A autoridade do mito depende da confiança inspirada pelo narrador, ao passo que a autoridade da Filosofia repousa na razão humana, sendo independente da pessoa do filósofo.
 - Tanto o mito quanto a Filosofia se ocupam da explicação de realidades passadas a partir da interação entre forças naturais personalizadas, criando um discurso que se aproximado da História e se opõe ao da Ciência.
 - Enquanto a função do mito é fornecer uma explicação parcial da realidade, limitando-se ao universo da cultura grega, a Filosofia tem um caráter universal, buscando respostas para as inquietações de todos os homens.
 - Mito e Filosofia dedicam-se à busca pelas verdades absolutas e são, em essência, faces distintas do mesmo processo de conhecimento que culminou com o desenvolvimento do pensamento científico.
 - A Filosofia é a negação do mito, pois não aceita contradições ou fabulações, admitindo apenas explicações que possam ser comprovadas pela observação direta ou pela experiência.

- 02.** (UEG-GO) A Filosofia, para muitos filósofos e comentadores, tem data e local de nascimento – séc. VII a.C. – e o primeiro filósofo teria sido Tales de Mileto (640-550 a.C.). Esse nascimento da filosofia marcou toda história do Ocidente, deixando um vasto legado de conquistas que ainda hoje influenciam nosso modo de ser. Dentre esses legados, destaca-se
- a desconfiança nas decisões puramente racionais, exigindo que os sentimentos e as paixões tivessem prioridade sobre a razão.
 - a visão fatalista da realidade, já que os gregos acreditavam que a vontade humana era condicionada por determinismos sociais e históricos.
 - o nascimento da filosofia enquanto fato histórico-social, circunscrito à realidade grega, exercendo pouca influência no desenvolvimento posterior do Ocidente.
 - o pensamento operando conforme leis e princípios que permitem distinguir o verdadeiro do falso, além de postular que as práticas humanas eram resultado da deliberação da vontade.
- 03.** (UEL-PR) No livro *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*, a Rainha Vermelha diz uma frase enigmática:

Pois aqui, como vê, você tem de correr o mais que pode para continuar no mesmo lugar.

CARROL, L. *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 186.

Já na Grécia antiga, Zenão de Eleia enunciara uma tese também enigmática, segundo a qual o movimento é ilusório, pois [...] numa corrida, o corredor mais rápido jamais consegue ultrapassar o mais lento, visto o perseguidor ter de primeiro atingir o ponto de onde partiu o perseguido, de tal forma que o mais lento deve manter sempre a dianteira.

ARISTÓTELES. Física. Z 9, 239 b 14. In: KIRK, G. S.; RAVEN, J. E.; SCHOFIELD, M. *Os Pré-socráticos*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. p. 284.

Com base no problema filosófico da ilusão do movimento em Zenão de Eleia, é correto afirmar que seu argumento

- baseia-se na observação da natureza e de suas transformações, resultando, por essa razão, em uma explicação naturalista pautada pelos sentidos.
- confunde a ordem das coisas materiais (sensível) e a ordem do ser (inteligível), pois avalia o sensível por condições que lhe são estranhas.
- ilustra a problematização da crença em uma verdadeira existência do mundo sensível, à qual se chegaria pelos sentidos.
- mostra que o corredor mais rápido ultrapassará inevitavelmente o corredor mais lento, pois isso nos apontam as evidências dos sentidos.
- pressupõe a noção de continuidade entre os instantes, contida no pressuposto da aceleração do movimento entre os corredores.

04. (UEMA) No contexto histórico da gênese da Filosofia, deixando de lado a polêmica sobre a ruptura ou a continuidade entre mito e Filosofia, importa destacar, precisamente, a perspectiva inovadora da Filosofia nascente. Novidade na Filosofia é
- a capacidade de fundamentar, racionalmente, as narrativas teogônicas.
 - a tendência à argumentação racional, generalizada em torno das coisas.
 - o exercício do distanciamento das coisas terrenas pelo pensamento abstrato.
 - o estabelecimento de competências argumentativas com justificativas para a política e a religião.
 - a racionalização da compreensão do mundo e o consequente abandono das crenças nos deuses.

05. (UENP-PR)

Origem da filosofia

Por que o homem se põe a filosofar? Poucas vezes em que esta questão foi formulada de modo suficiente, Aristóteles a abordou de tal maneira que exerceu sua influência decisiva sobre todo o processo ulterior da filosofia. O início de sua Metafísica é uma resposta a essa pergunta: Todos os homens tendem por natureza a saber. A razão do desejo de conhecer do homem é, para Aristóteles, nada menos que sua natureza. E a natureza é a substância de uma coisa, aquilo em que realmente consiste; portanto, o homem aparece definido pelo saber; é sua própria essência que move o homem a conhecer. E aqui voltamos a encontrar uma implicação mais clara entre saber e vida, cujo sentido irá se tornando mais diáfano e transparente ao longo deste livro. Mas Aristóteles diz algo mais. Um pouco adiante escreve: Pelo assombro começaram os homens, agora e num princípio, a filosofar, assombrando-se primeiro com as coisas estranhas que tinham mais à mão, e depois, ao avançar assim pouco a pouco, indagando-se sobre as coisas mais sérias tais como os movimentos da Lua, do Sol e dos astros e a geração do todo. Temos, pois, como raiz mais concreta do filosofar uma atitude humana que é o assombro. O homem estranha as coisas próximas, e depois a totalidade de tudo o que existe.”

MARÍAS, Julián. *História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Com relação ao surgimento da Filosofia, o que é incorreto afirmar?

- A Filosofia surgiu com os chamados filósofos pré-socráticos, cuja preocupação central privilegiava as questões cosmológicas.
- Tales de Mileto era um dos pré-socráticos; relatos antigos atribuem-lhe múltiplas atividades: engenheiro, político, astrônomo.
- O primeiro filósofo de que se tem notícia é Sócrates, por isso ele é considerado o pai da Filosofia e expoente máximo de todos os tempos.
- Enquanto no mundo mitológico a imaginação era amplamente explorada e os mitos não podiam ser questionados, a Filosofia valorizava o pensamento racional.
- Foi em Mileto que apareceu pela primeira vez a Filosofia, ao se formar a escola jônica composta por três figuras centrais: Tales, Anaxímenes e Anaximandro.

06. T5J3

(UFLA-MG) Foi na Jônia que se efetuaram os primeiros esforços de caráter completamente racional para descrever a natureza do mundo. Aí, a prosperidade material e as excepcionais oportunidades para estabelecer contatos com outras culturas aliaram-se, pelo menos durante algum tempo, a uma forte tradição cultural e literária que vinha do tempo de Homero. No espaço de um século, Mileto viu nascerem Tales, Anaximandro e Anaxímenes, todos eles dominados pela assunção de uma substância primária simples, cuja determinação foi o passo mais importante em qualquer das descrições sistemáticas da realidade.

KIRK, G. S; RAVEN, J. E. & SCHOFIELD, M. *Os filósofos pré-socráticos* – História crítica com seleção de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. p. 71 (Adaptação).

Com base na leitura do texto anterior, é correto afirmar, exceto:

- Os autores procuram destacar o caráter precursor dos filósofos jônicos e o fato de todos eles terem se referido a um princípio racional de unidade.
- As condições culturais e econômicas não chegaram a exercer influência sobre o desenvolvimento da Filosofia pré-socrática.
- A referência dos pré-socráticos a uma *arkhé*, a uma substância primária simples, correspondeu a uma estratégia para subordinar à razão a multiplicidade sensível.
- A relação entre o nascimento da Filosofia e a mitologia – por exemplo, aquela presente na literatura de Homero – não pode ser descrita como uma relação de total ruptura.

- 07.** (UFU-MG) A atividade intelectual que se instalou na Grécia a partir do séc. VI a.C. está substancialmente ancorada num exercício especulativo-racional. De fato, [...] não é mais uma atividade mítica (porquanto o mito ainda lhe serve), mas filosófica; e isso quer dizer uma atividade regrada a partir de um comportamento epistêmico de tipo próprio: empírico e racional.

SPINELLI, Miguel. *Filósofos Pré-socráticos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 32.

Sobre a passagem da atividade mítica para a filosófica, na Grécia, assinale a alternativa correta.

- A) A mentalidade pré-filosófica grega é expressão típica de um intelecto primitivo, próprio de sociedades selvagens.
- B) A Filosofia racionalizou o mito, mantendo-o como base da sua especulação teórica e adotando a sua metodologia.
- C) A narrativa mítico-religiosa representa um meio importante de difusão e manutenção de um saber prático fundamental para a vida cotidiana.
- D) A *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero são expressões culturais típicas de uma mentalidade filosófica elaborada, crítica e radical, baseada no *logos*.

- 08.** (UFU-MG) De um modo geral, o conceito de *physis* no mundo pré-socrático expressa um princípio de movimento por meio do qual tudo o que existe é gerado e se corrompe. A doutrina de Parmênides, no entanto, tal como relatada pela tradição, aboliu esse princípio e provocou, conseqüentemente, um sério conflito no debate filosófico posterior, em relação ao modo como conceber o ser.

Para Parmênides e seus discípulos:

- A) A imobilidade é o princípio do não-ser, na medida em que o movimento está em tudo o que existe.
- B) O movimento é princípio de mudança e a pressuposição de um não-ser.
- C) Um Ser que jamais muda não existe e, portanto, é fruto de imaginação especulativa.
- D) O Ser existe como gerador do mundo físico, por isso a realidade empírica é puro ser, ainda que em movimento.

- 09.** (Uncisal-PR) É correto afirmar que o homem procura incessantemente responder perguntas que deem sentido a sua vida. A partir do momento que buscou impor outra lógica ao seu pensamento, superando as explicações fantasiosas produzidas pelos mitos, focou na racionalidade o fundamento da verdade. Quer entender o mundo e seus fenômenos moveu os primeiros filósofos. Eles se debruçaram sobre a natureza e aquilo que ordena o Cosmos, estabelecendo novos conhecimentos.

Com relação aos primeiros filósofos, qual a opção correta?

- A) Produziram um pensamento voltado essencialmente para os temas metafísicos, deixando de lado o homem no seu fazer político.
- B) Entre os pensadores pré-socráticos não há preocupação com questionamentos mais profundos que exponha a lógica de funcionamento da natureza, seu princípio ordenador, sua essência.
- C) Preocupados com a vida pública nas pólis, os primeiros filósofos centraram no homem suas análises a respeito do Cosmos.
- D) Longe de toda e qualquer busca racional, os filósofos pré-socráticos admitiam certo conteúdo cosmogônico em suas explicações, pois ratificavam aquilo que Homero e Hesíodo haviam afirmado ser verdade em relação ao Cosmos.
- E) Os pré-socráticos buscavam explicar o Cosmos e encontrar o princípio ativo que lhe impunha ordem. Valorizado os estudos sobre a natureza, pouco ou nada discutiram sobre a moral, a política ou a metafísica.

- 10.** (Unicentro-PR) Embora o mito se caracterize, historicamente, por ser um tipo de consciência primitiva e anterior ao advento da escrita, ainda hoje subsiste em nossas fabulações, nos contos da sabedoria popular, no folclore, constituindo parte do nosso imaginário. Até mesmo Platão não o descartou inteiramente; pelo contrário, aproveitou-se de sua riqueza, narrando, na obra *A República*, pelo menos dois episódios com essa conotação: ora dizendo dos prisioneiros acorrentados ao fundo de uma caverna, ora narrando a história de Er. Pode-se mencionar ainda a utilização do mito de Édipo na psicanálise.

Considerando que o discurso mítico ainda persiste segundo variadas formas, assinale a alternativa correta.

- A) Devido ao fato de que o mito constitui a primeira leitura de mundo, o aparecimento de outras interpretações, como a crítico-reflexiva, faz dele um discurso sem inteligibilidade.
- B) Em sentido lato, tudo o que desejamos e pensamos deveria excluir, desde a infância, toda forma de imaginação cujos pressupostos são míticos, pois impedem um posterior trabalho com a própria razão presente nas coisas.
- C) Justamente porque o mito propõe relatos extraordinários, escapando à nossa compreensão, há enorme dificuldade da consciência de dispor a seu respeito e reconhecer-lhe tanto a validade, quanto a importância.
- D) O pensamento crítico-reflexivo permite, hoje, o exercício de um pensamento capaz de distinguir os mitos que são prejudiciais e aqueles que compõem positivamente o horizonte da imaginação.
- E) O mito resulta de vacilo do modo racional, constituindo-se dispensável no existir humano, e isso se justifica porque tal dimensão primitiva se apresenta, ainda hoje, com a mesma abrangência que teve nas sociedades tribais.

11. (UFF-RJ)
L9PX

Como uma onda

Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa
Tudo sempre passará

A vida vem em ondas
Como um mar
Num indo e vindo infinito

Tudo que se vê não é
Igual ao que a gente
Viu há um segundo
Tudo muda o tempo todo
No mundo

Não adianta fugir
Nem mentir
Pra si mesmo agora
Há tanta vida lá fora
Aqui dentro sempre
Como uma onda no mar
Como uma onda no mar
Como uma onda no mar

Lulu Santos e Nelson Motta

A letra dessa canção de Lulu Santos lembra ideias do filósofo grego Heráclito, que viveu no século VI a.C. e que usava uma linguagem poética para exprimir seu pensamento. Ele é o autor de uma frase famosa: "Não se entra duas vezes no mesmo rio".

Dentre as sentenças de Heráclito a seguir citadas, marque aquela em que o sentido da canção de Lulu Santos mais se aproxima delas.

- A) Morte é tudo que vemos despertados, e tudo que vemos dormindo é sono.
- B) O homem tolo gosta de se empolgar a cada palavra.
- C) Ao se entrar em mesmo rio, as águas que fluem são outras.
- D) Muita instrução não ensina a ter inteligência.
- E) O povo deve lutar pela lei como defende as muralhas da sua cidade.

12. (Unioeste-PR) É no plano político que a razão, na Grécia, primeiramente se exprimiu, constituiu-se e formou-se. A experiência social pode tornar-se entre os gregos o objeto de uma reflexão positiva, porque se prestava, na cidade, a um debate público de argumentos. O declínio do mito data do dia em que os primeiros sábios puseram em discussão a ordem humana, procuraram defini-la em si mesma, traduzi-la em fórmulas acessíveis a sua inteligência, aplicar-lhe a norma do número e da medida. Assim se destacou e se definiu um pensamento propriamente político, exterior à religião, com seu vocabulário, seus conceitos, seus princípios, suas vistas teóricas. Este pensamento marcou profundamente a mentalidade do homem antigo; caracteriza uma civilização que não deixou, enquanto permaneceu viva, de considerar a vida pública como o coroamento da atividade humana.

Considerando a citação anterior, extraída do livro *As origens do pensamento grego*, de Jean Pierre Vernant, e os conhecimentos da relação entre mito e filosofia, é incorreto afirmar que

- A) os filósofos gregos ocupavam-se das matemáticas e delas se serviam para constituir um ideal de pensamento que deveria orientar a vida pública do homem grego.
- B) a discussão racional dos sábios que traduziu a ordem humana em fórmulas acessíveis à inteligência causou o abandono do mito e, com ele, o fim da religião e a decorrente exclusividade do pensamento racional na Grécia.
- C) a atividade humana grega, desde a invenção da política, encontrava seu sentido principalmente na vida pública, na qual o debate de argumentos era orientado por princípios racionais, conceitos e vocabulário próprios.
- D) a política, por valorizar o debate público de argumentos que todos os cidadãos podem compreender e discutir, comunicar e transmitir, se distancia dos discursos compreensíveis apenas pelos iniciados em mistérios sagrados e contribui para a constituição do pensamento filosófico orientado pela razão.
- E) ainda que o pensamento filosófico prime pela racionalidade, alguns filósofos, mesmo após o declínio do pensamento mitológico, recorreram a narrativas mitológicas para expressar suas ideias; exemplo disso e o "Mito de Er" utilizado por Platão para encerrar sua principal obra, *A República*.

13. (UnB-DF) No início do século XX, estudiosos esforçaram-se em mostrar a continuidade, na Grécia Antiga, entre mito e Filosofia, opondo-se a teses anteriores, que advogavam a descontinuidade entre ambos.

A continuidade entre mito e Filosofia, no entanto, não foi entendida univocamente. Alguns estudiosos, como Cornford e Jaeger, consideraram que as perguntas acerca da origem do mundo e das coisas haviam sido respondidas pelos mitos e pela Filosofia nascente, dado que os primeiros filósofos haviam suprimido os aspectos antropomórficos e fantásticos dos mitos.

Ainda no século XX, Vernant, mesmo aceitando certa continuidade entre mito e Filosofia, criticou seus predecessores, ao rejeitar a ideia de que a Filosofia apenas afirmava, de outra maneira, o mesmo que o mito. Assim, a discussão sobre a especificidade da Filosofia em relação ao mito foi retomada.

Considerando o breve histórico anterior, concernente à relação entre o mito e a Filosofia nascente, assinale a opção que expressa, de forma mais adequada, essa relação na Grécia Antiga.

- A) O mito é a expressão mais acabada da religiosidade arcaica, e a Filosofia corresponde ao advento da razão liberada da religiosidade.
- B) O mito é uma narrativa em que a origem do mundo é apresentada imaginativamente, e a Filosofia caracteriza-se como explicação racional que retoma questões presentes no mito.
- C) O mito fundamenta-se no rito, é infantil, pré-lógico e irracional, e a Filosofia, também fundamentada no rito, corresponde ao surgimento da razão na Grécia Antiga.
- D) O mito descreve nascimentos sucessivos, incluída a origem do ser, e a Filosofia descreve a origem do ser a partir do dilema insuperável entre caos e medida.

14. (Uncisal) O conhecimento mítico apresenta características próprias que o diferenciam de outros modos de conhecer. Ele invariavelmente se vincula ao conhecimento religioso, mas conserva suas funções específicas: acomodar e tranquilizar o homem em meio a um mundo caótico e hostil. Nas sociedades em que ele se apresenta como um modo válido de explicação da realidade assume uma abrangência tamanha que determina a totalidade da vida, tanto no âmbito público como privado. Com referência ao conhecimento mítico, é incorreto afirmar que

- A) a adesão ao conhecimento mítico ocorre sem necessidade de demonstração, apenas se aceita a autoridade do narrador.
- B) as explicações oferecidas pelo conhecimento mítico essencialmente são de natureza cosmogônica.

- C) as representações sobrenaturais são utilizadas no intuito de explicar os fenômenos naturais.
- D) a narrativa mítica faz uso de uma linguagem simbólica e imaginária.
- E) se pauta na reflexão, apresentando a racionalidade e a cosmologia como componentes definidores do seu modo próprio de ser.

SEÇÃO ENEM



01. (Enem-2017) A representação de Demócrito é semelhante à de Anaxágoras, na medida em que um infinitamente múltiplo é a origem; mas nele a determinação dos princípios fundamentais aparece de maneira tal que contém aquilo que para o que foi formado não é, absolutamente, o aspecto simples para si. Por exemplo, partículas de carne e de ouro seriam princípios que, através de sua concentração, formam aquilo que aparece como figura.

HEGEL, G. W. F. Crítica moderna. In: SOUZA, J. C. (Org.). *Os pré-socráticos*: vida e obra. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (Adaptação).

O texto faz uma apresentação crítica acerca do pensamento de Demócrito, segundo o qual o "princípio constitutivo das coisas" estava representado pelo(a)

- A) número, que fundamenta a criação dos deuses.
- B) devir, que simboliza o constante movimento dos objetos.
- C) água, que expressa a causa material da origem do universo.
- D) imobilidade, que sustenta a existência do ser atemporal.
- E) átomo, que explica o surgimento dos entes.

02. (Enem-2016)

Texto I

Fragmento B91: Não se pode banhar duas vezes no mesmo rio, nem substância mortal alcançar duas vezes a mesma condição; mas pela intensidade e rapidez da mudança, dispersa e de novo reúne.

HERÁCLITO. *Fragmentos* (Sobre a natureza). São Paulo: Abril Cultural, 1996 (Adaptação).

Texto II

Fragmento B8: São muitos os sinais de que o ser é ingênito e indestrutível, pois é compacto, inabalável e sem fim; não foi nem será, pois é agora um todo homogêneo, uno, contínuo. Como poderia o que é perecer? Como poderia gerar-se?

PARMÊNIDES. *Da natureza*. São Paulo: Loyola, 2002 (Adaptação).

Os fragmentos do pensamento pré-socrático expõem uma oposição que se insere no campo das

- A) investigações do pensamento sistemático.
- B) preocupações do período mitológico.
- C) discussões de base ontológica.
- D) habilidades da retórica sofística.
- E) verdades do mundo sensível.

- 03.** (Enem–2016) O aparecimento da pólis, situado entre os séculos VIII e VII a.C., constitui, na história do pensamento grego, um acontecimento decisivo. Certamente, no plano intelectual como no domínio das instituições, a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade foi plenamente sentida pelos gregos, manifestando-se no surgimento da filosofia.

VERNANT, J.-P. *As origens do pensamento grego*.
Rio de Janeiro: Difel, 2004 (Adaptação).

Segundo Vernant, a filosofia na antiga Grécia foi resultado do(a)

- A) constituição do regime democrático.
- B) contato dos gregos com outros povos.
- C) desenvolvimento no campo das navegações.
- D) aparecimento de novas instituições religiosas.
- E) surgimento da cidade como organização social.

- 04.** (Enem) Quando Édipo nasceu, seus pais, Laio e Jocasta, os reis de Tebas, foram informados de uma profecia na qual o filho mataria o pai e se casaria com a mãe. Para evitá-la, ordenaram a um criado que matasse o menino. Porém, penalizado com a sorte de Édipo, ele o entregou a um casal de camponeses que morava longe de Tebas para que o criasse. Édipo soube da profecia quando se tornou adulto. Saiu então da casa de seus pais para evitar a tragédia. Eis que, perambulando pelos caminhos da Grécia, encontrou-se com Laio e seu séquito, que, insolentemente, ordenou que saísse da estrada. Édipo reagiu e matou todos os integrantes do grupo, sem saber que entre eles estava seu verdadeiro pai. Continuou a viagem até chegar a Tebas, dominada por uma Esfinge. Ele decifrou o enigma da Esfinge, tornou-se rei de Tebas e casou-se com a rainha, Jocasta, a mãe que desconhecia.

Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org.>>

Acesso em: 28 ago. 2010 (Adaptação).

No mito Édipo Rei, são dignos de destaque os temas do destino e do determinismo. Ambos são características do mito grego e abordam a relação entre liberdade humana e providência divina. A expressão filosófica que toma como pressuposta a tese do determinismo é:

- A) "Nasci para satisfazer a grande necessidade que eu tinha de mim mesmo." Jean-Paul Sartre
- B) "Ter fé é assinar uma folha em branco e deixar que Deus nela escreva o que quiser." Santo Agostinho
- C) "Quem não tem medo da vida também não tem medo da morte." Arthur Schopenhauer
- D) "Não me pergunte quem sou eu e não me diga para permanecer o mesmo." Michel Foucault
- E) "O homem, em seu orgulho, criou a Deus a sua imagem e semelhança." Friedrich Nietzsche

GABARITO

Meu aproveitamento 

Propostos

Acertei _____ Errei _____

- 01. A
- 02. D
- 03. C
- 04. B
- 05. C
- 06. B
- 07. C
- 08. B
- 09. E
- 10. D
- 11. C
- 12. B
- 13. B
- 14. E

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

- 01. E
- 02. C
- 03. E
- 04. B



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

A busca pela verdade: Sócrates e Platão

SÓCRATES E OS SOFISTAS – O SER HUMANO COMO CENTRO DO PROBLEMA FILOSÓFICO



Contexto histórico: Atenas, o centro cultural e político do mundo grego

Os filósofos naturalistas buscavam explicar a origem do *cosmos* a partir de um (ou mais de um) princípio ordenador do universo (a *arché*). Nos séculos VI e V a.C., após diversas tentativas de explicar racionalmente a natureza, alguns filósofos começaram a restringir o campo de suas investigações, buscando compreender uma parte da natureza: o ser humano e a sociedade. Sócrates e os sofistas foram importantes filósofos desse momento.

Um aspecto importante acerca do desenvolvimento do pensamento filosófico é que as reflexões filosóficas são resultado do contexto histórico vivenciado pelas pessoas. Isso significa que, quando a história muda, a Filosofia também muda. Muitas vezes, o objetivo da Filosofia é compreender a realidade, buscando sua verdade última. Por essa razão, o ponto de partida da reflexão é a realidade, caso contrário, a Filosofia poderia se tornar um modo de pensar e de viver sem conexão com a realidade do ser humano, perdendo toda a sua beleza e sua razão de ser. Para compreendermos a filosofia de Sócrates e dos sofistas, e a guinada filosófica que eles representaram na História da Filosofia (a ponto de muitos considerarem Sócrates o verdadeiro iniciador desse modo de pensar), precisamos compreender o contexto histórico em que seus pensamentos surgiram.

O período de Sócrates e dos sofistas pode ser caracterizado por duas mudanças que serviram como referência para as reflexões daquela época:

- 1) **A mudança da Filosofia na perspectiva geográfico-política**, posto que ela se desloca da Ásia menor e da Magna Grécia, onde ficam as cidades de Cólofon, Éfeso, Mileto e Samos, que foram o berço da Filosofia pré-socrática, para a Grécia continental, a Ática, mais especificamente, para Atenas.
- 2) **A mudança da problemática filosófica**: os pré-socráticos preocupavam-se com a natureza e sua origem, e nesse novo momento a Filosofia busca compreender o ser humano e a sociedade.

Após a vitória na guerra contra os Persas, Atenas despontou como a maior e mais importante de todas as cidades-Estado (pólis) gregas, representando o que havia de melhor no mundo grego. Com o crescente comércio e a expansão marítima e pelo conseqüente enriquecimento progressivo, a grande pólis desenvolveu uma classe comerciante muito influente, que exigia uma participação mais consistente na tomada de decisões da cidade, tornando, portanto, essencial a consolidação das instituições democráticas e a participação do *demos* (povo) na vida política.



Atenas hoje.

Historicamente, o poder estava nas mãos de poucas pessoas, que representavam a aristocracia dominante desde os primórdios daquela civilização, tempos em que as pessoas ainda viviam em pequenas vilas e se organizavam em torno da agricultura e da posse de terras. Com a formação das pólis a partir do século VIII a.C., essas aristocracias ainda se impunham como representantes do poder – inclusive o religioso – pelos laços de sangue, pela tradição e pela autoridade. Porém, nesse cenário de transformações, a aristocracia começou a perder seus privilégios. Prova disso foram as reformas políticas realizadas nesse período.

Em 594 a.C., Sólon fundou a democracia e as leis a que todos deveriam se submeter sem poder apelar às tradições particulares patriarcais. A partir de 510 a.C., Clístenes organizou a política, principalmente as instituições que representariam o lugar para as manifestações dos cidadãos no governo e na tomada de decisões na cidade. Entre essas instituições, havia a *Boulé*, conselho de quinhentos cidadãos escolhidos por sorteio, que cuidava das questões políticas cotidianas, e a *Ekklesía*, assembleia geral de todos os cidadãos atenienses. O poder de fazer leis, de resolver conflitos, de declarar inícios ou fins de guerras, de administrar a cidade estava nas mãos do povo, estabelecendo-se, assim, a democracia (*demos*: cidadãos, povo; *krátos*: poder).

Apesar de o termo democracia ter sua origem na Grécia, o modo como os gregos viviam sua democracia era muito distinto do modo como as democracias modernas se organizam hoje. A democracia atual é representativa, o que significa que alguns são escolhidos para representar os interesses e as necessidades do povo. No caso do Brasil, eles são os vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores e presidente da república. Diferentemente da democracia contemporânea, na Grécia antiga eram considerados cidadãos somente os homens maiores de 21 anos, livres, naturais de Atenas e que tinham posses, pelo menos uma casa e alguns escravos. Assim, não havia a participação de todo o povo, já que mulheres, crianças, estrangeiros e escravos não eram considerados cidadãos. Em segundo lugar, era uma democracia direta ou participativa, em que os cidadãos podiam manifestar em praça pública (ágora) suas opiniões e ideias, de modo que os cidadãos podiam participar diretamente do processo de tomada de decisão. O voto não existia como meio de eleger um representante no governo, mas como instrumento de manifestação da vontade particular para a decisão em casos específicos.

Ao contrário do que ocorria antes, na nova política ateniense não havia mais espaço para que alguns se impusessem, pelo poder ou prestígio, aos outros, sendo todos os cidadãos iguais perante a cidade nesse novo momento.

Por essa razão, o conhecimento de alguns sobre um assunto específico não os fazia melhores do que os outros, sendo considerada tirania a imposição do saber ou força de indivíduos sobre a opinião dos demais, postura não mais admitida. Na política ateniense, aquele que possuía mais técnica ou mais competência não tinha mais poder do que os outros cidadãos que não as possuíam.

Dois princípios fundamentais guiaram a democracia grega:

- 1 – **Isonomia**: igualdade de todos os homens perante a lei.
- 2 – **Isegoria**: o direito de todo cidadão expor em público suas opiniões e ideias e tê-las em consideração nas tomadas de decisão.

Economicamente, Atenas também se transformou em uma potência sem precedentes na história da Grécia. Pelo desenvolvimento do comércio e do artesanato, tornou-se um porto cosmopolita pelo qual chegavam e partiam praticamente todas as mercadorias produzidas e comercializadas entre os vários povos do mundo conhecidos nessa época. Consequentemente, passou a ser um centro urbano importantíssimo, com um poder bélico e naval também sem precedentes, o que trouxe problemas sérios de rivalidade com outros povos; sendo um dos resultados a Guerra de Peloponeso, narrada detalhadamente por Tucídides e Xenofonte.

Mesmo em meio à Guerra de Peloponeso, Atenas conheceu o auge de seu desenvolvimento. Esse período ficou conhecido como “O século de Péricles” (de 440 a 404 a.C.).

A Guerra de Peloponeso

Esse confronto entre Atenas e Esparta, um dos mais importantes e conhecidos da Antiguidade, aconteceu em Peloponeso, península ao sul da Grécia. Atenas constituía o mais importante polo político e comercial do mundo no século V a.C., e Esparta, cidade-estado grega de tradição tipicamente militarista, cultivava hábitos austeros para formar o caráter guerreiro de seus cidadãos. Segundo Tucídides, a razão fundamental da guerra foi o crescimento do poder ateniense e o temor gerado por esse crescimento entre os espartanos devido à ascendente influência dos atenienses na península de Peloponeso. Diante do poderio militar de Esparta, Atenas se rendeu, culminando com execução de um golpe político, encabeçado pela antiga aristocracia ateniense, acabando com a democracia e implantando um sistema de governo autoritário, a Tirania dos Trinta, que durou menos de um ano.



Guerreiro grego.

Autor desconhecido / Museu Arqueológico de Esparta

A tragédia grega: educando a partir dos novos valores da pólis

Nesse contexto de alterações em Atenas, o gênero literário e teatral, denominado de tragédia grega, ocupou um papel de suma importância para os gregos, principalmente durante os séculos V e VI a.C. Os principais representantes foram Sófocles, Ésquilo e Eurípides.

Podemos descrever três aspectos importantes da tragédia nesse período:

A relação da tragédia com o aspecto cívico do povo e da cidade

As tragédias eram escritas e representadas durante as festividades cívicas de Atenas para serem utilizadas como instituição social de caráter democrático e levarem os gregos a refletirem sobre a cidade e o surgimento da democracia. A própria cidade financiava os escritores e as apresentações, e um grupo de cidadãos ou um colégio formavam o coro da tragédia.

Leis divinas *versus* leis humanas

Esse segundo aspecto da tragédia, intrinsecamente ligado ao seu papel cívico, tem como fundo as transformações das relações entre as pessoas que, inicialmente, se vingavam umas das outras, fazendo, de acordo com o direito dado pelos deuses, com que as leis e as tradições aristocráticas permitissem tais atitudes. Porém, na terceira parte da tragédia (em geral as tragédias eram trilogias), os deuses davam às pessoas a possibilidade de decidirem, mesmo contra as leis divinas tradicionalmente aceitas, as penas aos crimes cometidos por eles. Dessa forma, a democracia, efetivada na discussão e no diálogo, seria a responsável pela decisão sobre os destinos das pessoas por meio das leis criadas e dos julgamentos realizados em seus tribunais, independentes das divinas.

Essa contraposição, porém, gerou um conflito entre as pessoas, o qual foi bem exemplificado na tragédia *Antígona*, de Sófocles. Nessa obra, Antígona deseja enterrar Policine, seu irmão que havia sido morto após atentar contra a cidade, que era governada por Creonte (tio de Antígona). Pela lei da cidade, como Policine foi acusado de traição política, seu corpo não poderia ser enterrado nem receber as honras do ritual fúnebre, tendo de ficar exposto até ser devorado por animais.

Desrespeitando a lei imposta pela cidade – e não pelos deuses –, por amor ao seu irmão e pelo dever da tradição, segundo a qual as mulheres deveriam enterrar os mortos de suas famílias, Antígona enterrou seu irmão.

A essência do enredo é o conflito gerado pela contraposição entre a tradição e as novas possibilidades da democracia. Esse conflito é exemplificado pelo seguinte questionamento: Antígona deve obedecer às leis da cidade e dos seres humanos, ou deve seguir as leis naturais ou divinas que lhe garantiam o direito de enterrar seu irmão? Se, de um lado, temos os direitos garantidos aos seres humanos pelos deuses ou pela própria natureza, ou seja, a tradição, do outro temos as leis da cidade que podem conflitar com esses direitos tradicionais.



Nikiforos Lytras / Galeria Nacional da Grécia

Na tragédia grega *Antígona*, a protagonista quer enterrar seu irmão para que ele não perca a honra, indo contra as leis da cidade, as quais a proibiam de fazê-lo.



Charles-Julien / Museu de Belas Artes de Marselha

Nessa representação, Antígona e seu irmão Édipo sendo alvo da reação das pessoas por ter enterrado seu irmão, contrariando as leis da cidade.

A nova educação ateniense: uma nova *Areté*

Com as reformas realizadas por Sólon e Péricles, surgiu um novo cenário social, político, econômico e cultural em Atenas.

A situação de Atenas nesse período era constituída de: nascimento da democracia; gradativa perda do poderio por parte da aristocracia dominante, ligada à terra, ao sangue e à guerra; desenvolvimento de uma nova classe social, composta pelos artesãos e comerciantes; o nascimento de valores caros a essa nova classe que surgia.

Anteriormente, para a aristocracia, classe social fundamentada no sangue e na linhagem, o termo *areté* se referia à formação do jovem guerreiro belo e bom, forjado pelo treinamento físico, possuidor de uma coragem ímpar para a guerra e decidido, caso necessário, a morrer na frente de batalha, coroado pela “bela morte”. Os guerreiros deviam ficar no ócio durante toda a vida, sem poder trabalhar, até o dia em que saíam para a guerra. Por isso, de acordo com esse modo de vida, era imprescindível a presença do escravo para os trabalhos manuais, que eram desprezados e considerados tarefa indigna para homens superiores. A educação do guerreiro era feita no ginásio, visando à perfeição do corpo. Com preceptores (mestres) que lhes ensinavam poesia, com base na leitura de Homero e Hesíodo, buscavam a perfeição do espírito. Esses belos e fortes guerreiros pertenciam à estirpe dos *áristoi* (os melhores).

Nesse novo momento, o termo *areté* se modificou, já que o modo de vida ideal do ateniense mudou. A nova *areté* se referia à formação do cidadão para o governo da pólis e visava à excelência moral e política, resumindo as virtudes cívicas do cidadão que deveria ser capaz de, correta e dignamente, pensar no bem da pólis. O ideal de excelência, nessa perspectiva, era o cidadão como bom orador, aquele que na *ágora* pronunciava seu discurso e fazia política, pois a democracia, maior e mais importante característica da pólis, se concretizava pelo *logos*, pela palavra, pela discussão.

A mudança de preocupação da Filosofia: o ser humano como foco

Assim, com as transformações históricas ocorridas na Grécia, a preocupação da Filosofia se deslocou da busca da compreensão da *arché* da natureza, representada pela Filosofia pré-socrática, para a busca da compreensão do ser humano. Nesse novo momento, o *cosmos* não era mais o foco de investigação, mas sim o indivíduo e a sociedade. Os filósofos buscaram, portanto, pensar o ser humano enquanto cidadão e todos os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais que dizem respeito aos homens livres e responsáveis pelo futuro da cidade. Pode-se dizer que houve, naquele momento, uma guinada antropocêntrica em que a pólis, as leis, o governo, a cidadania se tornam mais importantes em detrimento da busca da compreensão da origem e do funcionamento do universo. Inseridos nesse contexto, os sofistas foram figuras importantes para a História da Filosofia devido ao fato de se colocarem como os responsáveis por ensinar aos cidadãos aquilo que era essencial para que a democracia se tornasse possível: a arte de falar.

Os sofistas: os mestres na arte de ensinar

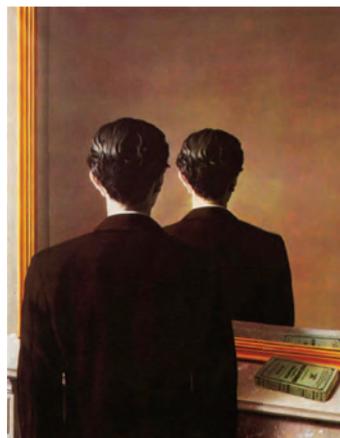
O conhecimento sobre os sofistas é pequeno e incerto, já que não há, além da obra de Isócrates – um sofista tardio –, nenhuma obra escrita por eles. Dos mais importantes sofistas, como Protágoras, Górgias e Hípias, não temos mais do que referências de citações e fragmentos feitas por filósofos que discordavam da atividade sofística, como Tucídides, Aristófanes, Platão e Aristóteles. Por essa razão, o conhecimento sobre os sofistas situa-se no contexto das críticas feitas a eles por aqueles que não concordavam com a sua atividade.

A atividade dos sofistas

Nesse período de transformações, surgiu um modo de vida profundamente marcado pela figura do cidadão, o qual devia cultivar os valores cívicos, de modo que o *demos* governasse a cidade discutindo e tomando decisões em conjunto na *ágora*. Para que os homens pudessem efetivamente participar dessa democracia, era essencial que tivessem as habilidades necessárias para concretizarem a discussão uma vez que não era possível o exercício da democracia, nos moldes atenienses, sem a habilidade de expor suas ideias por meio de argumentos. Foi essa a função dos sofistas: ensinar o cidadão a falar. Eles eram mestres de retórica ou oratória, ambas entendidas como a arte de falar bem. Eram professores, muitas vezes itinerantes, que, passando de cidade em cidade, ensinavam, somente mediante pagamento, aos jovens, dando mostras de sua eloquência ao manipular as palavras no meio do povo.

Foram os sofistas os primeiros professores na história da educação. Ensinavam a arte de argumentar e persuadir, fundamental para que o cidadão se destacasse com argumentos e vencesse as discussões na democracia grega. Quem soubesse falar melhor, sabendo convencer o outro, quem tivesse astúcia nas palavras ganhava a discussão em praça pública.

O relativismo sofístico



René Magritte / Museu Boijmans Van Beuningen

Os sofistas não acreditavam que existiam verdades únicas e absolutas sobre nada. Nessa representação do quadro de René Magritte, vemos como uma mesma imagem pode ser vista e interpretada por mais de um ponto de vista.

Os sofistas transmitiam seus ensinamentos tanto para pequenos grupos de adultos quanto em aulas particulares para os mais jovens, principalmente aqueles de famílias mais abastadas, que viam em seus ensinamentos o caminho mais curto e promissor para a ascensão política.

Considerando a importância da democracia para a sociedade grega, falar bem significava ser ouvido e seguido pelos outros, possibilitando fazer valer suas ideias e sobrepor as suas opiniões às dos demais.

Devido a esse desejo de alcançar poder político, os sofistas eram muito bem recebidos pelas famílias das classes sociais emergentes, constituídas pelos comerciantes e artesãos.

Se as ideias podem ser defendidas ou condenadas, se é possível argumentar persuasivamente a favor ou contra qualquer ideia, significa então que os sofistas não acreditavam em verdades únicas e absolutas sobre nada. Ao discursarem em praça pública, os sofistas introduziram em Atenas o ardor e o interesse pela dialética, enquanto disputa de ideias, e pela retórica, entendida como a arte de falar bem. Trouxeram à tona uma questão fundamental para a compreensão de seu pensamento: a crítica quanto à pretensão da Filosofia de alcançar as verdades últimas das coisas. Será que realmente existe uma natureza, uma essência, uma verdade única e determinante que serve para todas as pessoas? Ou será que as verdades podem variar, não passando de convenções humanas sobre temas diversos?

Baseados na experiência de terem contato com pessoas de outras regiões e por morarem na Jônia, região portuária que recebia várias embarcações vindas de outras regiões, os sofistas defendiam não existirem valores, normas ou ideias únicas e absolutas para todas as pessoas.

Em Atenas, os democratas defendiam que as leis, os costumes, as normas e valores antigos, próprios da aristocracia, não passavam de convenções, as quais adquiriram, com o passar do tempo, caráter de verdade única e inalterável, e que, por isso, poderiam ser alteradas ou mesmo desconsideradas. As consideradas verdades morais, políticas, religiosas, sobre a natureza das pessoas, divididas como melhores ou piores, a origem dos estados e cidades; tudo era considerado pura convenção, somente manifestação da vontade humana de um determinado período histórico.

Nessa perspectiva de que tudo se trata de convenção, basta que se argumente, que se convença, que se apresente as razões para que as leis, costumes, normas e "verdades" se modifiquem. É esse o significado de retórica: a arte de oferecer razões, argumentos que possam persuadir as pessoas daquilo que é melhor e útil para elas e para a cidade. A arte da retórica, a qual é a arte de convencer, fundamenta-se, então, na arte da dialética, que é a arte de discutir e confrontar ideias.

A retórica ensina, em primeiro lugar, que o que conta não é o fato em si, mas o que dele aparece, aquilo que pode persuadir os homens. É a arte do *logos* que não é somente discurso e raciocínio, mas também aparência e opinião, na medida em que estas se opõem aos fatos, e sua finalidade é a persuasão.

Em honra dos sofistas, deve ser dito que a persuasão é preferível à força e à violência e que a retórica é, por excelência, uma arte democrática que não pode florescer numa tirania. Por isso Aristóteles lembra que o nascimento da retórica em Siracusa coincidiu com a derrubada do tirano.

GUTHRIE. W. K. C. *The sophists*. Londres: Cambridge University Press, 1971. p. 188. [Fragmento]

Enfim, a sofística não era uma escola, pois não teve um fundador. É um ensinamento, uma *paideia*. Os sofistas ensinavam a defender e a atacar, uma ou outra coisa quando conveniente, da mesma forma e com a mesma força persuasiva. Por isso, aquele que discute deve aprender tanto os argumentos contrários quanto os favoráveis ao mesmo assunto se quiser vencer na discussão e fazer valer sua opinião sobre a dos demais.

Protágoras de Abdera (481-411 a.C.)

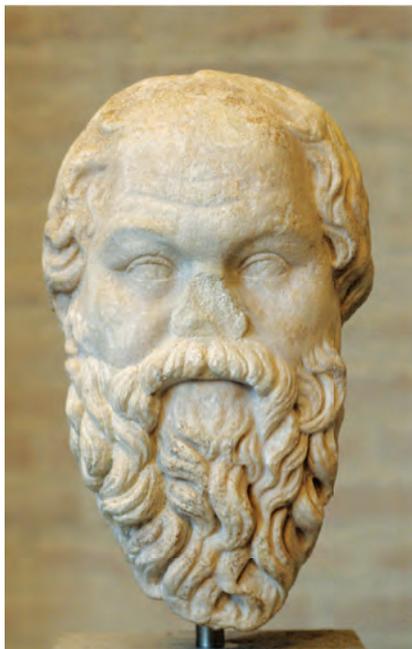


Giuseppe de Ribera / Museu Wadsworth Atheneum

Representação de Protágoras. Seu princípio do *homo mensura* resume o relativismo sofístico.

Sua mais importante frase, que resume seu pensamento e em grande medida toda a sofística, é "O homem é a medida de todas as coisas; das que são por aquilo que são e das que não são por aquilo que não são". Dessa frase se infere o princípio do *homo mensura*, ou seja, do ser humano como medida das coisas, das ideias, das verdades. Segundo esse princípio, o ser humano é aquele que mede, julga e avalia todas as coisas, como as experiências, as normas, os fatos em geral. Com esse pensamento, Protágoras negava que existisse um critério absoluto de verdade que determinasse o falso e o verdadeiro, sendo o único critério de avaliação das afirmações o próprio indivíduo. As coisas poderiam ser de uma forma para alguém e completamente diferentes para outra pessoa. Se o ser humano individual fosse o critério para tudo, cada um pensaria e julgaria da maneira que mais lhe conviesse ou que mais se adequasse às suas necessidades. Dessa forma, ninguém estaria errado, mas cada um teria a sua verdade.

SÓCRATES



Autor desconhecido / Museu Glyptothek

Busto de Sócrates no museu de Glyptothek, em Munique, Alemanha.

[...] meu amigo Sócrates, que não temo proclamar o homem mais justo de seu tempo [...].

PLATÃO. Carta sétima. In: PAVIANI, Jayme. *Platão e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 10.

Nascido em Atenas em 470/468 a.C., filho de Sofronisco, escultor, e Fenarete, parteira, Sócrates é considerado por alguns o fundador da chamada Filosofia Clássica. Pelo que tudo indica, estudou Geometria e Astronomia com Arquelaus e se aproximou da concepção de *cosmos* de Anaxágoras. Saiu da cidade somente três vezes, e todas elas para lutar na Guerra de Peloponeso. Nunca assumiu um cargo político de importância, como Péricles, por exemplo, tendo tido apenas três participações nos tribunais da cidade, sendo que nas duas primeiras se recusou a cumprir ordens que iam contra as leis de Atenas. A terceira vez que esteve no tribunal foi como acusado. Em seu julgamento, foi condenado à pena capital, morrendo com 70 anos de idade.

Diz a história que Sócrates começou a se dedicar à Filosofia quando, após visitar o Oráculo de Delfos e ouvir uma voz interior que chamou de *daimon* (espécie de espírito bom ligado à pessoa que indicava os caminhos que ele não deveria trilhar), entendeu a inscrição acima da porta do templo que dizia "Conhece-te a ti mesmo" e tomou essa máxima como sua missão até a morte.

Sócrates teve uma vida pobre e despojada com sua mulher Xantipa e seus filhos, pois deixou todas as tarefas práticas para se dedicar à sua missão. Dedicava-se dia e noite ao conhecimento de si e levava todos os que dele se aproximavam a buscá-lo por meio dos famosos diálogos, realizados em praça pública, em círculos fechados de amigos ou qualquer outro lugar em que pudesse alcançar seu objetivo: buscar levar as pessoas à verdade.

Sócrates: a "encarnação" da Filosofia

A filosofia socrática se baseia, fundamentalmente, nas ideias do "Conhece-te a ti mesmo" e do "Só sei que nada sei". Com esse embasamento, a preocupação central e o mais importante em toda a filosofia de Sócrates foi pensar o ser humano tal como os sofistas faziam. Sócrates não se interessou pelo conhecimento da origem do Universo, como era típico do pensamento pré-socrático, nem mesmo com as técnicas do bom discurso, motivo de crítica por parte dos sofistas.

Fazendo sempre a pergunta "o que é...?", Sócrates se pôs a serviço da verdade em busca de definições claras e únicas sobre aquilo que determina a moral humana a fim de encontrar a verdade que servisse como critério das ações dos indivíduos em sociedade.

Essa missão de Sócrates começou quando seu amigo Querefonte, indo consultar o Oráculo de Delfos e perguntando-o quem era o homem mais sábio que existia, recebeu a notícia de que esse homem era Sócrates. Imediatamente, foi contar ao amigo o que o Oráculo disse. Surpreso com essa notícia, Sócrates sabia que o Oráculo não podia estar errado e, então, colocou-se a questionar o que poderia haver por trás de tal revelação. Nesse momento, inicia-se a chamada pesquisa socrática: ele saía em visita a todos os homens considerados sábios de seu tempo, ou que tinham essa fama, os artesãos, políticos e poetas mais importantes, dialogando com eles para verificar o que haveria nele próprio de diferente dos outros homens que pudesse fazer com que ele, e não os outros, fosse considerado o mais sábio. Ao terminar suas visitas, percebeu que enquanto os outros acreditavam que de fato sabiam tudo, Sócrates tinha consciência de que não sabia nada, ou seja, notou que os outros acreditavam saber sobre todas as coisas e que por isso se fechavam ao conhecimento, enquanto ele reconhecia que aquilo que conhecia era muito pouco ou insignificante em relação a tudo o que se podia conhecer.

Sócrates reconhecia que a cada conhecimento obtido uma nova ignorância surgia. Dessa forma, ele resumiu, em sua vivência, o espírito da Filosofia, que se constitui na busca incessante pela verdade por meio da investigação, da crítica e do questionamento. Para Sócrates, a verdadeira filosofia é uma atividade investigativa diante do mundo e não um conjunto de conhecimentos e saberes prontos e acabados sobre o ser humano e o mundo.

O método de análise conceitual

Quando Sócrates se colocava a conversar com seus interlocutores, ele buscava deliberadamente não as opiniões variadas de cada um sobre aquilo que estava sendo discutido, mas o conceito em si mesmo. Para Sócrates, não importava o que cada pessoa em particular pensava sobre o assunto ou os exemplos de uma ação que tinha uma característica, como ações corajosas de um determinado indivíduo. A Sócrates interessava conhecer os conceitos de coragem, de justiça, de verdade, entre outros conceitos do campo da moral.



Sócrates em sua prática do diálogo. Detalhe da obra A Escola de Atenas.

Vejamos um exemplo, retirado do diálogo *Ménon* de Platão:

Ménon: Você pode me dizer, Sócrates, se a virtude é algo que pode ser ensinado ou que só adquirimos pela prática? Ou não é nem o pensamento nem a prática que tornam o homem virtuoso, mas algum tipo de aptidão natural ou algo assim?

Sócrates: [...] Você deve considerar-me especialmente privilegiado para saber se a virtude pode ser ensinada ou como pode ser adquirida. O fato é que estou longe de saber se ela pode ser ensinada, pois sequer tenho a ideia do que seja a virtude [...] E como poderia saber se uma coisa tem uma determinada propriedade se sequer sei o que ela é. Diga-me você próprio, o que é virtude?

PLATÃO. *Ménon*. Tradução de Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2001. p. 23.

É importante deixar claro que o objetivo de Sócrates ao buscar a verdade sobre todas as coisas diz respeito diretamente à vida das pessoas na cidade. Chamado de “pai ou fundador da ética”, Sócrates acreditava que as ações humanas deveriam seguir os mesmos valores, sendo estes racionalmente atingidos por todos. Um dos maiores problemas socráticos se encontra no campo da ação: como as pessoas devem agir? O que é correto fazer? Como devemos nos portar como cidadãos? Quais devem ser os caminhos para governar a cidade?

Ao buscar as ideias ou conceitos únicos, o filósofo acreditava que tais conceitos eram os fundamentos das ações humanas e, por isso, determinariam o certo e errado, o bom e o mau, o justo e o injusto, etc. Para o filósofo, a finalidade da vida ética é a autonomia, que é a capacidade do ser humano de se guiar, dando para si, por meio da razão que encontra as verdades, suas próprias leis e normas morais.

O método socrático do conhecimento



Para Sócrates, o conhecimento era alcançado por meio do diálogo. A imagem representa Sócrates debatendo com seus alunos.

Como já foi dito, Sócrates utilizava o diálogo a fim de encontrar o conceito ou a verdade única. Ele acreditava que esse conceito estaria dentro da pessoa e que, para alcançá-lo, bastaria que as ideias fossem despertadas. A isso chamamos maiêutica ou parto das ideias. No mesmo diálogo *Ménon*, Sócrates deixa clara essa ideia:

Portanto, em todos aqueles que não sabem o que são certas coisas, se encontra o conhecimento verdadeiro dessas coisas [...]. E tais conhecimentos foram despertados nele como de um sono; e creio que se alguém lhe fizer repetidas vezes e de várias maneiras perguntas a propósito de determinado assuntos, ele acabará tendo uma ciência tão exata como qualquer pessoa da tua sociedade [...]. Ele acabará sabendo, sem ter possuído mestre, graças a simples interrogações, extraindo o conhecimento de seu próprio íntimo.

PLATÃO. *Ménon*. Tradução de Maura Iglésias. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio, 2001. p. 61-63.

Para Sócrates, o conceito é a ideia do que a coisa é em si mesma, em sua essência, que é universal, e como tal só pode ser obtida pela razão. Ao dizer que a verdade está no ser humano, ele está afirmando que a razão humana, ao movimentar-se na direção da verdade, encontraria em si mesma a verdade. Se a racionalidade é a mesma para todos e opera pelos mesmos caminhos em todos, deve-se, então, alcançar os mesmos resultados pelo seu exercício.

O caminho que leva ao conhecimento verdadeiro se dá na forma de diálogo e pode ser dividido em duas partes:

- 1º **momento – exortação ou ironia.** Nesse momento, Sócrates chama o interlocutor para o exercício da Filosofia, a fim de buscar a verdade juntamente a ele em uma atitude de refutação dos argumentos com o objetivo de enfraquecer os preconceitos e opiniões de caráter sensorial e sem fundamentação.
- 2º **momento – indagação ou reminiscência.** Nesse momento, Sócrates faz perguntas, comentando as respostas, refazendo as perguntas a fim de aproximar seu interlocutor da verdade. Esse processo de parto das ideias só pode ter como protagonista o indivíduo a quem Sócrates ajuda a alcançar a verdade. Assim, a pessoa atinge, com a ajuda de Sócrates, graus diferentes e cada vez mais aprofundados de abstração, aproximando-se por suas próprias conclusões daquilo que procura, ou seja, da verdade em si.

As diferenças entre Sócrates e os sofistas

A partir do que foi dito, podemos compreender as diferenças fundamentais que distinguem a filosofia de Sócrates da atividade dos sofistas. Os sofistas eram professores de política, de oratória, de retórica, de virtude que ensinavam as técnicas de como as pessoas podiam defender suas ideias, de modo a levar seu interlocutor ao convencimento. Eles não estavam preocupados com a verdade, até porque não acreditam que existisse uma única verdade sobre as coisas. Eles se julgavam detentores de um conhecimento que seria transmitido a quem pagasse por ele. Transmitem em forma de monólogos um saber pronto e acabado sem discuti-lo. Sendo céticos, não acreditavam em verdades únicas para todos, mas a “verdade” que se sobressairia às demais seria a daquele que melhor argumentasse. Assim, para os sofistas não importava o conteúdo da ideia, mas como ela seria exposta.

Ao contrário dos sofistas, Sócrates não ensinava, perguntava. Não expunha, mas induzia à reflexão, uma vez que, para esse filósofo, o conhecimento já está dentro da pessoa e deve somente ser despertado, sendo, por isso, errado cobrar para ensinar, razão pela qual chamava os sofistas de “prostitutos do saber”.

Sócrates buscava a verdade e não a aparência mutável das coisas ou a beleza e técnicas do argumento. Para isso, saiu da multiplicidade das opiniões contrárias para a unidade do conceito, da verdade única, para alcançar a coisa em si.

O julgamento e morte de Sócrates

Sócrates foi levado ao tribunal como réu, por corromper a juventude e por exercer impiedade, ou seja, ele foi acusado de introduzir novas crenças para os cidadãos da cidade. Um dos argumentos que sustentam essa tese é de que Sócrates dizia escutar uma voz interior, o *daimon*, e acreditar que este seria como um deus que lhe indicava o que não deveria fazer. Do tribunal Sócrates saiu direto para a prisão para aguardar o dia de sua morte.

O filósofo foi acusado de perverter os filhos dos aristocratas com seus ensinamentos, levando-os a duvidarem dos valores tradicionais atenienses. Ao que tudo indica, o julgamento foi injusto e manipulado. Sócrates não se defendeu e aceitou sua condenação. Mesmo no período em que esteve preso esperando o dia de sua morte, tendo possibilidade de fugir, não aceitou essa proposta em fidelidade às leis da cidade.



Essa imagem representa a morte de Sócrates, no momento em que ele recebe o cálice de cicuta, o veneno que o matou, por ter incomodado os mais poderosos de Atenas com os seus questionamentos.

A verdadeira injustiça do julgamento está no fato de que os juízes não aceitaram o ensinamento socrático mais importante: o de que, para passar dos preconceitos (*doxa*) à Ciência e à verdade, é necessário não aceitar passivamente o que está posto e cristalizado como verdade incontestável.

Para conhecer os valores caros aos cidadãos e à pólis, é necessário saber de fato o que são esses valores e não simplesmente aceitar o que parecem ser, isto é, as opiniões sobre eles. Os questionamentos de Sócrates, seus diálogos e sua eloquência ameaçavam os mais poderosos, que temiam que a reflexão proposta por Sócrates levasse à dúvida, ao desrespeito às leis e, mais grave, mostrassem às pessoas que aqueles que em primeiro lugar deveriam respeitar e ser fieis às leis não o faziam.

PLATÃO: A CRIAÇÃO DA METAFÍSICA

Vida e contexto histórico

Platão, um dos pensadores mais importantes de toda a História da Filosofia, nasceu em 427 a.C. em Atenas. Descendente da antiga nobreza da cidade, recebeu uma educação esmerada para se tornar um guerreiro bom e belo, características próprias à sua classe social. Para isso, frequentou o ginásio, foi educado pela música e pela poesia, teve formação para a política (na nova *areté*) e para a guerra (de acordo com os antigos costumes da aristocracia).

Estudou com Crátilo, com quem aprendeu as ideias de Heráclito. Aos vinte anos, tornou-se discípulo de Sócrates, tendo sido o mais importante de seus seguidores. Teve contato com os pitagóricos, com os quais aprendeu a importância da Matemática.

Morreu em 347 a.C., aos 80 anos. Diz-se que, ao receber a visita de um amigo, já no leito de morte, em estado febril, solicitou à escrava que tocasse a lira enquanto conversava com seu visitante, como era costume da hospitalidade ateniense. Segundo esse relato, algumas horas mais tarde a febre aumentou e Platão faleceu.

A Atenas que Platão conheceu em sua infância, em seu auge de desenvolvimento político, econômico, cultural, emergindo como centro do mundo, não foi a mesma de sua juventude e maturidade. Aos dois anos de idade, Platão vivenciou dois fatos importantes que representam os problemas aos quais a cidade estava submetida: a morte de Péricles, um dos mais importantes políticos atenienses, e uma peste, que matou milhares de pessoas, aprofundando ainda mais a grave crise ateniense.

Devido a esses fatos, Atenas tentou, inclusive, negociar uma trégua na Guerra de Peloponeso com seus inimigos espartanos, a qual durou curtos seis anos, sendo a guerra restabelecida até 404 a.C., com a vitória de Esparta. Na juventude de Platão, Atenas estava em claro declínio, devido, principalmente, à Guerra de Peloponeso. Prestes a ser invadida pelas tropas da Macedônia, a grande pólis grega havia perdido sua democracia e seu povo estava desorientado.

Platão e a fundação da metafísica

O termo “metafísica” se refere àquilo que ultrapassa a esfera física. De acordo com essa perspectiva, os seres são formados por duas dimensões: a física, que compreende as coisas materiais e sensíveis, portanto mutáveis, e a essência, que se constitui naquilo que é imutável e que só pode ser compreendido pela racionalidade humana. Com o estudo da metafísica, busca-se conhecer aquilo que é essencial do ser e que está para além de sua matéria.

Alguns teóricos afirmam que Platão fundou a metafísica, pois a sua filosofia foi a primeira a defender a existência de uma realidade distinta do mundo sensível. Essa dimensão suprassensível, na perspectiva platônica, ficou conhecida como mundo inteligível ou mundo das ideias. Contudo, alguns teóricos criticam essa terminologia (uso do termo “mundo”) pela confusão que pode trazer. Na concepção platônica, deve-se entender por ideias não uma formulação da inteligência humana, mas pensá-las como formas inteligíveis que existem por conta própria e que constituem a essência ou causa primeira da realidade sensível, ou seja, ultrapassam a esfera da capacidade intelectual humana.

Platão queria chegar a um conhecimento do ser que ultrapassasse a mera aparência, a qual pode gerar uma multiplicidade de impressões, confundindo o sujeito no processo de obtenção do conhecimento. Para que a pessoa alcance um conhecimento verdadeiro sobre as coisas, ela deve buscar obter o saber imutável e essencial. Com essa teoria, Platão procurou chegar à natureza última dos seres, segundo a qual tudo o que existe, sejam coisas materiais ou imateriais, se origina da ideia; algo que seria a verdadeira perfeição dessas coisas ou seres. A ideia se refere, portanto, à natureza essencial do ser. Assim, para Platão, conhecer a essência é conhecer o que a coisa é em si e não somente o que se pensa sobre a coisa a partir da manifestação visível (o que percebemos) dos seres ou coisas. Platão denomina essa natureza essencial de ideia ou forma.

A forma platônica encontra-se em um nível superior, no mundo inteligível ou das ideias. A separação entre o sensível e o inteligível, entre o visível e o invisível, está na base da teoria do conhecimento de Platão, uma vez que conhecer verdadeiramente o que uma coisa é significa encontrar, por meio da razão, a forma inteligível que a originou, forma essa oriunda da esfera superior e perfeita das ideias, onde estão as verdades, as essências de todas as coisas.

Nesse contexto da esfera inteligível, Platão fala do Demiurgo, uma espécie de deus-artífice que criou todas as coisas do mundo sensível. De acordo com Platão, o Demiurgo, tomando como modelo as ideias inteligíveis ou formas perfeitas, que são eternas e imutáveis, deu forma à matéria disforme (assim como o Deus cristão, ao criar o ser humano, modelou o barro disforme), imprimindo nessa matéria a forma, de acordo com o modelo perfeito. Para compreendermos melhor: há uma forma (na esfera ideal ou das formas perfeitas) que foi modelo de todas as coisas. A partir desse modelo, o Demiurgo criou todas as coisas sensíveis, que são, portanto, uma cópia (o mundo sensível). Sendo cópia, segundo Platão, o mundo sensível é imperfeito, mutável, passageiro.

Platão considera que, para alcançar a verdade última e essencial das coisas, é necessário um exercício de reflexão. Assim, a verdade para Platão não está na realidade sensível, que não passa de cópia imperfeita, mas na imutabilidade, na perfeição das ideias que devem ser buscadas pelo ser humano. Encontrando-as, a pessoa encontra a verdade, a essência daquilo que busca compreender.

Como é possível conhecer: a epistemologia de Platão

Um dos pontos fundamentais da filosofia platônica é sua posição filosófica acerca do problema em relação a como se produz um conhecimento do ser, oriundo do embate entre os filósofos naturalistas Parmênides e Heráclito. Heráclito é conhecido como o filósofo do devir, ou seja, para ele, tudo está em constante movimento e mudança. Por essa razão, segundo seu pensamento, não há o que se conhecer, porque o objeto a ser conhecido muda o tempo todo, assim como o sujeito cognoscente. Para Platão, Heráclito erra ao considerar que a única coisa que existe é o devir, não existindo nada além do mundo físico, da materialidade das coisas sensíveis que estão em constante transformação.

Ao contrário de Heráclito, Parmênides acredita que o que existe é somente o ser, entendido como aquilo que é imóvel, imutável e eterno. Assim, para Parmênides só existiria a essência, sendo que a aparência, aquilo que se transforma, seria o não ser (pois, uma vez que muda, ele nada é). Segundo Platão, Parmênides também cometeu um erro ao negar a existência das coisas sensíveis.

Desse modo, Platão tenta solucionar esse problema, propondo que tanto o ser quanto o não ser existem, sendo que cada um possui características fundamentalmente distintas. Ao refletir sobre a esfera sensível e a inteligível, Platão identificou a dimensão inteligível com a teoria proposta por Parmênides, pois as ideias inteligíveis são perfeitas e imutáveis. Já a tese de Heráclito é identificada no mundo sensível, no qual tudo está em constante movimento. O ser humano vive no mundo sensível, estando, portanto, à mercê da mudança e da transitoriedade. Porém, a alma do ser humano, que veio do inteligível, corresponderia àquilo que não muda, e por meio dela a pessoa poderia buscar as verdades das ideias (ou essências) da realidade inteligível.

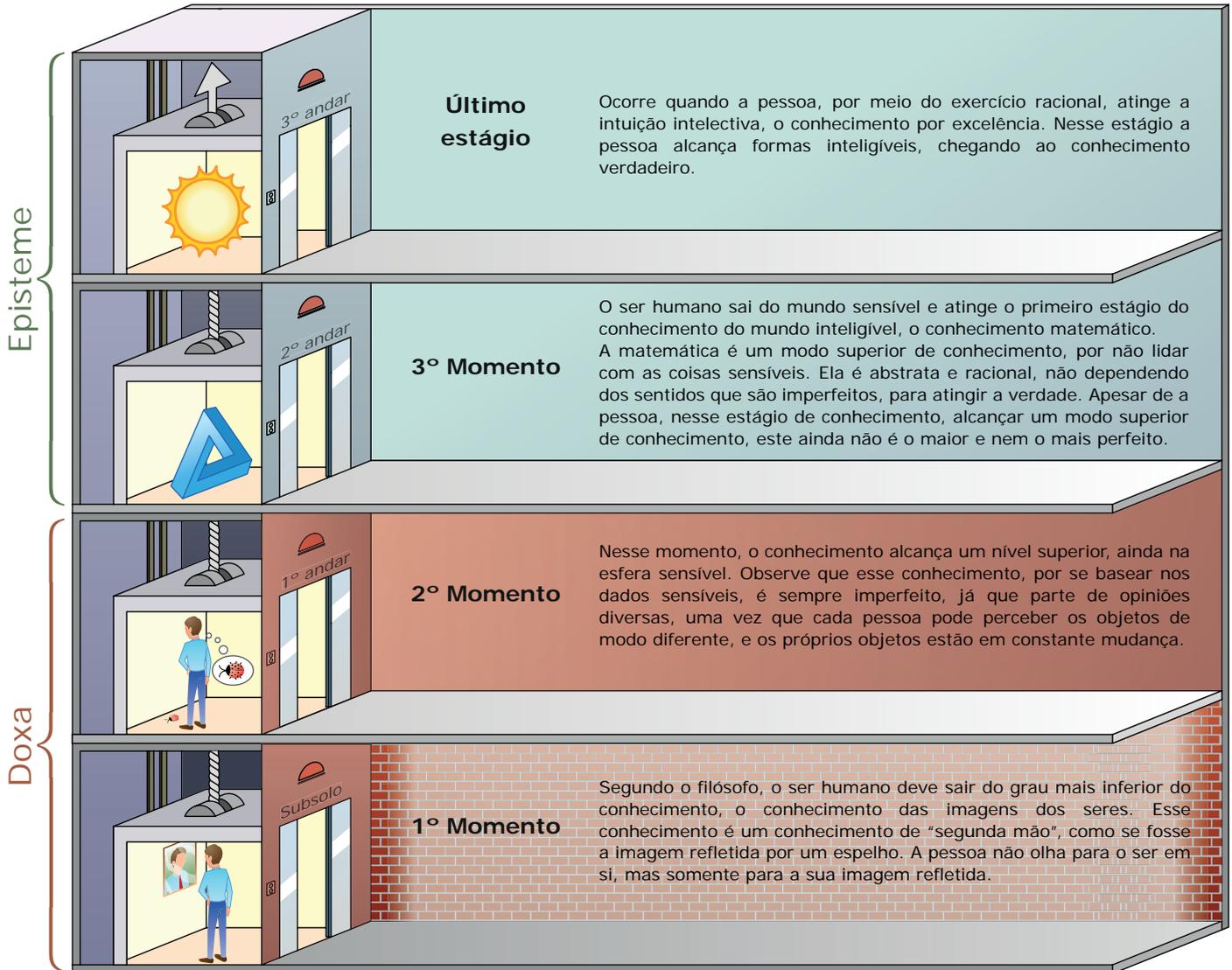
Contudo, surge um problema: como o ser humano alcança esse conhecimento, saindo do sensível em direção ao inteligível para atingir a verdade “em si e por si”?

A ascensão dialética

Para Platão, o conhecimento das ideias acontece por meio da dialética, processo de ascensão em busca da verdade. De acordo com a perspectiva platônica, a pessoa não alcança a verdade de uma só vez, mas o conhecimento se dá em uma subida gradativa e constante até que o sujeito alcance a ideia em si, ou seja, contemple, ao final desse processo, a forma inteligível.

Na teoria do conhecimento exposta no livro VI de *A república*, Platão diferencia graus de conhecimento, fundamentando-se na separação entre a esfera sensível e a inteligível.

A alma, por meio de um processo de busca e ascensão, sairia do sensível, nível mais básico do conhecimento, a *eikasía* – conhecimento baseado somente nas imagens dos seres – até atingir o mais alto conhecimento, a *nóesis* ou *episteme*, estando, no meio desse caminho, o conhecimento da *pístis*, ou *doxa*, e da *diánoia*. Platão resume esse processo em um diagrama, a “Similitude da linha”, que representamos da seguinte forma:



Devemos enfatizar que, para Platão, as ideias não são simples conceitos mentais, mas entidades ou essências que existem por si mesmas em um sistema hierárquico bem organizado. No topo dessa hierarquia, estaria a ideia do Bem, a mais importante de todas. A passagem de um grau a outro se dá pela dialética, quando a pessoa encontra as contradições no nível de conhecimento inferior e passa ao grau seguinte. Nesse sentido, a educação ocupa papel fundamental na filosofia platônica, pois é por ela que a alma é direcionada para contemplar a ideia do Bem (o que se conhece também como educação da alma). Platão afirma que a educação:

[...] seria uma arte da reviravolta, uma arte que sabe como fazer o olho mudar de orientação do modo mais fácil e mais eficaz possível; não a arte de produzir nele o poder de ver, pois ele já o possui, sem ser corretamente orientado e sem olhar na direção que deveria, mas a arte de encontrar o meio para reorientá-lo.

PLATÃO. *A República*.
 Tradução de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa.
 São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 292. (Os Pensadores)

A imagem mais conhecida utilizada por Platão para explicar sua teoria do conhecimento ficou conhecida como "Alegoria da caverna". Vejamos:

SÓCRATES – Figura-te agora o estado da natureza humana, em relação à ciência e à ignorância, sob a forma alegórica que passo a fazer. Imagina os homens encerrados em morada subterrânea e cavernosa que dá entrada livre à luz em toda extensão. Aí, desde a infância, têm os homens o pescoço e as pernas presos de modo que permanecem imóveis e só veem os objetos que lhes estão diante. Presos pelas cadeias, não podem voltar o rosto. Atrás deles, a certa distância e altura, um fogo cuja luz os alumia; entre o fogo e os cativos imagina um caminho escarpado, ao longo do qual um pequeno muro parecido com os tabiques que os pelotiqueiros põem entre si e os espectadores para ocultar-lhes as molas dos bonecos maravilhosos que lhes exibem.

GLAUCO – Imagino tudo isso.

SÓCRATES – Supõe ainda homens que passam ao longo deste muro, com figuras e objetos que se elevam acima dele, figuras de homens e animais de toda a espécie, talhados em pedra ou madeira. Entre os que carregam tais objetos, uns se entretêm em conversa, outros guardam em silêncio.

GLAUCO – Similar quadro e não menos singulares cativos!

SÓCRATES – Pois são nossa imagem perfeita. Mas, dize-me: assim colocados, poderão ver de si mesmos e de seus companheiros algo mais que as sombras projetadas, à claridade do fogo, na parede que lhes fica frente?

GLAUCO – Não, uma vez que são forçados a ter imóveis a cabeça durante toda a vida.

SÓCRATES – E dos objetos que lhes ficam por detrás, poderão ver outra coisa que não as sombras?

GLAUCO – Não.

SÓCRATES – Ora, supondo-se que pudessem conversar, não te parece que, ao falar das sombras que veem, lhes dariam os nomes que elas representam?

GLAUCO – Sem dúvida.

SÓCRATES – E, se, no fundo da caverna, um eco lhes repetisse as palavras dos que passam, não julgariam certo que os sons fossem articulados pelas sombras dos objetos?

GLAUCO – Claro que sim.

SÓCRATES – Em suma, não creriam que houvesse nada de real e verdadeiro fora das figuras que desfilavam.

GLAUCO – Necessariamente.

SÓCRATES – Vejamos agora o que aconteceria, se se livrassem a um tempo das cadeias e do erro em que laboravam. Imaginemos um destes cativos desatado, obrigado a levantar-se de repente, a volver a cabeça, a andar, a olhar firmemente para a luz. Não poderia fazer tudo isso sem grande pena; a luz, sobre ser-lhe dolorosa, o deslumbraria, impedindo-lhe de discernir os objetos cuja sombra antes via. Que te parece agora que ele responderia a quem lhe dissesse que até então só havia visto fantasmas, porém que agora, mais perto da realidade e voltado para objetos mais reais, via com mais perfeição? Supõe agora que, apontando-lhe alguém as figuras que lhe desfilavam ante os olhos, o obrigasse a dizer o que eram. Não te parece que, na sua grande confusão, se persuadiria de que o que antes via era mais real e verdadeiro que os objetos ora contemplados?

GLAUCO – Sem dúvida nenhuma.

SÓCRATES – Obrigado a fitar o fogo, não desviaria os olhos doloridos para as sombras que poderia ver sem dor? Não as consideraria realmente mais visíveis que os objetos ora mostrados?

GLAUCO – Certamente.

SÓCRATES – Se o tirassem depois dali, fazendo-o subir pelo caminho áspero e escarpado, para só o liberar quando estivesse lá fora, à plena luz do sol, não é de crer que daria gritos lamentosos e brados de cólera? Chegando à luz do dia, olhos deslumbrados pelo esplendor ambiente, ser-lhe-ia possível discernir os objetos que o comum dos homens tem por serem reais?



GLAUCO – A princípio nada veria.

SÓCRATES – Precisaria de algum tempo para se afazer à claridade da região superior. Primeiramente, só discerniria bem as sombras, depois, as imagens dos homens e outros seres refletidos nas águas; finalmente erguendo os olhos para a Lua e as estrelas, contemplaria mais facilmente os astros da noite que o pleno resplendor do dia.

GLAUCO – Não há dúvida.

SÓCRATES – Mas, ao cabo de tudo, estaria, decerto, em estado de ver o próprio Sol, primeiro refletido na água e nos outros objetos, depois visto em si mesmo e no seu próprio lugar, tal qual é.

GLAUCO – Fora de dúvida.

SÓCRATES – Refletindo depois sobre a natureza deste astro, compreenderia que é o que produz as estações e o ano, o que tudo governa no mundo visível e, de certo modo, a causa de tudo o que ele e seus companheiros viam na caverna.

GLAUCO – É claro que gradualmente chegaria a todas essas conclusões.

SÓCRATES – Recordando-se então de sua primeira morada, de seus companheiros de escravidão e da ideia que lá se tinha da sabedoria, não se daria os parabéns pela mudança sofrida, lamentando ao mesmo tempo a sorte dos que lá ficaram?

GLAUCO – Evidentemente.

SÓCRATES – Se na caverna houvesse elogios, honras e recompensas para quem melhor e mais prontamente distinguisse a sombra dos objetos, que se recordasse com mais precisão dos que precediam, seguiam ou marchavam juntos, sendo, por isso mesmo, o mais hábil em lhes predizer a aparição, cuidas que o homem de que falamos tivesse inveja dos que no cativeiro eram os mais poderosos e honrados? Não preferiria mil vezes, como o herói de Homero, levar a vida de um pobre lavrador e sofrer tudo no mundo a voltar às primeiras ilusões e viver a vida que antes vivia?

GLAUCO – Não há dúvida de que suportaria toda a espécie de sofrimentos de preferência a viver da maneira antiga.

SÓCRATES – Atenção ainda para este ponto. Supõe que nosso homem volte ainda para a caverna e vá assentar-se em seu primitivo lugar. Nesta passagem súbita da pura luz à obscuridade, não lhe ficariam os olhos como submersos em trevas?

GLAUCO – Certamente.

SÓCRATES – Se, enquanto tivesse a vista confusa – porque bastante tempo se passaria antes que os olhos se afizessem de novo à obscuridade –

tivesse ele de dar opinião sobre as sombras e a este respeito entrasse em discussão com os companheiros ainda presos em cadeias, não é certo que os faria rir? Não lhe diriam que, por ter subido à região superior, cegara, que não valera a pena o esforço, e que assim, se alguém quisesse fazer com eles o mesmo e dar-lhes a liberdade, mereceria ser agarrado e morto?

GLAUCO – Por certo que o fariam.

SÓCRATES – Pois agora, meu caro Glauco, é só aplicar com toda a exatidão esta imagem da caverna a tudo o que antes havíamos dito. O antro subterrâneo é o mundo visível. O fogo que o ilumina é a luz do Sol. O cativo que sobe à região superior e a contempla é a alma que se eleva ao mundo inteligível. Ou, antes, já que o queres saber, é este, pelo menos, o meu modo de pensar, que só Deus sabe se é verdadeiro. Quanto a mim, a coisa é como passo a dizer-te. Nos extremos limites do mundo inteligível, está a ideia do bem, a qual só com muito esforço se pode conhecer, mas que, conhecida, se impõe à razão como causa universal de tudo o que é belo e bom, criadora da luz e do Sol no mundo visível, autora da inteligência e da verdade no mundo invisível, e sobre a qual, por isso mesmo, cumpre ter os olhos fixos para agir com sabedoria nos negócios particulares e públicos.

PLATÃO. *A República*. Tradução de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 287-292.
(Os Pensadores)

Platão usa uma metáfora para explicar sua teoria filosófica. De acordo com ela, a caverna é o mundo sensível onde vivemos. A pouca luz da fogueira que projeta as sombras na parede da caverna é um reflexo da luz verdadeira sobre o mundo sensível. Os prisioneiros são todas as pessoas que estão presas na esfera sensível e imperfeita. As sombras são as coisas sensíveis que as pessoas tomam como verdadeiras, mas que não passam de cópias das ideias perfeitas. As correntes são os preconceitos das pessoas, a confiança nas opiniões obtidas pelos sentidos. O instrumento que faz possível se libertar das correntes para sair da caverna é a dialética. O prisioneiro que escapa é a representação do filósofo que busca o conhecimento e não se contenta com aquilo que é “normal” e aceito por todos como verdade. A luz que o prisioneiro vê é o próprio Sol, a ideia do Bem, que ilumina toda a esfera inteligível assim como o Sol ilumina a sensível. O retorno à caverna com a intenção de levar as pessoas para fora é o convite ao diálogo filosófico. Dessa forma, o conhecimento, como representado na “Alegoria da caverna”, é um ato de libertação e de iluminação da alma rumo à verdade; é a tentativa de retirar o ser humano da ignorância das trevas do dogmatismo do senso comum e levá-lo à claridade do conhecimento verdadeiro das ideias.

A reminiscência da alma: “Conhecer é relembrar”

Ao pensarmos sobre a “Alegoria da caverna”, podemos nos perguntar se todas as pessoas podem se libertar da caverna, do conhecimento sensível e imperfeito, para atingir a visão do Sol, alcançando o conhecimento perfeito e verdadeiro das Ideias. A resposta de Platão a essa pergunta encontra-se na teoria da reminiscência da alma.

Utilizando-se de outra metáfora, recurso didático característico do filósofo, Platão esclarece seu pensamento por meio do “Mito de Er”, conhecido também como o “Mito da reminiscência” ou “da Anamnese”.

Nesse mito, Platão narra a história do pastor Er, que, levado por uma deusa, visita o reino dos mortos, onde ficam as almas de todas as pessoas contemplando serenamente as formas inteligíveis. Nesse lugar, as almas aguardam um dia em que poderão se encarnar em novos corpos, sendo que elas poderão escolher a vida que terão na Terra. Após sua escolha, elas são encaminhadas ao rio do esquecimento, *Léthe* (contrário a *Alétheia*, que significa verdade ou o não esquecido). Aquelas almas que escolherem uma vida de prazeres, desejos, luxúrias, fama, prestígio, riquezas, bebem a água do rio do esquecimento em muita quantidade. Aquelas almas que escolherem uma vida de conhecimento, de sabedoria, bebem a água do rio em pouca quantidade. Nesse caso, as almas que beberam muita água se afastam quase por completo do conhecimento, pois esquecem as ideias que um dia contemplaram. Já as almas que beberam pouca água estão mais próximas do conhecimento, pois facilmente podem se lembrar das ideias perfeitas que um dia contemplaram. Estas desejarão alcançar a verdade, serão atraídas por ela, amarão o saber, pois nelas, ao terem contato com as coisas sensíveis, haverá a vaga lembrança das formas que um dia contemplaram.

Assim, podemos compreender por que, para Platão, **conhecer é relembrar**. As ideias já foram contempladas, o ser humano já as conhece pela alma. O processo de conhecimento consiste em, por meio da dialética, levar a alma à lembrança daquilo que ela já vislumbrou um dia.

A teoria da tripartição da alma: a psicologia platônica e a divisão entre corpo e alma

Vimos que, na filosofia platônica, é clara a separação entre a realidade sensível e a inteligível, o que nos leva à conclusão de que o conhecimento dessas duas esferas também é diferente, sendo o conhecimento do sensível imperfeito e passageiro, e o do inteligível, perfeito e verdadeiro. Sendo o ser humano constituído de corpo e de alma, apenas a alma pode alcançar o conhecimento verdadeiro das ideias.

O corpo não nos permite chegar ao conhecimento das formas porque ele é constituído de matéria e nele estão os sentidos – tato, olfato, paladar, audição e visão –, que só permitem um conhecimento ilusório e passageiro dos seres. A alma humana, por outro lado, possui uma origem supraterrânea, e sua destinação é o conhecimento da verdade e do Bem. Por isso, ela busca o que é superior e não se prende à transitoriedade do mundo sensível.

Platão, em sua obra *Fedro*, para falar sobre a separação existente dentro da alma humana, utiliza o “Mito do cocheiro”. Nele, tem-se a imagem de uma carruagem, que, guiada por um cocheiro, é puxada por dois cavalos, um bom e obediente e outro mau e desobediente. A carruagem é a metáfora do próprio ser humano que tem a sua alma dividida em três partes:

1ª Parte – racional ou alma racional: representa o cocheiro, aquele que deve conduzir a carruagem ao seu destino. A parte racional deve comandar os cavalos e dirigi-los ao conhecimento do inteligível. Localizada na cabeça, é a sede do pensamento, sendo uma faculdade ativa e superior.

2ª Parte – colérica ou alma irascível: representada pelo cavalo que é fiel e obedece ao cocheiro, está localizada no peito (o coração, representando, portanto, o mortal) e se refere à faculdade combativa da alma cuja função é garantir a manutenção e a segurança do corpo e da vida. Por isso, essa parte da alma se irrita contra tudo o que pode ameaçar a pessoa ou lhe causar dor e sofrimento, protegendo a vida contra os perigos das coisas materiais e mundanas.

3ª Parte – apetitiva ou alma apetitiva ou concupiscente: representada pelo cavalo mau e desobediente, é a parte da alma que busca as coisas materiais e a satisfação dos desejos e prazeres corporais. Localizada no baixo ventre, se preocupa com a bebida, a comida, o sexo e os prazeres físicos em geral. Mortal, sempre insatisfeita e sedenta de mais prazer, é a parte passional ser humano, e, por isso, precisa ser controlada.

Com essa metáfora, Platão afirma que o cocheiro, com a ajuda do cavalo bom, deve dominar o cavalo mau. Assim, é necessário que a alma racional, com a ajuda da alma irascível, domine a alma apetitiva. A tarefa moral da alma racional é a de se sobrepor e dominar as outras duas, harmonizando-as consigo. Para Platão, a alma temperante é aquela que não cede aos impulsos dos prazeres, administrando-os de acordo com a racionalidade, sabendo de seus limites. As virtudes dessa parte da alma são a coragem e a força. Com essas virtudes, essa parte da alma age diretamente no domínio da alma apetitiva, controlando até onde podem ir os desejos e prazeres, preservando a integridade do ser humano e discernindo o que é bom do que é mau para a vida do corpo, com a finalidade de impedir que a pessoa se perca na busca indiscriminada dos prazeres.



O Mito do cocheiro faz uma comparação entre um cocheiro e dois cavalos com as partes da alma do ser humano.

O amor platônico

Na concepção do senso comum, o amor platônico é entendido como idealizado e inacessível, impossível de ser realizado, um amor irreal e enganoso. Porém, essa acepção, encontrada inclusive em dicionários, não corresponde à concepção platônica de amor, pois, segundo o filósofo, o amor não é um sentimento, mas sim uma força que impulsiona a pessoa a chegar em algum lugar.



Em sua obra *O banquete*, Platão fala sobre a natureza do amor.

Na filosofia de Platão, o tema da beleza, da busca pelo belo, não se restringe ao campo da estética. O filósofo considera a arte como uma forma ainda mais imperfeita de conhecimento, já que seria a imitação daquilo que já é imitação, ou seja, a arte é imitação do real e este, por sua vez, é cópia da ideia perfeita.

Para Platão, a beleza está junto ao Bem, ideia mais sublime, que na "Alegoria da caverna" corresponde ao Sol. A beleza deve ser buscada pelo eros. O eros, o amor, é a força mediadora entre o sensível e o inteligível. O amor em si não é belo nem bom, mas é a força que leva o sujeito à busca do belo e do bom. Desse modo, o amor não é o fim em si mesmo, mas o caminho que leva ao conhecimento da ideia.

A Filosofia encontra-se, assim, entre a ignorância e a sabedoria, pois é o reconhecimento de que não se sabe, mas que se pode chegar a saber. O que leva a pessoa a buscar o saber, dedicando-se ao exercício da dialética para encontrar o conhecimento, é o amor. O amor é, portanto, a força geradora que faz a pessoa buscar aquilo que um dia esteve junto de si e, pelo processo de esquecimento, se tornou distante, mas ainda alcançável pelo exercício da dialética.

O eros é justamente este anseio de voltar para o lugar de onde veio, lugar este em que conhecia a beleza em si, por meio da contemplação das ideias. O eros é este desejo de voar novamente, depois de ter perdido as asas e ter-se precipitado para cá embaixo. É a tentativa de lembrar o que se esqueceu. O eros é a busca da recordação daquela realidade primeira, onde o homem, neste mundo, somente pela Filosofia poderá satisfazer seu desejo de transcendência.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco. *A educação do homem segundo Platão*. São Paulo: Paulus, 1999. p. 94. [Fragmento]

A concepção política de Platão

Sendo um filósofo que se importou fundamentalmente com a vida da cidade, Platão tratou da política em sua obra *A república*. Ele procurou apontar os caminhos adequados para que a cidade pudesse ser corretamente governada, de forma a alcançar seu bem maior: a felicidade dos cidadãos no cumprimento da justiça. Segundo o filósofo, a finalidade da política não é outra senão a realização da justiça para o bem comum da cidade, e nunca a simples posse do poder. Nesse aspecto, o homem livre é somente o cidadão da pólis, sendo que sua liberdade se realiza na cidade, vivendo junto aos seus concidadãos. Assim, a moral privada (particular) é considerada inferior à moral pública (coletiva) e, por consequência, os interesses pessoais devem estar aquém dos interesses coletivos.

Contrariando os sofistas, Platão acredita que a cidade não deve ser governada pelo melhor discurso, pois este pode não conter a melhor ideia. Além disso, o filósofo não acredita que qualquer pessoa possa ocupar o governo da cidade, sendo contrário à democracia e à monarquia, acreditando que a cidade deveria ser governada pelos melhores em inteligência e sabedoria, ou seja, por um governo de poucos a favor de todos, sendo estes poucos os filósofos. A forma de governo proposta por Platão é denominada de sofocracia (*Sophos*: sábios; *Kratia*: poder).

Tal como a alma possui três partes ou faculdades, a pólis também é possuidora de três partes ou classes sociais distintas: a dos magistrados, a dos guerreiros ou soldados e a do povo, constituída pelos agricultores, comerciantes e artesãos.

Segundo Platão, em sua nova proposta política, a cidade deveria ser governada pelos magistrados, desde que eles fossem adequadamente preparados para isso, devendo haver uma clara separação das funções de cada uma das classes sociais. Os agricultores, artesãos e comerciantes deveriam ser educados para o estrito cumprimento de sua função, a de cuidar da sobrevivência da cidade. A classe dos guerreiros ou soldados deveria ser educada para guardar e proteger a cidade. Os guerreiros deveriam ser escolhidos por um processo de educação ainda quando crianças, processo do qual participariam tanto homens quanto mulheres e em que haveria uma escolha daqueles que deveriam seguir para o treinamento cívico (ginástica, música, dança e arte). Os soldados não teriam absolutamente nenhuma posse particular, nem mesmo formariam famílias. Eles deveriam ser como cães de guarda: carinhosos e afáveis com os seus e terríveis e implacáveis com os inimigos.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (IFSP) Mas escuta, a ver se eu digo bem. O princípio que de entrada estabelecemos que devia observar-se em todas as circunstâncias, quando fundamos a cidade, esse princípio é, segundo me parece, ou ele ou uma das suas formas, a justiça. Ora nós estabelecemos, segundo suponho, e repetimo-lo muitas vezes, se bem te lembras, que cada um deve ocupar-se de uma função na cidade, aquela para qual a sua natureza é mais adequada.

PLATÃO. *A República*.

Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira.

7. ed. Lisboa: Calouste-Gulbenkian, 2001. p. 185.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a concepção platônica de justiça, na cidade ideal, assinale a alternativa correta.

- Para Platão, a cidade ideal é a cidade justa, ou seja, a que respeita o princípio de igualdade natural entre todos os seres humanos, concedendo a todos os indivíduos os mesmos direitos perante a lei.
- Platão defende que a democracia é fundamento essencial para a justiça, uma vez que permite a todos os cidadãos o exercício direto do poder.
- Na cidade ideal platônica, a justiça é o resultado natural das ações de cada indivíduo na perseguição de seus interesses pessoais, desde que esses interesses também contribuam para o bem comum.
- Para Platão, a formação de uma cidade justa só é possível se cada cidadão executar, da melhor maneira possível, a sua função própria, ou seja, se cada um fizer bem aquilo que lhe compete, segundo suas aptidões.
- Platão acredita que a cidade só é justa se cada membro do organismo social tiver condições de perseguir seus ideais, exercendo funções que promovam sua ascensão econômica e social.

02. (PUCPR) A obra *Apologia de Sócrates*, de Platão, descreve a defesa de seu mestre perante as acusações de não aceitação dos deuses reconhecidos pelo Estado, de introduzir novos cultos e de corromper a juventude. Considerando a proposta geral da obra, é incorreto dizer que Sócrates

- assumiu a responsabilidade dos atos aludidos pelos denunciadores, mas repudiou a atitude destes por não valorizarem a liberdade de pensamento em busca da verdade.
- em sua autodefesa, procurou recordar quem ele era, ou seja, realizou uma revisão sobre a questão "quem é Sócrates".
- considerou inaceitável um homem livre valer-se de sofisticada retórica ou de apelos emocionais para obter sua absolvição.
- recomendou sua condenação à morte, uma vez que considerava mais digno uma morte na verdade que uma vida na mentira.
- tinha a preocupação de refutar qualquer perspectiva religiosa, uma vez que suas críticas levavam ao ateísmo.

03. (PUCPR) Na terceira parte da *Apologia de Sócrates* há a seguinte afirmação: "é possível que tenhais acreditado, ó cidadãos, que eu tenha sido condenado por pobreza de raciocínios, com os quais eu poderia vos persuadir, se eu tivesse acreditado que era preciso dizer e fazer tudo para evitar a condenação. Mas não é assim. Caí por falta, não de raciocínios, mas de audácia e imprudência, e não por querer dizer-vos coisas tais que vos teriam sido gratíssimas de ouvir, choramingando, lamentando e fazendo e dizendo muitas outras coisas indignas, as quais, é certo, estais habituados a ouvir de outros".

Considerando esta passagem, já sendo a transcrição de suas últimas palavras, é possível afirmar que Sócrates

- lamentava sua fraqueza argumentativa perante a quantidade de pessoas que o condenou.
- ressalta a preocupação de seu discurso com a verdade e não com elegante retórica, como os pretensos "sábios" o faziam.
- reconhece sua dificuldade em elaborar um discurso persuasivo, mesmo com todo seu esforço para isso.
- desculpa-se por decepcionar tantos admiradores e os aconselha a não empregar seus recursos argumentativos.
- conclui que sua derrota decorreu de seu discurso audacioso e imprudente.

04. (UEL-PR) Leia o texto a seguir:

Tudo isso ela [Diotima] me ensinava, quando sobre as questões de amor [eros] discorria, e uma vez ela me perguntou: – que pensas, ó Sócrates, ser o motivo desse amor e desse desejo? A natureza mortal procura, na medida do possível, ser sempre e ficar imortal. E ela só pode assim, através da geração, porque sempre deixa um outro ser novo em lugar do velho; pois é nisso que se diz que cada espécie animal vive e é a mesma. É em virtude da imortalidade que a todo ser esse zelo e esse amor acompanham.

PLATÃO. *O Banquete*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 38-39 (Adaptação). (Os Pensadores)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o amor em Platão, assinale a alternativa correta.

- A aspiração humana de procriação, inspirada por Eros, restringe-se ao corpo e à busca da beleza física.
 - O eros limita-se a provocar os instintos irrefletidos e vulgares, uma vez que atende à mera satisfação dos apetites sensuais.
 - O eros físico representa a vontade de conservação da espécie, e o espiritual, a ânsia de eternização por obras que perdurarão na memória.
 - O ser humano é idêntico e constante nas diversas fases da vida, por isso sua identidade iguala-se à dos deuses.
 - Os seres humanos, como criação dos deuses, seguem a lei dos seres infinitos, o que lhes permite eternidade.
- 05.** (PUCPR) Sócrates representa um marco importante da História da Filosofia; enquanto a filosofia pré-socrática se preocupava com o conhecimento da natureza (*physis*), Sócrates procura o conhecimento indagando o homem. Com base em seu conhecimento da filosofia de Sócrates, assinale a alternativa correta.

- A) Sócrates, para não ser condenado à morte, negou, diante dos seus juizes, os princípios éticos da sua filosofia.
- B) Discípulo de Sócrates, Platão utilizou, como protagonista da maior parte de seus diálogos, o seu mestre.
- C) O método socrático compõe-se de quatro partes: a maiêutica, a ironia, a poética e a metafísica.
- D) Tal como os sofistas, Sócrates costumava cobrar dinheiro pelos seus ensinamentos.
- E) Sócrates, ao afirmar que só sabia que nada sabia, queria, com isso, sinalizar a necessidade de adotar uma atitude arrogante e dogmática diante do conhecimento e apontar um novo caminho para a sabedoria.

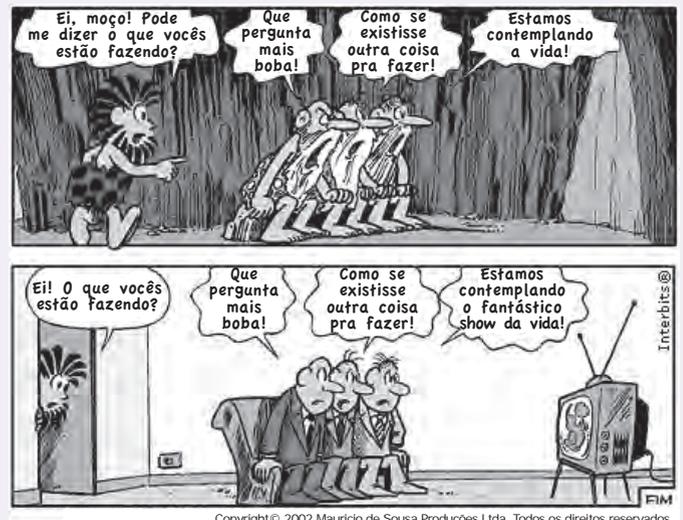
06. (UENP-PR) Desde o ano de 2008, a Grécia tem enfrentado uma grave crise econômica, fato que tem atraído a atenção dos noticiários internacionais para a situação dessa nação. Situada ao sul da Europa, em um arquipélago de relevo bastante acentuado, muito antes da atual crise econômica, teve seu espaço ocupado por grupos que deixaram marcas significativas nas sociedades posteriores. A respeito dos gregos na Antiguidade Clássica, assinale a afirmativa incorreta.

- A) Na Grécia Antiga, existiram diversas cidades com governos independentes, que se chamavam pólis. Também conhecidas por nós como cidades-Estado, as pólis apresentavam diferenças entre si, mas tinham uma base cultural comum, relacionada à língua (embora houvesse dialetos) e à religião, por exemplo.
- B) As duas pólis que mais se destacaram foram Atenas e Esparta. Ambas exerceram, em diferentes períodos, domínio político sobre as demais cidades-Estado gregas.
- C) É comum atribuir, aos gregos antigos, a invenção da Filosofia; dentre os maiores pensadores do período, três são os mais conhecidos: Sócrates, Platão e Aristóteles.
- D) Algumas palavras que utilizamos em nosso cotidiano têm origem grega. A palavra democracia, por exemplo, deriva da língua grega e significa, de maneira geral, uma forma de governo na qual o povo (*demos* em grego) exerce poder, isto é, participa, de alguma forma, das decisões políticas.
- E) Atenas foi uma cidade-estado que ficou marcada pelo desenvolvimento da democracia na Grécia Antiga. Seu sistema político envolvia todos os cidadãos, o que, diferentemente de outros povos gregos, incluía mulheres e estrangeiros nas decisões políticas.

07. (UENP-PR) Conosco homens, aí se diz, se passa o mesmo que com prisioneiros, que se achassem numa caverna subterrânea, encadeados, desde o nascimento, a um banco, de modo a nunca poderem voltar-se, e assim só poderem ver a parede oposta à entrada. Por detrás deles, na entrada da caverna, corre por toda a largura dela, um muro da altura de um homem, e por trás deste, arde uma fogueira. Se entre esta e o muro passarem homens transportando imagens, estátuas, figuras de animais, utensílios, etc., que ultrapassem a altura do muro, então as sombras desses objetos, que o fogo faz aparecerem, se projetam na parede da caverna, e os prisioneiros também percebem, além da sombra, o eco das palavras pronunciadas pelos homens que passam.

Como esses prisioneiros nunca perceberam outra coisa senão as sombras e o eco, têm eles essas imagens pela verdadeira realidade. Se eles pudessem, por uma vez, voltar-se e contemplar, a luz do fogo, os próprios objetos, cujas sombras foram apenas o que até agora viram; e se pudessem ouvir diretamente os sons, além dos ecos até então ouvidos, sem dúvida ficariam atônitos com essa nova realidade. Mas se além disso pudessem, fora da caverna e à luz do sol, contemplar os próprios homens vivos, bem como os animais e as coisas reais, de que as figuras projetadas na caverna eram apenas cópias, então ficariam de todo fascinados com essa realidade de forma tão diversa.

PLATÃO. 7.º livro da República, p. 514.



Relacionando o fragmento do texto de Platão e a tirinha da Turma da Mônica, de Maurício de Souza, com os seus conhecimentos sobre o Mito da Caverna, assinale a alternativa incorreta.

- A) Os homens acorrentados no fundo da caverna são aqueles que passam a vida contemplando sombras, acreditando que elas correspondem à realidade e à verdade.
- B) Para Platão, existem três níveis de conhecimento: o primeiro é chamado de *agnosis*, que significa ignorância, e corresponde ao estágio dos homens no interior da caverna; o segundo é denominado de *doxa*, ou opinião, e é o primeiro estágio de conhecimento, que se forma logo após os homens saírem da caverna e contemplarem a realidade; o terceiro é designado pela palavra grega *epistheme*, que significa ciência, ou o conhecimento em sua integralidade.
- C) Para Platão, existe um único mundo sensível e inteligível, de forma que os homens devem aprender com a experiência a distinguir o conhecimento verdadeiro de impressões falsas dos sentidos.
- D) O visível, para Platão, corresponde ao império dos sentidos captado pelo olhar e dominado pela subjetividade. É o reino do homem comum preso às coisas do cotidiano.
- E) O inteligível, para Platão, diz respeito à razão. É o reino do homem sábio, que desconfia das primeiras impressões e busca um conhecimento das causas da realidade.

08. (UFLA) Na carta VII, Platão, referindo-se à situação política de sua época em Atenas – época imediatamente posterior ao término da Guerra do Peloponeso –, afirma o seguinte:

A legislação e a moralidade estavam corrompidas a tal ponto que eu, inicialmente pleno de ardor para trabalhar a favor do bem público, considerando esta situação e vendo como tudo caminhava à deriva, acabei por ficar confuso. Não deixei, entretanto, de procurar nos conhecimentos e especialmente no regime político os possíveis indícios de melhoras, mas esperei sempre o bom momento para agir. Acabei por compreender que todos os Estados atuais são malgovernados. Fui então irresistivelmente conduzido a louvar a verdadeira filosofia e a proclamar que somente à sua luz se pode reconhecer onde está a justiça na vida pública e privada.

PLATÃO. *Cartas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980. p. 50 (Adaptação).

Sobre a relação entre política e a filosofia de Platão, é correto afirmar:

- A) Platão defende não haver relação entre o pensamento racional e sua constatação a respeito da má qualidade dos governos de sua época.
- B) O fato de existirem reflexões sobre a política na filosofia de Platão é algo profundamente relacionado aos eventos de sua própria biografia.
- C) Como Platão se desiluiu com a política a partir da situação que observava na cidade onde ele mesmo vivia, não há, em sua obra, reflexões diretamente relacionadas a esse tema.
- D) Para Platão, não faz sentido relacionar filosofia e política porque a política se resume a relações de força (ou de poder) que, como tais, não são passíveis de conhecimento e nas quais a filosofia não pode intervir.
09. (UFPA) Em Atenas [...] o povo exercia o poder, diretamente, na praça pública [...]. Todos os homens adultos podiam tomar parte nas decisões. Hoje elegemos quem decidirá por nós. A democracia antiga é vista, geralmente, como superior à moderna. Mas a democracia moderna não é uma degradação da antiga: ela traz uma novidade importante – os direitos humanos. A questão crucial dos direitos humanos é limitar o poder do governante. Eles protegem os governados dos caprichos e desmandos de quem está em cima, no poder.

JANINE, Renato. *A democracia*. Publifolha, São Paulo, 2001. p. 8-10 (Adaptação).

A superioridade da democracia antiga com relação à moderna pode ser atribuída ao(à)

- A) poder dado aos homens mais velhos, dotados de virtude e sabedoria, para decidirem sobre os destinos da cidade.
- B) condução, de forma justa, da vida em sociedade e garantia do direito de todos os habitantes da cidade de participarem das assembleias.
- C) poder dado aos homens que se destacaram como os mais corajosos nas guerras e aos mais capazes nas ciências e nas artes, para estes tomarem as decisões nas assembleias realizadas em praça pública.

- D) fato de o povo eleger seus representantes políticos para tomar decisões sobre os destinos da cidade e definir os seus direitos, em praça pública, de modo a evitar atitudes arbitrárias e injustas dos governantes.
- E) participação direta dos cidadãos nas decisões de interesse do todo no âmbito do espaço público.

10. (UFU-MG) O diálogo socrático de Platão é obra baseada em um sucesso histórico: no fato de Sócrates ministrar os seus ensinamentos sob a forma de perguntas e respostas. Sócrates considerava o diálogo como a forma por excelência do exercício filosófico e o único caminho para chegarmos a alguma verdade legítima.

De acordo com a doutrina socrática,

- A) a busca pela essência do bem está vinculada a uma visão antropocêntrica da filosofia.
- B) é a natureza, o cosmos, a base firme da especulação filosófica.
- C) o exame antropológico deriva da impossibilidade do autoconhecimento e é, portanto, de natureza sofística.
- D) a impossibilidade de responder (aporia) aos dilemas humanos é sanada pelo homem, medida de todas as coisas.

11. (Unicamp-SP) A sabedoria de Sócrates, filósofo ateniense que viveu no século V a.C., encontra o seu ponto de partida na afirmação “sei que nada sei”, registrada na obra *Apologia de Sócrates*. A frase foi uma resposta aos que afirmavam que ele era o mais sábio dos homens. Após interrogar artesãos, políticos e poetas, Sócrates chegou à conclusão de que ele se diferenciava dos demais por reconhecer a sua própria ignorância.

O “sei que nada sei” é um ponto de partida para a Filosofia, pois

- A) aquele que se reconhece como ignorante torna-se mais sábio por querer adquirir conhecimentos.
- B) é um exercício de humildade diante da cultura dos sábios do passado, uma vez que a função da Filosofia era reproduzir os ensinamentos dos filósofos gregos.
- C) a dúvida é uma condição para o aprendizado e a Filosofia é o saber que estabelece verdades dogmáticas a partir de métodos rigorosos.
- D) é uma forma de declarar ignorância e permanecer distante dos problemas concretos, preocupando-se apenas com causas abstratas.

12. (Unicentro-PR) A Filosofia se destina ao homem enquanto homem, ou a uma elite fechada em si mesma?

- A) Para Platão, poucos homens são aptos para a filosofia, e só adquirem tal aptidão após longa propedêutica.
- B) Há dois tipos de vida na terra, disse Aristóteles, uma própria dos sábios e a outra da massa dos homens. Para Aristóteles, a felicidade é possível apenas para os sábios.
- C) Sócrates não costumava conversar com todos, entre velhos e jovens, optava pelos jovens, por isso é acusado de corromper a juventude. Entre nobres e escravos, optava pelos nobres, pois na Grécia antiga apenas aos homens livres era concedida a permissão de filosofar, além do que, entre os gregos, acreditava-se que os escravos eram desprovidos de razão.

- D) Para Kant, a filosofia não está aí para todos, pertence a poucos eleitos.
- E) Descartes dizia que a Filosofia é o conhecimento perfeito de todas as coisas, mas nem todos os seres humanos podem alcançá-lo, só aquele que é capaz de se libertar dos desejos mundanos para usufruir dos prazeres puramente intelectuais oriundos do ato contemplativo, isto é, do *cogito ergo sum*.

13. (Unimontes-MG) Via de regra, os sofistas eram homens que tinham feito longas viagens e, por isso mesmo, tinham conhecido diferentes sistemas de governo. Usos, costumes e leis das cidades-Estado podiam variar enormemente. Sob esse pano de fundo, os sofistas iniciaram em Atenas uma discussão sobre o que seria natural e o que seria criado pela sociedade.

GAARDER, J. *O Mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Sobre os sofistas, é incorreto afirmar que

- A) eles tiveram papel fundamental nas transformações culturais de Atenas.
- B) eles se dedicaram à questão do homem e de seu lugar na sociedade.
- C) eles eram mercenários e só visavam ao lucro na arte de ensinar.
- D) eles foram os primeiros a compreender que o "homem é medida de todas as coisas".

14. (UENP-PR) Sócrates foi considerado um dos principais filósofos da antiguidade clássica. Ao propor uma reflexão sobre o problema da consciência, levou às últimas consequências a preocupação antropológica que havia se iniciado com os sofistas. Uma das principais contribuições de Sócrates foi o desenvolvimento da categoria "consciência" que está associada à concepção que possuía de que o ser humano era dotado de uma alma racional, na qual estavam depositadas verdades eternas, e que o conhecimento dessas verdades era imprescindível para o desenvolvimento de uma vida ética. Depois de Sócrates, as preocupações sobre a natureza da alma, e sobre a Ética jamais abandonaram a filosofia. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Sócrates desenvolveu uma ética relativista, defendendo que os valores não podem ser considerados absolutos, e estão relacionados aos consensos existentes em cada contexto histórico, devendo ser considerados válidos na medida em que possuem alguma utilidade pragmática.
- B) Platão, um dos mais importantes discípulos de Sócrates, se afastando do modelo desenvolvido por ele, que desconsiderava a incontinência (*akrasia*) como fator relevante para a formação da conduta, desenvolveu uma metáfora de alma tripartite, segundo a qual, a alma seria semelhante ao condutor da briga de dois cavalos, sendo que um deles seria altivo e elevado, e o outro atarracado e indolente.
- C) Sócrates concordava com os sofistas quando afirmavam que o "homem era a medida de todas as coisas", sendo esse aforisma um dos principais postulados de sua ética.

- D) As virtudes para Platão não estavam associadas à natureza das almas, segundo o filósofo todos os homens possuem a mesma natureza racional, e suas almas são iguais, sendo desejável, portanto, que desenvolvam as mesmas virtudes.
- E) Platão, era relativista do ponto de vista ético, considerava que embora as virtudes e os valores fossem paradigmas existentes no mundo das ideias, como eles deveriam se realizar no mundo físico, estariam relacionados a condições muito particulares de concretização, e não poderiam ser considerados desvinculados da história e de circunstâncias particulares.

SEÇÃO ENEM



01. (Enem-2017) Uma conversação de tal natureza transforma o ouvinte; o contato de Sócrates paralisa e embaraça; leva a refletir sobre si mesmo, a imprimir à atenção uma direção incomum: os temperamentais, como Alcibiades, sabem que encontrarão junto dele todo o bem de que são capazes, mas fogem porque receiam essa influência poderosa, que os leva a se censurarem. É sobretudo a esses jovens, muitos quase crianças, que ele tenta imprimir sua orientação.

BRÊHIER, E. *História da filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

O texto evidencia características do modo de vida socrático, que se baseava na

- A) contemplação da tradição mítica.
- B) sustentação do método dialético.
- C) relativização do saber verdadeiro.
- D) valorização da argumentação retórica.
- E) investigação dos fundamentos da natureza.

02. (Enem-2016) Os andróginos tentaram escalar o céu para combater os deuses. No entanto, os deuses em um primeiro momento pensam em matá-los de forma sumária. Depois decidem puni-los da forma mais cruel: dividem-nos em dois. Por exemplo, é como se pegássemos um ovo cozido e, com uma linha, dividíssemos ao meio. Desta forma, até hoje as metades separadas buscam reunir-se. Cada um com saudade de sua metade, tenta juntar-se novamente a ela, abraçando-se, enlaçando-se um ao outro, desejando formar um único ser.

PLATÃO. *O banquete*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

No trecho da obra *O banquete*, Platão explicita, por meio de uma alegoria, o

- A) bem supremo como fim do homem.
- B) prazer perene como fundamento da felicidade.
- C) ideal inteligível como transcendência desejada.
- D) amor como falta constituinte do ser humano.
- E) autoconhecimento como caminho da verdade.

03. (Enem–2016) Estamos, pois, de acordo quando, ao ver algum objeto, dizemos: “Este objeto que estou vendo tem tendência para assemelhar-se a um outro ser, mas, por ter defeitos, não consegue ser tal como o ser em questão e lhe é, pelo contrário, inferior”. Assim, para podermos fazer estas reflexões, é necessário que antes tenhamos tido ocasião de conhecer esse ser de que se aproxima o dito objeto, ainda que imperfeitamente.

PLATÃO. *Fédon*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

Na epistemologia platônica, conhecer um determinado objeto implica

- A) estabelecer semelhanças entre o que é observado em momentos distintos.
 B) comparar o objeto observado com uma descrição detalhada dele.
 C) descrever corretamente as características do objeto observado.
 D) fazer correspondência entre o objeto observado e seu ser.
 E) identificar outro exemplar idêntico ao observado.

04. (Enem) Para Platão, o que havia de verdadeiro em Parmênides era que o objeto de conhecimento é um objeto de razão e não de sensação, e era preciso estabelecer uma relação entre objeto racional e objeto sensível ou material que privilegiasse o primeiro em detrimento do segundo. Lenta, mas irresistivelmente, a Doutrina das Ideias formava-se em sua mente.

ZINGANO, M. *Platão e Aristóteles: o fascínio da Filosofia*. São Paulo: Odysseus, 2012 (Adaptação).

O texto faz referência à relação entre razão e sensação, um aspecto essencial da Doutrina das Ideias de Platão (427 a.C.-346 a.C.). De acordo com o texto, como Platão se situa diante dessa relação?

- A) Estabelecendo um abismo intransponível entre as duas.
 B) Privilegiando os sentidos e subordinando o conhecimento a eles.
 C) Atendo-se à posição de Parmênides de que razão e sensação são inseparáveis.
 D) Afirmando que a razão é capaz de gerar conhecimento, mas a sensação não.
 E) Rejeitando a posição de Parmênides de que a sensação é superior à razão.
05. Mas, Teeteto, se voltar a conhecer, estará mais preparado após esta investigação, ou ao menos terá esta atitude mais sóbria, humilde e tolerante em relação aos outros homens, e será suficientemente modesto para não supor que sabe aquilo que não sabe.

PLATÃO. *Teeteto*. In: MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p. 48 (210c).

- O conhecimento, para Platão, é obtido quando a pessoa
- A) reconhece sua ignorância e a impossibilidade de alcançar o conhecimento verdadeiro na realidade inteligível.
 B) investiga o mundo por meio das experiências que a levarão a conclusões certas e verdadeiras.
 C) coloca-se a investigar a si mesma buscando as verdades pela razão na realidade inteligível.
 D) tolera a ignorância dos demais, porém sem admitir a sua própria.
 E) reconhece modestamente não ser possível encontrar verdades, pois estas ultrapassam suas capacidades.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. D
 02. E
 03. B
 04. C
 05. B
 06. E
 07. C
 08. B
 09. E
 10. A
 11. A
 12. A
 13. C
 14. B

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. B
 02. D
 03. D
 04. D
 05. C



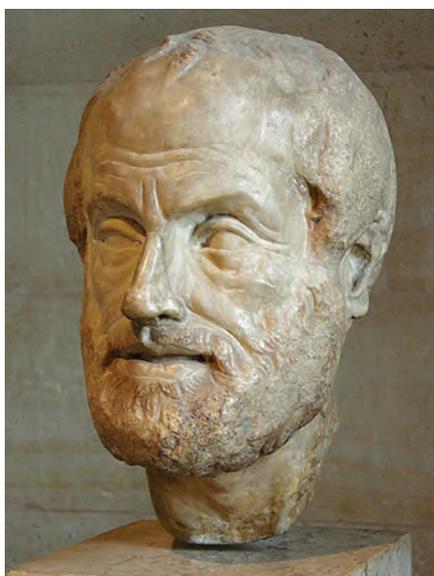
Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

A verdade está no mundo real e a busca pela felicidade: Aristóteles e o Helenismo

ARISTÓTELES: IMPORTÂNCIA DA REALIDADE SENSORIAL



Vida e contexto histórico



Lisipo / Museu do Louvre

Escultura representando Aristóteles.

Aristóteles nasceu em 384 a.C., na cidade grega Estagira (por isso é também conhecido como o estagirita). Seu pai, Nicômaco, era médico e descendia de uma família de médicos, pertencendo a uma corporação em que a prática da Medicina passava de pai para filho.

Aos 18 anos, Aristóteles se transferiu para Atenas, passando a acompanhar as lições ministradas por Platão na Academia. Ali permaneceu por 19 anos, até a morte de seu mestre, tornando-se seu discípulo mais importante.

Saindo de Atenas, foi convidado por Filipe da Macedônia para ser o preceptor de seu filho, Alexandre, que mais tarde se tornou Alexandre, o Grande. Em 335 a.C., quando Alexandre herdou o trono de seu pai, Aristóteles voltou para Atenas, onde fundou sua própria escola, o Liceu. Faleceu em 321 a.C., aos 63 anos.

As diferenças e objeções entre Aristóteles e Platão

Para se conhecer Aristóteles, é necessário antes compreender a filosofia platônica. Isso porque muito da filosofia aristotélica se apresenta como uma crítica à posição filosófica de Platão. Isso pode dar a impressão de inimizade ou oposição entre os dois, mas, ao contrário, Aristóteles foi um genuíno platônico, principalmente por desenvolver uma visão crítica, ou seja, por ser um filósofo propriamente dito, aquele que busca o saber com seu próprio esforço e atitude.

Partindo da teoria de seu mestre, Aristóteles tenta superá-la. Uma diferença fundamental entre os dois é que Platão nutria um grande interesse pela Matemática, que era vista por ele como o meio de alcançar o conhecimento verdadeiro, pois, na concepção platônica, a verdade está além da matéria, ultrapassa aquilo que pode ser experimentado. Aristóteles, ao contrário, volta-se diretamente para os fenômenos da natureza, para aquilo que pode ser experimentado, com o objetivo de conhecer as coisas e o mundo por meio da observação empírica.

Porém, a diferença mais importante entre os dois pensadores é a rejeição de Aristóteles ao dualismo platônico expresso nas realidades sensível (real) e inteligível (ideal). Aristóteles aponta as dificuldades de se estabelecer as relações existentes entre o inteligível e o sensível. Segundo ele, existem dois problemas em se admitir a diferença entre essas duas realidades: como garantir a existência da realidade superior e como admitir os efeitos dessa existência para o conhecimento dos seres. Aristóteles afirma que aquilo que Platão chama de ideia inteligível, que estaria na origem de todos os seres – como a ideia de beleza –, não passa de uma característica dos próprios seres, uma qualidade, não existindo, portanto, uma ideia de beleza separada dos seres reais. Para o estagirita, quando a pessoa conhece, por exemplo, a beleza, o que permanece na mente são as representações ou abstrações daquilo que se conheceu e não uma entidade metafísica, uma ideia separada que existe por conta própria fora do intelecto humano.

A metafísica

A metafísica é a busca por aquilo que está além da matéria, ou seja, é a busca pela essência das coisas ou daquela substância imaterial que seria o conhecimento por excelência, o conhecimento do **ser enquanto ser**. Na filosofia aristotélica, chamamos essa investigação de **filosofia primeira**. A filosofia primeira ou metafísica é o mais alto grau de conhecimento que o ser humano pode alcançar sobre o mundo e o ser.

Ao afirmar que “concebemos a Filosofia como possuindo a totalidade do saber, tanto quanto isto é possível, mas sem possuir a ciência de cada objeto determinado”, Aristóteles está dizendo que a filosofia primeira, ou metafísica, é a mais difícil e a mais ampla de todas as ciências, uma vez que sua busca se concentra nas coisas que estão mais distantes das sensações, ou seja, nas essências que, apesar de estarem nas próprias coisas, só podem ser concebidas enquanto ideias ou conceitos dos seres. É precisamente a Ciência que se ocupa das realidades que estão acima das realidades físicas. Dessa forma, a filosofia aristotélica busca o conhecimento daquilo que está além do mundo empírico, uma **realidade metaempírica**.

Aristóteles, o pai da lógica

Aristóteles buscou compreender como o ser humano pode alcançar o conhecimento verdadeiro. Para o filósofo, se o conhecimento é fruto do pensamento, deve-se, na sua constituição, seguir regras lógicas que garantam a verdade do conhecimento encontrado.

O juízo alcançado é fruto de um encadeamento de ideias segundo um método constituído por etapas devidamente dispostas. Caso haja algum erro no percurso da construção do juízo, a conclusão será necessariamente incorreta. A Lógica nos possibilita avaliar a disposição das ideias em argumentos.

Um argumento é um conjunto de sentenças estruturado de tal forma que uma sentença é a conclusão e as outras são as premissas do argumento. A conclusão é a sentença que expressa a ideia ou tese que queremos defender e as premissas são as razões apresentadas para sustentar a verdade da conclusão.

A lógica (também chamada lógica dedutiva ou formal) é parte indispensável de uma teoria da argumentação. Um estudo amplo dos critérios que determinam quando um dado argumento sustenta satisfatoriamente sua conclusão não se limita à lógica, mas a lógica é como que a estrutura de uma teoria da argumentação em geral.

RODRIGUES FILHO, Abílio. Disponível em: <http://http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv>. Acesso em: 22 out. 2013. [Fragmento]

Dessa forma, para que uma conclusão seja correta, o argumento do qual faz parte deve ter uma estruturação lógica válida. Não é admissível, em nenhum juízo, seja filosófico ou científico, que a conclusão esteja em desacordo com a estruturação lógica devida.

Tipos de argumentos

Aristóteles afirma que o ser humano produz conhecimento de duas formas, por meio da indução ou pela dedução.

Indução: é o processo de raciocínio pelo qual se parte de experiências particulares para alcançar uma conclusão geral. Para Aristóteles, era necessário experimentar cada ser para encontrar as características comuns a todos eles.

A regra geral da indução é a experiência de particulares para se alcançar, por meio de uma generalização, uma lei geral. Perceba que, na indução, os elementos observados sustentam a conclusão, que pode ser forte ou fraca, dependendo do número de seres observados, ou seja, da amostragem experimentada, e também da pertinência do que está sendo observado. Para os argumentos indutivos, há sempre uma probabilidade de certeza, que pode ser grande ou pequena. Se, por um lado, forem observados poucos elementos em um universo muito grande, o argumento tem pouca probabilidade de estar correto. Se, por outro lado, for observada grande parte dos elementos de um universo, a probabilidade de a conclusão estar correta aumenta. A força do argumento indutivo aumenta proporcionalmente em relação ao número de seres analisados.

Exemplo: 75% dos entrevistados declararam que vão votar no candidato X. Logo, o candidato X vencerá as eleições.

Nesse exemplo, verifica-se que as experiências particulares ocorrem quando se verifica, por meio da pesquisa eleitoral, que, entre todos os indivíduos entrevistados (100%), 75% deles votarão no candidato X. Assim, a conclusão geral que pode ser inferida dessas experiências (da entrevista realizada com os eleitores), generalizando os dados obtidos, é que o candidato X irá vencer as eleições.

A indução pode ser considerada uma analogia quando, ao invés de se experimentar várias situações particulares, considera-se apenas um caso particular, sendo sua conclusão também particular. Na analogia, o que ocorre é na verdade uma comparação entre um ser particular com outro também particular.

Exemplo: Maria disse que comprou na loja X e gostou. Logo, se eu comprar na mesma loja, também vou gostar.

Dedução: é o processo de raciocínio que acontece unicamente a partir do pensamento, sem o uso de experiências para se alcançar a conclusão. Na dedução (ou silogismo), tem-se uma premissa (denominada maior), dizendo respeito a um conjunto dos seres, em uma perspectiva geral. A seguir, temos uma premissa (denominada menor) que pode se referir a esse conjunto de seres tanto em uma perspectiva geral quanto particular. Por fim, alcança-se uma conclusão particular ou geral acerca do conjunto referido. Um exemplo clássico de um raciocínio dedutivo é:

<p>Todo ser humano é mortal.</p>	<p>Premissa maior – geral: Diz respeito a todos os seres humanos.</p>
<p>Sócrates é um ser humano.</p>	<p>Premissa menor – particular: Se refere a um ser específico, no caso, Sócrates.</p>
<p>Logo, Sócrates é mortal.</p>	<p>Conclusão – particular: Se refere a um ser específico, Sócrates.</p>

Para o filósofo, o objetivo da Ciência deve ser trabalhar com o universal e não com o particular, alcançando, assim, conhecimentos verdadeiros sobre a realidade. Por exemplo, a essência de João não é objeto de estudo da Ciência, uma vez que esta não se preocupa com a essência de um único ser humano, mas sim da humanidade como um todo, alcançando, desse modo, o conceito de ser humano. Temos, portanto, uma defesa, na filosofia de Aristóteles, de um conhecimento categorial.

Ao alcançar a estrutura essencial do objeto, a qual é universal, torna-se possível aplicar esse conceito aos inúmeros objetos concretos observados na realidade. Alcançando a essência do ser humano, sempre, ao observarmos um ser humano particular, poderemos reconhecê-lo como tal, uma vez que já conhecemos o conceito abstrato de ser humano.

Como compreender a realidade: a teoria do conhecimento

Ao contrário de Platão, para Aristóteles, a realidade é única e material. Enquanto Platão buscava o conhecimento verdadeiro dos seres na realidade inteligível, Aristóteles buscava a essência dos seres na própria realidade sensível. Essa realidade é constituída por seres singulares, concretos e mutáveis, e é nela que o ser humano deve buscar as verdades, por meio da observação desses seres.

É a partir das experiências da realidade empírica que as pessoas devem estabelecer definições essenciais dos seres e atingir o universal, que é o objetivo da metafísica. Para isso, o sujeito cognoscente deve partir dos dados sensíveis que lhe mostram o individual e o concreto para alcançar, por um processo de indução (da experiência dos seres particulares para um conceito geral), as verdades universais ou essências dos seres. Dessa forma, o conceito universal seria um produto do intelecto humano e não uma ideia em si e por si buscada em outra realidade, como queria Platão. Assim, para Aristóteles, o ser humano poderia alcançar as estruturas primeiras dos seres – o objeto da metafísica –, que seriam os conceitos gerais obtidos por meio dos dados capturados pelos cinco sentidos.

Para compreendermos como é possível alcançar o conhecimento dos seres, precisamos antes entender alguns conceitos fundamentais da teoria do conhecimento de Aristóteles.

Matéria e forma

- **Matéria:** segundo o estagirita, é a matéria que compõe o mundo físico, aquilo de que uma coisa é constituída. É o princípio de individualização do ser. A matéria é aquilo que é perceptível aos nossos sentidos e contém a potência (possibilidade) de o ser se transformar em outra coisa. Em si, é indeterminada, pois pode receber a forma de uma coisa ou outra. Por exemplo, a madeira é a matéria dos móveis de uma casa. A madeira tem a possibilidade de se tornar uma cadeira, mas pode se transformar em outra coisa, por isso dizemos que se refere a uma potência – poder ser ou não ser uma coisa, após ter passado por uma transformação.
- **Forma:** é a maneira de acordo com a qual a matéria de cada ser se individualiza e se dispõe. É o que faz com que o ser seja aquilo que ele é. É a própria essência do ser que lhe é intrínseca. O que faz com que o objeto de madeira seja cadeira é sua forma de cadeira.

Dessa maneira, a matéria contém as características particulares dos seres, enquanto a forma é comum aos indivíduos da mesma espécie. As formas, na filosofia de Aristóteles, seriam as ideias de Platão. Porém, se para este a ideia existe fora dos seres, para Aristóteles, as ideias são abstraídas dos próprios seres por meio do pensamento indutivo. Por exemplo: a ideia de ser humano só é possível por meio de uma abstração da forma que está contida em todos os indivíduos reais. Pela experiência de várias pessoas particulares, o intelecto separa matéria e forma e alcança a forma, a ideia de ser humano por meio da abstração (partindo sempre da empiria).

Substância e acidente

- **Substância:** na filosofia aristotélica, esse conceito tem duas definições. Substância pode ser entendida como a existência de seres particulares, chamados também de substâncias individuais ou essências individuais (exemplo: este cavalo, João, Maria, esta casa). Além disso, ela também pode ser entendida como o objeto da metafísica, que busca encontrar a substância do ser, que seria o seu fundamento, sua causa e substrato, aquilo que é imaterial dos seres, sendo que o seu conhecimento representa o conhecimento verdadeiro. No segundo sentido, Abbagnano afirma que essa é a **essência necessária** ou substância, que é o verdadeiro objeto do saber ou da ciência aristotélica. Sem a essência, não poderíamos conhecer o ser em sua realidade primeira. Segundo Aristóteles, faz parte da substância do ser humano ser um animal racional e um animal político.
- **Acidente:** é a característica circunstancial do ser. Aquilo que varia entre os seres da mesma categoria sem, no entanto, atingir ou modificar a sua essência. A pessoa ser alta ou baixa, magra ou gorda é um caso de características acidentais. Já a pessoa ser racional e política é uma característica essencial.

Necessidade e contingência

Juntamente à essência e ao acidente, podemos diferenciar as características do ser em necessárias e contingentes.

- **Necessário** é a essência ou substância, pois sem elas as coisas não seriam o que são (não pode não ser).
- **Contingentes** são as características não essenciais do ser, os acidentes (pode ser ou pode não ser).

Potência e ato

- **Potência:** relaciona-se com a matéria. A matéria madeira é potência, pois pode receber a forma de uma cadeira, de uma mesa, de um objeto artístico, etc. O bronze é potência da estátua ou de uma moeda, porque possui a efetiva capacidade de receber e de assumir essas formas. O ferro é potência de inúmeros objetos que podemos construir com ele, pois pode assumir as formas desses objetos.
- **Ato:** relaciona-se com a forma. O ato é a atualização da forma na potência. O ato é oposto à potência, que é o ser na sua capacidade de se desenvolver. Exemplo: A semente é a árvore em potência. A árvore é o ato da semente.

A importância desses conceitos está na possibilidade de explicar, por meio deles, o movimento de transformação dos seres. Os seres se transformam da potência para o ato. Aquilo que é possível se torna real, atualizado. A madeira é potência e pode se transformar em uma cadeira. Quando a transformação acontece, a potência se transforma em ato.

A forma, por ser sempre um ato, é o real; a matéria, por ser sempre uma potência, é o possível. O real é mais perfeito do que o possível, por isso, a forma é mais perfeita do que a matéria e a direciona para a atualização da sua potência, que é a sua realização em ato.

A teoria das quatro causas

Se a metafísica é o estudo das causas primeiras, temos de definir quais são essas causas a que Aristóteles se refere. Ou seja, para se alcançar o conhecimento verdadeiro dos seres, é necessário conhecer também as causas que o constituem.

Causa material: é a matéria de que a coisa é feita.

Exemplo: A madeira é a matéria de que a cadeira é feita, logo, a causa material da cadeira é a madeira.

Causa formal: é a essência que constitui a coisa. É o princípio sem o qual a coisa não seria o que é. É a forma ou modelo do ser.

Exemplo: A cadeira é a forma do objeto que a madeira adquire para se tornar uma cadeira real.

Causa eficiente: é aquela que realiza a transformação de potência em ato. É o ser que age sobre a potência imprimindo nela o ato. É o agente da transformação.

Exemplo: O carpinteiro é a causa eficiente da cadeira.

Causa final: é o objetivo, o porquê da coisa, a sua finalidade.

Exemplo: O carpinteiro que fez a cadeira para ser utilizada como assento.

Segundo Aristóteles, todas as coisas existentes têm um propósito, uma finalidade, e deveriam cumprir a finalidade pela qual existem ou foram criadas.

Ética: a mediania ou justa medida

Após considerar as ciências teóricas, Aristóteles trata das ciências práticas, que dizem respeito ao comportamento das pessoas em sociedade e ao fim que eles querem atingir, tanto como indivíduos quanto como seres políticos. O princípio fundamental que guia a reflexão aristotélica é a noção de felicidade. Para o filósofo, todas as ações humanas têm um fim que devem alcançar, que seria o seu "bem" último. Todas essas ações, em conjunto, tenderiam para o bem supremo humano, que é a felicidade.

Por felicidade, Aristóteles entende a busca pelo aperfeiçoamento. Dessa forma, o ser humano precisa se tornar perfeito exatamente naquilo que o separa de todos os outros seres, ou seja, na capacidade racional. A felicidade não seria a posse de bens materiais, nem o prazer do gozo desmedido, nem a honra diante das pessoas. O ser humano, enquanto racional, tem como fim a realização de sua natureza específica, a racionalidade. A felicidade consiste, portanto, na realização de sua natureza de ser racional.

Como já vimos, o ser humano não tem somente uma alma racional, mas possui também uma alma ou natureza apetitiva, que busca a satisfação dos prazeres. Porém, ele não deve se entregar a esses prazeres, devendo submetê-los à sua capacidade racional de escolha. Tais apetites e instintos se opõem à razão, mas podem ser regulados e submetidos a ela por meio das virtudes éticas.

As virtudes são a forma pela qual a razão impõe sua determinação aos apetites e instintos, dominando-os. Para Aristóteles, o termo "virtudes" se refere à "justa medida" ou "mediania", que seria a medida intermediária entre o excesso e a falta. Por exemplo, o sentimento original é o prazer, seu excesso é a libertinagem, sua falta é a insensibilidade, sua mediania é a temperança. Honra: seu excesso é a vulgaridade, sua falta é a vileza, sua virtude é o respeito próprio. Generosidade: seu excesso é a prodigalidade, sua falta é a avareza, e sua virtude é a liberalidade.

Dessa maneira, praticando constantemente a virtude, tornando-a hábito, modo de ser, ela se torna a vitória da razão sobre os instintos. Segundo Aristóteles, o ser humano não nasce bom, mas torna-se bom a partir da prática da virtude, alcançando, assim, a felicidade. Dessa maneira, a virtude não é uma característica humana, mas uma forma de agir no mundo, que é adquirida por meio do hábito de exercê-la, criando na alma uma disposição para praticá-la.

A cidade e o cidadão: a política

Segundo Aristóteles, o ser humano é um "animal político". Isso significa que as pessoas nasceram para viver em comunidade e não podem encontrar a felicidade e se realizarem sem que convivam com as demais pessoas. Aristóteles afirma que o homem político, o cidadão da pólis, é aquele que participa da vida política da cidade, que ocupa cargos na administração pública. Os escravos e estrangeiros, assim como os homens livres que não tinham tempo para se dedicar à política, acabavam sendo meios para atingir a felicidade dos verdadeiros cidadãos. Assim, o pensamento aristotélico traz o preconceito da cultura grega de seu tempo: aqueles que não são cidadãos, os escravos (bárbaros presos de guerra) e estrangeiros têm uma natureza inferior à do homem grego.



Autor desconhecido / Museu Glyptothek

Um jovem escravo encara sua patroa. Para Aristóteles, os escravos eram inferiores aos cidadãos gregos.

De acordo com o filósofo, o Estado pode ter diferentes formas de governo, ou seja, diferentes estruturas ou constituições. Para Aristóteles, o Estado pode se organizar a partir do governo de um só homem, de vários homens ou de todos os homens. Porém, seja qual for sua organização, o governo do Estado deve sempre garantir o bem comum. Se assim não for, ele se torna corrupto, por considerar os anseios somente de alguns e não os de todos.

De acordo com o estagirita, as melhores formas de governo seriam, teoricamente, a monarquia e a aristocracia. Porém, na prática a *politía* seria a mais adequada porque valorizaria o segmento médio. A democracia seria um governo alheio ao bem comum por favorecer de maneira desproporcional os interesses dos mais pobres.

Aristóteles assim classifica os modos de governo possíveis:

Governo a favor de todos Formas corretas	Governo a favor de poucos Formas corruptas
Monarquia	Despotismo ou tirania
Aristocracia	Oligarquia
<i>Politía</i>	Democracia ou demagogia

HELENISMO – O IDEAL COSMOPOLITA E A DIFUSÃO DA CULTURA GREGA PELO MUNDO



O Período Helenístico (ou Helenismo) compreende o intervalo que se estende desde o século IV a.C. até o início da Idade Média, apresentando características gregas e romanas. Seu início está intrinsecamente ligado à figura de Alexandre, o Grande, rei da Macedônia, e às suas expedições e conquistas. A figura de Alexandre, conhecido como o maior conquistador e estrategista da Antiguidade, foi fundamental para o fenômeno de aculturação de povos que, não sendo gregos ou orientais, adotaram a cultura e a forma de viver e conceber o mundo dos gregos. Tal fenômeno passou a ser referido por meio do termo "helenismo" (do grego *hellenismós*) o qual inicialmente se referia àqueles que utilizaram o idioma grego para se comunicar, seja por escrito ou apenas oralmente.



Grécia no século V a.C. Neste mapa, é possível observar as cidades-Estado gregas, bem como a Macedônia.

ATLAS HISTÓRICO ESCOLAR. MEC / Fename.

Da mesma forma, de acordo com essa perspectiva filosófica, as pessoas deveriam agir sem se preocupar com as convenções sociais ou qualquer norma de conduta. É interessante observar que é o animal que diz para o cínico como ele deve viver e agir, e não o contrário: uma vida sem metas (metas que a sociedade coloca como necessárias, como obter riquezas e prestígio), uma vida sem necessidade de moradia fixa ou de conforto. Segundo o cinismo, esses prazeres são criados pelas pessoas e são dispensáveis à vida feliz.

Para Diógenes, “quanto mais se eliminam as necessidades supérfluas, mais se é livre”. Tal liberdade pregada pelos cínicos se manifestava em todos os sentidos: liberdade da palavra, pois diziam o que queriam da forma que queriam, sendo considerados, por isso, arrogantes; e liberdade da ação, pois faziam o que queriam, em qualquer lugar que estivessem e diante de qualquer pessoa.

O ESTOICISMO



Moeda do governo de Chipre em homenagem a Zenão de Cício.

Fundada por Zenão de Cício (332-262 a.C.), em uma cidade localizada no Chipre, a escola estoica representou uma das mais importantes correntes de pensamento do Período Helenístico. A palavra estoicismo tem sua origem no termo *stoa poikilé*, que significa “pórtico pintado”, local em que os membros dessa escola se reuniam. Dentre as principais figuras que compunham a escola estoica, estão Cleantes (331-232 a.C.) e Crisipo (280-206 a.C.).

O conceito de natureza é essencial para compreendermos o estilo de vida e a proposta de felicidade pregada pelo estoicismo. Segundo essa escola, a Filosofia é dividida em

três partes, a Física, a Lógica e a Ética, sendo esta última a mais importante. Nessa concepção, a Filosofia é vista como uma árvore, na qual os frutos correspondem à Ética, a raiz à Física e o tronco à Lógica.

Para o estoicismo, o ser humano deve viver segundo o que é natural. De acordo com essa concepção ética, o ser humano era o microcosmo da natureza, vista como o macrocosmo. Dessa forma, o microcosmo está submetido ao macrocosmo. Para que o ser humano alcançasse a felicidade verdadeira, suas ações deveriam estar de acordo com o macrocosmo, ou seja, com aquilo que a natureza determinasse.

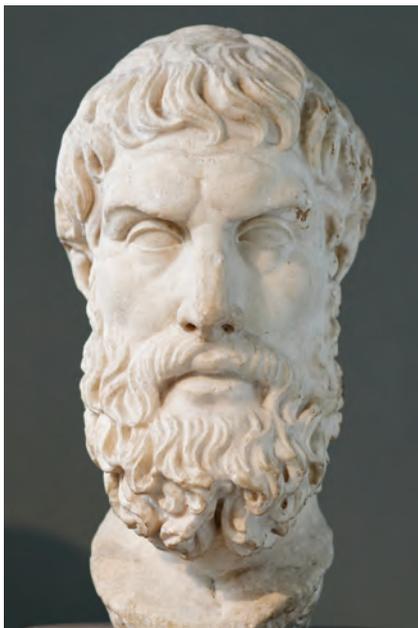
Dentro de sua proposta ética, podemos perceber que o estoicismo está próximo de um determinismo ou fatalismo: as coisas estão determinadas pela sua natureza, e, se assim é, o ser humano deve aceitar tal natureza, tal “destino”, e cumpri-la, fazendo sempre o que é correto. Isso não significa que o sujeito não tenha vontade ou capacidade de pensar naquilo que é certo ou errado, mas que ele deve aceitar o que é inevitável, se for isso o que a racionalidade do cosmos determinar.

Contudo, é importante perceber que a natureza não é arbitrária e irracional, por isso os estoicos insistiam no esforço para conhecer a racionalidade intrínseca à natureza, compreendendo as suas determinações sem se desesperar diante delas.

Nesse ponto, encontra-se aquele que talvez seja o maior ensinamento do estoicismo: se os acontecimentos seguem o curso da natureza, o ser humano deve aceitá-los de forma tranquila, buscando nessa aceitação a verdadeira felicidade. Dessa forma, a pessoa deve alcançar a *ataraxia* (estado de paz interior) por meio da tranquilidade da alma, possível somente àquele que constrói sua fortaleza interior, ou atinge a *apatheia*, que seria a indiferença a tudo o que acontece, de modo que os fatos da vida, sendo inevitáveis porque são naturais, não podem tirar a paz interior da pessoa. O estoicismo ensina as pessoas a enfrentar as vicissitudes da vida de forma calma, resignada, e, sobretudo, digna. Esse estado é alcançado por meio do autocontrole e da austeridade de uma vida disciplinada e construída somente com o que é estritamente necessário à sobrevivência, sem qualquer luxo ou culto às coisas supérfluas.

As influências do estoicismo serão claramente identificadas no cristianismo, quando este, anos depois, tece elogios ao autocontrole, à resignação diante dos acontecimentos e sofrimentos inevitáveis e à vida simples e abnegada em vista de um ideal maior que está além desse mundo.

O EPICURISMO: O ENCANTAMENTO DOS “JARDINS” DE EPICURO



Autor desconhecido / Museu Britânico

Busto de Epicuro.

Das escolas do Período Helenístico, talvez a que defende a mensagem mais interessante seja o epicurismo. Fundado por Epicuro (341-270 a.C.), o epicurismo traz como pano de fundo de uma vida feliz a procura pelo prazer, o desprezo pela morte e a negação do temor aos deuses.

Epicuro nasceu em Samos e chegou a Atenas em 323 a.C., mesmo ano da morte de Alexandre, o Grande. Fundou sua escola em Atenas em 306 a.C., depois de viajar por muitos lugares e conhecer as pessoas e o mundo. Diferentemente das escolas de Platão (a Academia) e de Aristóteles (o Liceu), a escola de Epicuro não era um centro de investigação filosófica em busca da verdade sobre o mundo ou sobre o ser humano, identificando-se mais como um permanente retiro espiritual, no qual os amigos se reuniam para buscar a felicidade por meio de uma vida simples e regrada, entregue à reflexão sobre o ser humano e à busca do prazer.

Não temer a morte e os deuses

Na concepção religiosa do epicurismo, não existiria vida após a morte, uma vez que a própria alma humana é formada também por átomos e, quando a pessoa morre, esses átomos são dispersados, retornando à natureza

e formando, assim, outros seres. Desse modo, Epicuro vai contra a preocupação das pessoas em querer agradar os deuses com ritos e sacrifícios, uma vez que não há por que agradá-los, já que a alma não irá para junto deles após a morte. Além disso, Epicuro, em sua *Carta sobre a felicidade*, escrita para seu amigo Meneceu, diz que os deuses vivem em um lugar chamado de intermundo, não se importando com a vida humana, e, por isso, estes também não deveriam se preocupar em agradá-los, pois deles “nada temos a esperar e nada a temer”. O filósofo também afirma que “a morte não é nada para nós”, afastando, com isso, o medo da morte daqueles que a consideram o fim de todas as coisas e a passagem para outra realidade.

A busca pelo prazer

Se não há vida após a morte, e o destino, em certa medida, segue determinação da natureza dos seres, sendo que o ser humano pode também seguir algumas afecções próprias, resta à pessoa buscar uma vida feliz na realidade terrena, vivendo cada dia como uma construção humana em busca do prazer. Para Epicuro, a boa vida, a felicidade neste mundo, deve ser a meta a ser atingida pelo sujeito.

Ao contrário do que se pensou por muito tempo devido a interpretações superficiais do epicurismo, Epicuro não pregava uma vida de prazeres imoderados e sem limites, não podendo ser considerado, assim, o defensor de um hedonismo no sentido de que o que vale na vida é o prazer em si mesmo, sem a preocupação com as consequências que a escolha de determinado prazer pode causar.

O hedonismo, no sentido mais conhecido da palavra, é a busca pelo prazer sem medida e sem consequências. Se entendido desse modo, o epicurismo não pode ser chamado de hedonismo, uma vez que, segundo a doutrina epicurista, a pessoa atinge uma vida feliz à medida que busca o prazer de forma moderada e equilibrada.

Para tanto, há uma clara distinção entre os prazeres ligados ao corpo menos importantes que os prazeres ligados à alma. Para Epicuro, não são todos os prazeres que trazem a tranquilidade. Nas palavras de Epicuro, “[...] todo prazer constitui um bem por sua própria natureza; não obstante isso, nem todos são escolhidos; do mesmo modo, toda dor é um mal, mas nem todas devem ser evitadas.”

EPICURO. *Carta sobre a felicidade* (a Meneceu). Tradução de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. São Paulo: Editora da Unesp, 2002. p. 13.

Segundo a ética epicurista, a pessoa feliz é aquela que é austera e moderada, buscando os prazeres simples e virtuosos, racionalmente escolhidos. É por isso que o filósofo disse que, de todas as virtudes, a mais valiosa é a prudência, pois é por meio dela que a pessoa é capaz de discernir os prazeres e escolher os melhores pensando na consequência da escolha dos prazeres. Assim, Epicuro estabelece uma hierarquia entre os prazeres, dividindo-os em:

- 1º **Prazeres naturais e necessários.** Exemplo: beber água suficiente para matar a sede.
- 2º **Prazeres naturais e não necessários.** Exemplo: beber bebidas refinadas.
- 3º **Prazeres não naturais e não necessários.** Exemplo: riqueza, poder e prestígio.

Segundo Epicuro, os prazeres da primeira categoria devem ser buscados, os da segunda podem ser buscados de vez em quando, e os da terceira nunca devem ser buscados, pois são insaciáveis e levariam a pessoa à angústia devido à sua ausência.

Sobre o mal e a dor, Epicuro expõe que ambos são inevitáveis. Para ele, o mal físico ou é facilmente suportável ou, se é insuportável, dura pouco e leva à morte. E a morte não deve ser vista com medo ou como um mal em si, já que ela é a suspensão dos sentidos. Epicuro, em sua *Carta*, diz que “quando ela [a morte] está presente, nós não estamos, e quando nós estamos presentes, ela não está presente”, por isso, a morte não deve representar nada para o ser humano. Já em relação aos males da alma, Epicuro afirma que a Filosofia é capaz de curá-los e de libertar completamente o ser humano de tais males.

Como devemos viver: a síntese de Epicuro

A tradição interpretativa da filosofia de Epicuro sintetizou sua mensagem com o chamado **quadri-fármaco** (ou quatro remédios para os males do mundo), o qual consiste em quatro lições a serem seguidas para se alcançar a verdadeira felicidade:



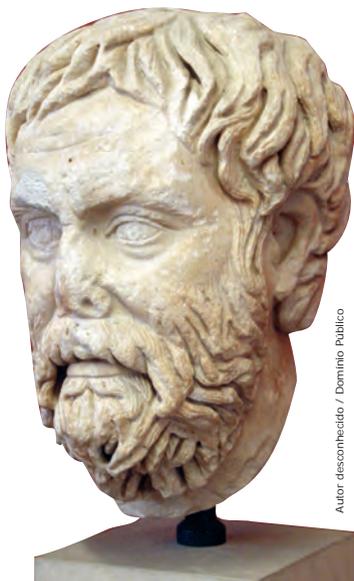
Seguindo esses princípios, qualquer pessoa poderá alcançar a **ataraxia**, a paz interior, a absoluta imperturbabilidade, sendo, então, feliz.

No fim de sua *Carta sobre a felicidade*, Epicuro diz:

Medita, pois, todas essas coisas e muitas outras a elas congêneres, dia e noite, contigo mesmo e com teus semelhantes, e nunca mais te sentirás perturbado, quer acordado, quer dormindo, mas viverás como um deus entre os homens. Porque não se assemelha absolutamente a um mortal o homem que vive entre bens imortais.

EPICURO. *Carta sobre a felicidade a Meneceu*. Ed. bilingue, grego / português. Tradução de Álvaro Lorençini e Enzo Del Carratore. São Paulo: Editora Unesp, 1997. [Fragmento]

CETICISMO



Busto de Pirro, fundador do ceticismo.

Fundado por Pirro de Élide (365/360-275/270 a.C.), o ceticismo, também conhecido como pirronismo, é uma das escolas mais importantes do Período Helenístico.

Pirro fez parte do Exército de Alexandre, o Grande, e com ele foi até a Índia. Nesse caminho, percebeu que as convicções gregas, as verdades que até então eram arraigadas e inquestionáveis de sua tradição, não passavam de um modo particular de ver o mundo, ou seja, as verdades gregas, que pareciam incontestáveis e evidentes, eram somente mais uma visão particular diante de outras visões diferentes sobre os mesmos assuntos. Com isso, Pirro concluiu que verdades únicas e absolutas não existiam, sendo meras opiniões.

A ideia central do ceticismo é, portanto, que o ser humano não pode encontrar uma verdade absoluta sobre nada no mundo. Dessa forma, cético é aquele que não busca a verdade, pois sabe que ela é impossível de ser atingida, seja porque o ser humano não tem condições de encontrá-la, seja porque ela não existe. De uma forma ou de outra, a postura do ser humano deve ser a de se abster de julgar o que as coisas são, de não emitir qualquer resposta à pergunta: o que é? Assim, se as coisas são indiferentes, sem medida e indiscerníveis, sendo que os sentidos, a razão e o pensamento não podem dizer o que as coisas são ou deixam de ser, o ser humano deve se contentar em simplesmente não buscar a verdade, permanecendo sem nenhuma inclinação, na total indiferença. É essa indiferença que levaria o ser humano à felicidade, uma vez que não há por que se angustiar e perder a paz interior em busca da verdade, pois esta não existe ou é impossível de ser encontrada. Está aqui o ponto principal da argumentação cética, resumida no conceito de *epoché*, que significa a **suspensão do juízo**.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



- 01.** (UEAP) Para Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, "felicidade [...] é uma atividade virtuosa da alma, de certa espécie". Com base nesta afirmação, assinale a alternativa que não corresponde à definição aristotélica de felicidade.
- A) Felicidade só é possível mediante uma capacidade racional, própria do homem.
 - B) Ter felicidade é obter coisas nobres e boas da vida que só são alcançadas pelos que agem retamente.
 - C) Felicidade é uma ilusão que o homem criou para si mesmo.
 - D) Nenhum outro animal atinge a felicidade a não ser o homem, pois os demais não podem participar de tal atividade.
 - E) A finalidade das ações humanas, o bem maior do homem, é a felicidade.
- 02.** (UEMA) Do ponto de vista da lógica formal, um argumento é improcedente quando se apresentam os princípios da universalidade e da contrariedade. Os referidos princípios estão presentes na seguinte opção:
- A) Nenhum homem é mortal. – Algum homem é mortal.
 - B) Todo homem é mortal. – Alguns homens são mortais.
 - C) Todo homem é mortal. – Nenhum homem é mortal.
 - D) Todo homem é mortal. – Algum homem não é mortal.
 - E) Algum homem é mortal. – Nenhum homem é mortal.

- 03.** (UFU-MG) [...] após ter distinguido em quantos sentidos se diz cada um [destes objetos], deve-se mostrar, em relação ao primeiro, como em cada predicação [o objeto] se diz em relação àquele.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

De acordo com a ontologia aristotélica,

- A) a metafísica é filosofia primeira porque é ciência do particular, do que não é nem princípio, nem causa de nada.
- B) o primeiro entre os modos de ser, ontologicamente, é o por acidente, isto é, diz respeito ao que não é essencial.
- C) a substância é princípio e causa de todas as categorias, ou seja, do ser enquanto ser.
- D) a substância é princípio metafísico, tal como exposto por Platão em sua doutrina.

Instrução: Considerando o texto a seguir, julgue o item **04** e assinale a opção correta nos itens **05** e **06**.

Ora, entre os antigos, normas de vida e exercícios espirituais formavam a essência da “filosofia”, não da religião, e a religião estava mais ou menos separada das ideias sobre a morte e o além. Havia seitas, que eram filosóficas, pois a filosofia era a matéria de seitas que propunham convicções e normas de vida a quem elas pudessem interessar; um indivíduo se tornava estoico ou epicurista e se conformava mais ou menos a suas convicções.

Paul Veyne. O Império Romano In: Philippe Ariès e Georges Duby. *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 201 (Adaptação).

- 04.** (UnB-DF) Desdobramentos da tradição filosófica, as regras monásticas, em voga na Idade Média e na Idade Moderna, promoveram e exaltaram a virtude por meio de normas estritas que regulavam a vida em comunidade.
- 05.** (UnB-DF) Das informações do texto depreende-se que o saber filosófico
 - A) foi precursor da organização de crenças em religiões.
 - B) era formado, inicialmente, por ideias relacionadas à espiritualidade e à conduta humana.
 - C) resultou, dado seu caráter normativo, no segregacionismo dos povos nos primórdios da humanidade.
 - D) predominava entre os povos antigos, porque contemplava discussões sobre a morte e o mundo não visível, o além.

- 06.** (UnB-DF) Com relação ao assunto tratado no texto anterior, assinale a opção correta.

- A) O epicurismo foi uma escola filosófica que se caracterizou pela adoção de uma ética afeta aos prazeres materiais.
- B) O estoicismo foi uma escola filosófica que se caracterizou pela adoção de uma ética negadora dos prazeres imateriais.
- C) A religião, que constitui a verdade, pode ser considerada a continuação da filosofia, que se orienta pela busca da verdade.
- D) O epicurismo e o estoicismo orientavam regras de viver, por isso constituíam seitas filosóficas entre os antigos da civilização helênica.

Instrução: Tendo como referência o texto a seguir, julgue o item **07** e faça o que se pede no item **08**.

O que é a justiça e a quem ela se aplica? Ela deve ser igual para pessoas iguais, mas ainda resta uma dúvida: igual em quê, e desigual em quê? Eis uma dificuldade que requer o auxílio da filosofia política. Alguém talvez possa dizer que as funções mais importantes da cidade deveriam ser distribuídas desigualmente, segundo a superioridade dos indicados em cada qualidade, mesmo que não houvesse quaisquer outras diferenças entre os pretendentes, mas todos fossem aparentemente idênticos, pois homens diferentes têm direitos e méritos diferentes.

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Edunb, 1997. p. 101.

- 07.** (UnB-DF) As duas principais instituições religiosas da Idade Moderna, a Igreja católica e a Igreja protestante, combateram as concepções de justiça particularistas, uma vez que suas doutrinas postulavam que os homens deveriam ser julgados em bases universalistas.
- 08.** (UnB-DF) No que concerne a conceitos mencionados no texto, assinale a opção correta.
 - A) Segundo o conceito aristotélico de justiça, devem ser adotados critérios iguais em situações diferentes.
 - B) O conceito aristotélico de igualdade implica a consideração de condições desiguais para o reconhecimento da alteridade como igual.
 - C) Justiça e igualdade são conceitos relacionados às condições de vida em sociedade, às interações sociais e à disputa nas assembleias da ágora.
 - D) Justiça e igualdade são conceitos fundantes do medievalismo estoico.

- 09.** (Unimontes-MG) Para Epicuro (341-270 a.C.), a morte nada significa porque ela não existe para os vivos, e os mortos não estão mais aqui para explicá-la. De fato, quando pensamos em nossa própria morte, podemos nos imaginar mortos, mas não sabemos o que é a experiência do morrer. Epicuro lamenta que
- A) as pessoas encarem a morte com coragem.
 B) as pessoas amem a morte e a desejem.
 C) as pessoas aceitem a morte como seu destino final.
 D) a maioria das pessoas fuja da morte como se fosse o maior dos males.
- 10.** (Unicentro-PR) Sobre o pensamento político grego, assinale a alternativa incorreta.
- A) A reflexão aristotélica sobre a política não se separa da ética, pois a vida individual está imbricada na vida comunitária. Se Aristóteles conclui que a finalidade da ação moral é a felicidade do indivíduo, também a política tem por fim organizar a cidade feliz.
 B) Platão e Aristóteles propõem um modelo aristocrático e autoritário de poder. No entanto, não se trata de uma aristocracia da riqueza, mas da inteligência, em que o poder é confiado aos melhores, ou seja, é uma sofocracia.
 C) A teoria política grega está voltada para a busca dos parâmetros do bom governo. Platão e Aristóteles envolvem-se em questões políticas de seu tempo e criticam os maus governos. Se por um lado Platão tentou efetivamente implantar um governo justo na Sicília, por outro esboçou a idealizada *Callipolis* como modelo a ser alcançado. Aristóteles, mesmo recusando a utopia do mestre, aspira também a uma cidade justa e feliz.
 D) Platão e Aristóteles elaboraram uma teoria política de natureza descritiva, já que a reflexão parte da análise da política de fato, mas é também de natureza normativa e prescritiva, porque pretende indicar quais são as boas formas de governo.
 E) A democracia não corresponde aos ideais platônicos, porque, por definição, o povo é incapaz de possuir ciência política. Quando o poder pertence ao povo, é fácil prevalecer a demagogia, característica do político que manipula e engana o povo.
- 11.** (UPE) A validade de nossos conhecimentos é garantida pela correção do raciocínio. São dois os modos de raciocínio: o indutivo e o dedutivo. Sobre isso, assinale a alternativa correta.
- A) O raciocínio indutivo é amplamente utilizado pelas ciências experimentais.
 B) O raciocínio indutivo parte de uma lei universal, considerada válida para um determinado conjunto, aplicando-a aos casos particulares desse conjunto.
 C) O raciocínio dedutivo parte de uma lei particular, considerada válida para um determinado conjunto, aplicando-a aos casos universais desse conjunto.
 D) O raciocínio dedutivo é uma argumentação na qual, a partir de dados singulares suficientemente enumerados, inferimos uma verdade universal.
 E) O raciocínio indutivo é o argumento cuja conclusão é inferida necessariamente de duas premissas.
- 12.** (UFMA) Embora esses dogmas pertençam à religião, os utopianos pensam que a razão pode induzir, por si mesma, a crer neles e aceitá-los. Não hesitam em declarar que, na ausência desses princípios, fora preciso ser estúpido para não procurar o prazer por todos os meios possíveis, criminosos ou legítimos. A virtude consistiria, então, em escolher, entre duas volúpias, a mais deliciosa, a mais picante; e em fugir dos prazeres que se seguissem dores mais vivas do que o gozo que tivessem proporcionado.
- MORE, Thomas. *A utopia*. Tradução de Luis de Andrade. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores)
- A questão sobre a natureza da felicidade humana e a possibilidade de sua realização é uma das principais questões estudadas pela filosofia grega antiga, sendo discutida no interior de uma ética e relacionada a noções de virtude e de justiça. Sabe-se que uma das características principais do humanismo, presente no pensamento renascentista, é justamente a releitura dos filósofos antigos, buscando integra-los a concepção cristã de vida. A concepção ética do povo utopiano, descrita na obra *A utopia*, de Thomas More pode ser considerada, em suas linhas gerais, uma revalorização de que corrente filosófica grega?
- A) Dos sofistas, na medida em que defende que a felicidade consiste em obter o máximo de prazer possível, especialmente os que nos advém das honras, do sucesso e das riquezas materiais.
 B) Do platonismo, na medida em que separa os prazeres em duas classes: os relacionados ao corpo e os relacionados à alma, e que a felicidade estaria no gozo dos prazeres relacionados a alma, devendo-se desprezar os prazeres do corpo.
 C) Do estoicismo, na medida em que defende que a felicidade consiste na tranquilidade ou ausência de perturbação, alcançada através do autocontrole, da contenção e da austeridade, desprezando-se todo tipo de prazer.
 D) Do aristotelismo, na medida em que defende que a felicidade é uma "virtude da alma segundo a virtude perfeita" e que essa virtude consistiria em uma espécie de mediania, de meio termo entre dois extremos.
 E) Do epicurismo, na medida em que defende que a felicidade consiste no gozo dos prazeres, mas não de todo e qualquer prazer, apenas os bons e honestos, devendo ser rejeitados os que levam a dores mais intensas do que o gozo que proporcionam.

13. (UEG-GO) Em meados do século IV a.C., Alexandre Magno assumiu o trono da Macedônia e iniciou uma série de conquistas e, a partir daí, construiu um vasto império que incluía, entre outros territórios, a Grécia. Essa dominação só teve fim com o desenvolvimento de outro império, o romano. Esse período ficou conhecido como helenístico e representou uma transformação radical na cultura grega. Nessa época, um pensador nascido em Élis, chamado Pirro, defendia os fundamentos do ceticismo. Ele fundou uma escola filosófica que pregava a ideia de que
- seria impossível conhecer a verdade.
 - seria inadmissível permanecer na mera opinião.
 - os princípios morais devem ser inferidos da natureza.
 - os princípios morais devem basear-se na busca pelo prazer.

14. (UENP-PR) Sobre as escolas éticas do período helenístico, da Antiguidade clássica da filosofia grega, associe a primeira com a segunda coluna e assinale a alternativa correta.

I. Epicurismo	A) É uma moral hedonista. O fim supremo da vida é o prazer sensível; o critério único de moralidade é o sentimento. Os prazeres estéticos e intelectuais são como os mais altos prazeres.
II. Estoicismo	B) Visa sempre um fim último ético-ascético, sem qualquer metafísica, mesmo negativa.
III. Ceticismo	C) Se nada é verdadeiro, tudo vale unicamente.
IV. Ecletismo	D) A paixão é sempre substancialmente má, pois é movimento irracional, morbo e vício da alma.

- I – A, II – B, III – C, IV – D
- I – A, II – B, III – D, IV – C
- I – A, II – D, III – C, IV – B
- I – A, II – D, III – B, IV – C
- I – D, II – A, III – B, IV – C

15. (Unioeste-PR) A excelência moral, então, é uma disposição da alma relacionada com a escolha de ações e emoções, disposição esta consistente num meio-termo (o meio-termo relativo a nós) determinado pela razão (a razão graças à qual um homem dotado de discernimento o determinaria).

ARISTÓTELES.

Sobre o pensamento ético de Aristóteles e o texto anterior, seguem as seguintes afirmativas:

- A virtude é uma paixão consistente num meio-termo entre dois extremos.
- A ação virtuosa, por estar relacionada com a escolha, é praticada de modo involuntário e inconsciente.
- A virtude é uma disposição da alma relacionada com escolha e discernimento.
- A virtude é um meio-termo absoluto, determinado pela razão.
- A virtude é um extremo determinado pela razão e pelas paixões de um homem dotado de discernimento.

Das afirmativas feitas,

- somente a afirmação I está correta.
- somente a afirmação III está correta.
- as afirmações II e III estão corretas.
- as afirmações III e IV estão corretas.
- as afirmações IV e V estão corretas.

16. (UFU-MG) Em primeiro lugar, é claro que, com a expressão "ser segundo a potência e o ato", indicam-se dois modos de ser muito diferentes e, em certo sentido, opostos. Aristóteles, de fato, chama o ser da potência até mesmo de não-ser, no sentido de que, com relação ao ser-em-ato, o ser-em-potência é não-ser-em-ato.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia Antiga*. Vol. II. Tradução de Henrique Cláudio de Lima Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1994. p. 349.

A partir da leitura do trecho anterior e em conformidade com a Teoria do Ato e Potência de Aristóteles, assinale a alternativa correta.

- Para Aristóteles, ser-em-ato é o ser em sua capacidade de se transformar em algo diferente dele mesmo, como, por exemplo, o mármore (ser-em-ato) em relação à estátua (ser-em-potência).
- Segundo Aristóteles, a teoria do ato e potência explica o movimento percebido no mundo sensível. Tudo o que possui matéria possui potencialidade (capacidade de assumir ou receber uma forma diferente de si), que tende a se atualizar (assumindo ou recebendo aquela forma).

- C) Para Aristóteles, a bem da verdade, existe apenas o ser-em-ato. Isto ocorre porque o movimento verificado no mundo material é apenas ilusório, e o que existe é sempre imutável e imóvel.
- D) Segundo Aristóteles, o ato é próprio do mundo sensível (das coisas materiais) e a potência se encontra tão somente no mundo inteligível, apreendido apenas com o intelecto.

17. (UENP-PR) Estas três formas podem degenerar: [...] A tirania não é, de fato, senão a monarquia voltada para a utilidade do monarca; a oligarquia, para a utilidade dos ricos; a democracia, para a utilidade dos pobres. Nenhuma das três se ocupa do interesse público. Podemos dizer ainda, de um modo um pouco diferente, que a tirania é o governo despótico exercido por um homem sobre o Estado, que a oligarquia representa o governo dos ricos e a democracia o dos pobres ou das pessoas pouco favorecidas.

ARISTÓTELES. *Política*.

De acordo com o fragmento de texto, assinale a alternativa que melhor completa a tabela a seguir:

	Forma autêntica	Forma degenerada
Um no governo	(I)	Tirania
Alguns no governo	Aristocracia	(II)
Muitos no governo	República	(III)

- A) (I) democracia (II) monarquia (III) oligarquia
 B) (I) monarquia (II) democracia (III) oligarquia
 C) (I) oligarquia (II) monarquia (III) democracia
 D) (I) monarquia (II) oligarquia (III) democracia
 E) (I) democracia (II) oligarquia (III) monarquia

SEÇÃO ENEM



01. (Enem-2017) LW19 Se, pois, para as coisas que fazemos existe um fim que desejamos por ele mesmo e tudo o mais é desejado no interesse desse fim; evidentemente tal fim será o bem, ou antes, o sumo bem. Mas não terá o conhecimento, porventura, grande influência sobre essa vida? Se assim é, esforcemo-nos por determinar, ainda que em linhas gerais apenas, o que seja ele e de qual das ciências ou faculdades constitui o objeto. Ninguém duvidará de que o seu estudo pertença à arte mais prestigiosa e que mais verdadeiramente se pode

chamar a arte mestra. Ora, a política mostra ser dessa natureza, pois é ela que determina quais as ciências que devem ser estudadas num Estado, quais são as que cada cidadão deve aprender, e até que ponto; e vemos que até as faculdades tidas em maior apreço, como a estratégia, a economia e a retórica, estão sujeitas a ela. Ora, como a política utiliza as demais ciências e, por outro lado, legisla sobre o que devemos e o que não devemos fazer, a finalidade dessa ciência deve abranger as das outras, de modo que essa finalidade será o bem humano.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. In: Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (adaptado).

Para Aristóteles, a relação entre o sumo bem e a organização da pólis pressupõe que

- A) o bem dos indivíduos consiste em cada um perseguir seus interesses.
 B) o sumo bem é dado pela fé de que os deuses são os portadores da verdade.
 C) a política é a ciência que precede todas as demais na organização da cidade.
 D) a educação visa formar a consciência de cada pessoa para agir corretamente.
 E) a democracia protege as atividades políticas necessárias para o bem comum.

02. (Enem-2016) 2Q78 Pirro afirmava que nada é nobre nem vergonhoso, justo ou injusto; e que, da mesma maneira, nada existe do ponto de vista da verdade, que os homens agem apenas segundo a lei e o costume, nada sendo mais isto do que aquilo. Ele levou uma vida de acordo com esta doutrina, nada procurando evitar e não se desviando do que quer que fosse, suportando tudo, carroças, por exemplo, precipícios, cães, nada deixando ao arbítrio dos sentidos.

LAÉRCIO, D. *Vidas e sentenças dos filósofos ilustres*. Brasília: Editora UnB, 1988.

O ceticismo, conforme sugerido no texto, caracteriza-se por:

- A) Desprezar quaisquer convenções e obrigações da sociedade.
 B) Atingir o verdadeiro prazer como o princípio e o fim da vida feliz.
 C) Defender a indiferença e a impossibilidade de obter alguma certeza.
 D) Aceitar o determinismo e ocupar-se com a esperança transcendente.
 E) Agir de forma virtuosa e sábia a fim de enaltecer o homem bom e belo.

03. (Enem–2016) Ninguém delibera sobre coisas que não podem ser de outro modo, nem sobre as que lhe é impossível fazer. Por conseguinte, como o conhecimento científico envolve demonstração, mas não há demonstração de coisas cujos primeiros princípios são variáveis (pois todas elas poderiam ser diferentemente), e como é impossível deliberar sobre coisas que são por necessidade, a sabedoria prática não pode ser ciência, nem arte: nem ciência, porque aquilo que se pode fazer é capaz de ser diferentemente, nem arte, porque o agir e o produzir são duas espécies diferentes de coisa. Resta, pois, a alternativa de ser ela uma capacidade verdadeira e racionada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*.
São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Aristóteles considera a ética como pertencente ao campo do saber prático. Nesse sentido, ela difere-se dos outros saberes porque é caracterizada como

- A) conduta definida pela capacidade racional de escolha.
B) capacidade de escolher de acordo com padrões científicos.
C) conhecimento das coisas importantes para a vida do homem.
D) técnica que tem como resultado a produção de boas ações.
E) política estabelecida de acordo com padrões democráticos de deliberação.
04. (Enem) A felicidade é, portanto, a melhor, a mais nobre e a mais aprazível coisa do mundo, e esses atributos não devem estar separados como na inscrição existente em Delfos “das coisas, a mais nobre é a mais justa, e a melhor é a saúde; porém a mais doce é ter o que amamos”. Todos estes atributos estão presentes nas mais excelentes atividades, e entre essas a melhor, nós a identificamos como felicidade.

ARISTÓTELES. *A Política*.
São Paulo: Cia. da Letras, 2010.

Ao reconhecer na felicidade a reunião dos mais excelentes atributos, Aristóteles a identifica como

- A) busca por bens materiais e títulos de nobreza.
B) plenitude espiritual e ascese pessoal.
C) finalidade das ações e condutas humanas.
D) conhecimento de verdades imutáveis e perfeitas.
E) expressão do sucesso individual e reconhecimento público.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. C
 02. C
 03. C
 04. Certa.
 05. B
 06. D
 07. Errada.
 08. C
 09. D
 10. B
 11. A
 12. E
 13. A
 14. D
 15. B
 16. B
 17. D

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. C
 02. C
 03. A
 04. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %

O nascimento do cristianismo e o auge da Idade Média

FILOSOFIA CRISTÃ:
A RELAÇÃO ENTRE FÉ E RAZÃO 



A Criação de Adão, pintada no teto da Capela Sistina (detalhe).

Contexto histórico

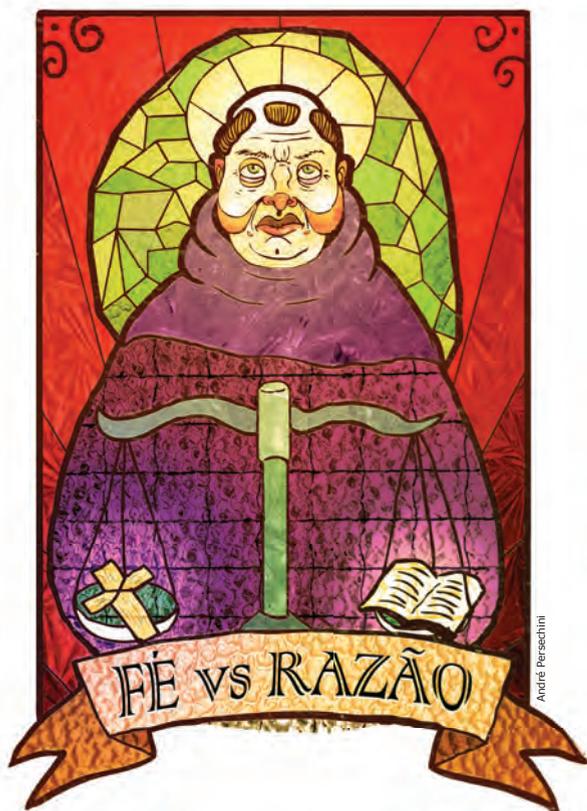
O período entre a Antiguidade e o Renascimento, preanunciado por Francesco Petrarca (1304-1374) e batizado por este de *Medium Aevum*, ficou conhecido como Idade Média. Pejorativamente chamado de "Idade das Trevas" ou "Noite dos Mil Anos", esse período sofreu com a estagnação da política e da economia, devido ao sistema feudal, e com o atraso da Ciência, impedida de avançar devido à presença fiscalizadora da Igreja.

Iniciando-se no século V, com a queda do Império Romano do Ocidente (476), quando da invasão de Roma pelos visigodos, e se estendendo até o início do pensamento moderno, no final do século XV e início do século XVI, a Idade Média foi palco de profundos avanços da História e do pensamento ocidental, embora tenha sido amplamente criticada. As obras de grandes pensadores, como Agostinho de Hipona, Tomás de Aquino, Pedro Abelardo e Guilherme de Ockham, são exemplos cabais da importância e do fervor intelectual desse período. Podemos mencionar, ainda, a relevância da arte gótica, presente até os dias atuais, e a fundação das primeiras universidades a partir do século XI.

É na Idade Média que acontece, de forma sistemática, a aproximação entre fé (religião) e razão (Filosofia). Porém, tal aproximação não se deu somente a partir do século V, uma vez que a religião cristã teve seu início já no século I, antes da queda do Império Romano do Ocidente.

O pano de fundo que leva à compreensão do surgimento e do crescimento do cristianismo é o Helenismo, que permitiu, graças à convivência de várias culturas em um mesmo território, uma aproximação entre o judaísmo e a cultura grega, preanunciando a filosofia cristã que surgiria algum tempo depois.

O ponto mais importante de nossa análise apresenta-se na tentativa de conciliação entre fé e razão, ou seja, entre a Filosofia clássica, principalmente a de Platão e Aristóteles, e as verdades reveladas, crença fundadora do cristianismo, o que marcou definitivamente o pensamento e o modo de ser e viver da Idade Média.



O primeiro pensador a buscar uma conciliação entre religião e Filosofia foi Fílon de Alexandria (25 a.C.-50 d.C.). Conhecido também como Fílon, o Judeu, ele escreveu alguns comentários sobre o Pentateuco (composto pelos cinco primeiros livros da *Bíblia*) com base nas ideias de Platão, fazendo uma aproximação entre a cosmologia platônica, presente no livro *Timeu*, e a criação do mundo por Deus. Platão se referiu ao Demiurgo, um semideus que criou todas as coisas do mundo apoiando-se das ideias inteligíveis já existentes. Já para Fílon, Deus criou todas as coisas tendo em vista suas próprias ideias, e não aquelas tidas como autônomas, como supunha Platão, as quais não provinham do próprio Deus.



Representação de Fílon de Alexandria.

A conciliação entre fé e razão foi o principal e mais difícil problema sobre o qual os Padres da Igreja e toda a Idade Média tiveram de se debruçar. Será que a fé é contrária à razão? Será que a Filosofia é inimiga das verdades cristãs? Na tentativa de conciliar fé e razão, Santo Agostinho construiu uma síntese entre a *Bíblia*, as verdades da Igreja Católica e a filosofia de Platão.

Apesar de, historicamente, a Idade Média ter seu início com a queda do Império Romano do Ocidente no século V, o pensamento medieval deve ser entendido a partir do início do cristianismo no século I. O crescimento do cristianismo foi um processo longo e gradativo, estendendo-se de seu nascimento, com a morte de Cristo e a formação das primeiras comunidades cristãs, até sua consolidação, com a conversão e o batismo do imperador romano Constantino no ano de 337 e a consequente institucionalização da religião cristã, mais especificamente do catolicismo, como religião oficial do Império Romano no ano 391.

O cristianismo foi difundido após a morte de Jesus de Nazaré, judeu que afirmava ser o messias e que, por isso, foi crucificado, aos 33 anos. Jesus tornou-se célebre por pregar novas maneiras de ser e viver, por meio da valorização de virtudes como o amor, a compaixão e o perdão. Após sua crucificação, pequenas comunidades foram formadas, principalmente como resultado da pregação dos apóstolos e de outros neoconvertidos, como Paulo de Tarso, ex-perseguidor de cristãos e, após o que acreditou ser uma experiência com o Cristo ressuscitado, adepto do cristianismo.



Representação de Jesus Cristo em um vitral da Igreja Anglicana de São João Batista, em Nova Gales do Sul (Austrália).

Essas pequenas comunidades, em geral guiadas por um líder local, se reuniam em assembleias para a leitura e para a execução de rituais que reviviam os atos e as mensagens de Jesus Cristo. Tais reuniões representaram a semente do que ficou conhecido, algum tempo depois, como Igreja.

Embora seguindo um mesmo mestre como modelo, nessas primeiras comunidades não havia uma unidade em relação aos ritos, aos sacramentos e mesmo à leitura dos textos, que eram comumente interpretados de maneiras distintas. Essas diferenças poderiam provocar uma ruptura interna no cristianismo, pois a doutrina e as crenças variavam e, muitas vezes, contradiziam-se. Diante disso, surgiu a necessidade de se realizar uma institucionalização que promovesse a unidade da nova religião, de seus ritos, textos sagrados, doutrinas e objetivos. Tal unidade deveria ser rapidamente confirmada, uma vez que o cristianismo crescia vertiginosamente e agregava a cada dia mais fiéis, que compunham comunidades espalhadas por toda a Judeia e pelo Oriente Médio.

Diante do desafio de se promover uma união do cristianismo, fazia-se urgente a construção de uma unidade doutrinária. As perguntas fundamentais que deveriam ser respondidas eram: Em que acreditar? Como as leis e regras morais deveriam ser pregadas aos novos cristãos? O que é permitido e o que é proibido fazer? Quem e quais povos poderiam se tornar cristãos? Seriam todas as pessoas de boa vontade ou somente as provenientes do judaísmo? Como defender doutrinariamente o cristianismo contra as outras religiões e seitas que surgiam na mesma época?

Era urgente munir o cristianismo de explicações lógicas que se fizessem compreender tanto pelos críticos da nova religião quanto pelos intelectuais neoconvertidos. Era inaceitável participar de uma nova religião que não trouxesse consigo argumentos válidos de suas bases doutrinárias, os quais deveriam ter uma fundamentação filosófica, dado que a Filosofia fazia parte da vida de praticamente todos os pensadores e intelectuais, trazida pela tradição helênica. Para os filósofos medievais, o fato de o cristianismo representar a verdade era um dado inquestionável. A questão que se impunha era a de saber se as pessoas deveriam simplesmente acreditar na revelação cristã ou se também deveria haver uma compreensão dessas verdades por meio da razão. Existiria uma relação entre os filósofos gregos e a *Bíblia Sagrada*? Haveria uma contradição entre a revelação de Deus aos seres humanos, representada pela *Bíblia Sagrada* e pela interpretação da Igreja, e a razão – ou seja, a Filosofia –, ou será que ambas poderiam conviver em harmonia? Esse foi um dos principais desafios da Idade Média, representando, quase que totalmente, a grande questão medieval.

As respostas a essas questões vieram com os Padres da Igreja, conjunto de filósofos cristãos do início do cristianismo, principalmente a partir do século III, que aproximaram, por meio de seus escritos e pregações, a filosofia grega do cristianismo.

Entre os Padres Apologistas (apologia: defesa, justificação), o mais importante foi Justino Mártir (100-165/167). Justino escreveu duas importantes obras, denominadas *Apologias*, nas quais buscou defender o cristianismo, considerando-o a “verdadeira filosofia”, adotando, portanto, uma posição contrária à de alguns princípios filosóficos antigos que não se harmonizavam completamente com o cristianismo. Justino foi um grande estudioso de Platão e, ao se converter ao cristianismo, reviu suas crenças na filosofia platônica, principalmente no tocante à possibilidade de, por meio dela, alcançar a verdade.

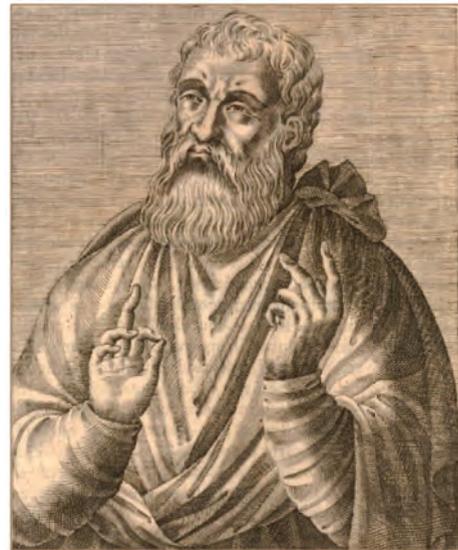
A passagem a seguir demonstra o posicionamento de Justino em relação à Filosofia:

Eu sou cristão, glorio-me disso e, confesso, desejo fazer-me conhecer como tal. A doutrina de Platão não é incompatível com a de Cristo, mas não se casa perfeitamente com ela [...].

MÁRTIR, Justino.

In: REALE, Giovanni. *História da Filosofia: Patrística e Escolástica*. São Paulo: Paulus, 2007. p. 39.

Desse modo, os Padres Apologistas representaram uma primeira tentativa de compreender a fé cristã.



André Thévet / Domínio Público

Representação de São Justino Mártir, decapitado em 165 / 167. Os romanos perseguiram e mataram com crueldade os mártires por defenderem o cristianismo.

Com os Padres Apologistas, começa a atividade filosófica cristã. A tese comum que defendem é de que o cristianismo é a única filosofia segura e útil e resultado último a que a razão deve chegar. Os filósofos pagãos conheceram sementes de verdade que não puderam entender plenamente: os cristãos conhecem a verdade inteira porque Cristo é o *logos*, isto é, a razão mesma da qual participa todo o gênero humano. A apologética desses padres constitui, portanto, a primeira tentativa de inserir o cristianismo na história da filosofia clássica.

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Alfredo Bossi. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 74. [Fragmento]

Porém, nos interessa mais o momento posterior ao dos Padres Apologistas, denominado Período dos Padres da Igreja, ou Patrística, no qual verifica-se uma crescente aceitação da filosofia grega pelos cristãos e líderes do cristianismo.

Nesse contexto, a Filosofia teve um papel primordial, servindo como base à formulação de argumentos que defendessem, de modo compreensível, a doutrina cristã frente às heresias, comuns tanto dentro quanto fora do cristianismo. Era considerada heresia toda e qualquer doutrina contrária a uma verdade estabelecida pelo cristianismo.

É visto que a fé ocupava lugar primordial e precedente à razão. Devido à necessidade de se munir a fé de argumentos racionais, a filosofia grega se tornou imprescindível para esse processo. No entanto, não era qualquer filosofia que podia ser aceita, sendo os textos, as ideias e os pensadores gregos cuidadosamente selecionados. Aqueles textos, ideias ou pensadores que pudessem representar, mesmo que timidamente, alguma ameaça à doutrina cristã e à revelação foram deixados de lado, buscando-se somente aqueles que servissem de base para uma nova interpretação dos textos e dos pensamentos a partir da lógica e da visão cristã.

Dessa forma, os textos, ideias e filósofos seriam selecionados se servissem ao objetivo da Igreja, que era o de fortalecer a fé com base nesses textos, agora interpretados à luz da revelação divina.

Essa postura cristã foi amplamente difundida, principalmente nos Concílios de Niceia (325), Constantinopla (381) e Calcedônia (451). Com o objetivo de legitimar e construir uma doutrina que atendesse a todo o cristianismo, as reuniões da Igreja em torno de questões teológicas e morais se dedicaram a uma conciliação entre fé e razão, entre Filosofia e revelação, que pudesse atender aos anseios do cristianismo nascente, nessa época, já reconhecido como religião (313) e, mais tarde, elevado ao patamar de religião oficial do Império Romano (391). Durante a realização dos Concílios, foi comum a utilização de teorias e textos filosóficos com o intuito de defender uma postura favorável ao cristianismo e de condenar as heresias.

Nesse momento delicado do cristianismo, encontraram-se, na Filosofia, bases sólidas de comunhão com a doutrina cristã. Alguns conceitos dos principais filósofos gregos, Platão e Aristóteles, foram amplamente utilizados como fundamento teórico para a doutrina cristã. Exemplos disso são os conceitos de essência, substância, alma, corpo, ideia e causa, entre outros. A Retórica e a Lógica também foram aplicadas de forma a defender a fé e justificar a Teologia, fornecendo a esta as bases de uma argumentação clara a favor das verdades reveladas.

Algumas ideias das escolas filosóficas do Período Helenístico também foram usadas como auxiliares da fé, principalmente aquelas que se referiam à vida simples e mortificada. Por exemplo, na perspectiva filosófica dos estoicos, as ideias de austeridade, sacrifício, abnegação, disciplina e autocontrole foram amplamente utilizadas como forma de preparar o cristão para se tornar digno da vida futura, depois da morte, junto a Deus.

Apesar da constante tentativa de aproximação, o problema da relação entre fé e razão ainda hoje é um desafio enorme para a Igreja e para a Filosofia. De um lado, temos os defensores de uma verdade revelada inquestionável e, do outro, aqueles que defendem um conhecimento construído sem necessidade do transcendente.

O texto a seguir, de Nicola Abbagnano, mostra a necessidade de união entre fé e razão. Segundo o autor, essa união é importante para a compreensão das verdades de forma racional. Filosofia e cristianismo devem, portanto, se complementar em alguma medida e não simplesmente se excluírem.

A filosofia grega e a tradição cristã

A Grécia foi o berço verdadeiro da Filosofia. Pela primeira vez o mundo ocidental compreendeu e realizou a Filosofia como investigação racional, isto é, como investigação autônoma que, em si mesma, encontra o fundamento e a lei do seu desenvolvimento. A filosofia grega demonstrou que a Filosofia só pode ser procura da liberdade. A liberdade implica que a disciplina, o ponto de partida, o fim e o método da investigação sejam justificados e postos por essa mesma investigação, e não aceitos independentemente dela. A influência do cristianismo no mundo ocidental determinou uma nova orientação da Filosofia. Toda a religião implica um conjunto de crenças que não são fruto de qualquer investigação porque consistem na aceitação de uma revelação. A religião é a adesão a uma verdade que o homem aceitou devido a um testemunho superior. Tal é, com efeito, o cristianismo. Aos fariseus que lhe diziam: "Tu alegas de ti mesmo e, portanto, o teu testemunho não tem valor", Jesus respondeu: "Eu não estou só, somos eu e aquele que me enviou" (S. João, VIII, 13, 16), apoiando, assim, o valor da sua doutrina no testemunho do Pai. A religião parece, portanto, nos seus próprios princípios, excluir a investigação e consiste antes numa atitude oposta, a da aceitação de uma verdade testemunhada do alto, independentemente de qualquer investigação. Todavia, logo que o homem se interroga quanto ao significado da verdade revelada e tenta saber por que caminho pode realmente compreendê-la e fazer dela carne da sua carne e sangue do seu sangue, renasce a exigência da investigação. Reconhecida a verdade no seu valor absoluto, tal como é revelada e testemunhada por um poder transcendente, imediatamente se impõe a cada homem a exigência de se aproximar dela e de a compreender no seu significado autêntico para com ela e dela viver verdadeiramente. Essa exigência só pode ser satisfeita pela investigação filosófica. A investigação renasce, pois, da própria religiosidade, pela necessidade que o homem religioso tem de se aproximar, tanto quanto lhe for possível, da verdade revelada. Renasce com uma tarefa específica, que lhe é imposta pela natureza de tal verdade e pelas possibilidades que pode oferecer à sua efetiva compreensão pelo homem; mas renasce com todas as características, próprias da sua natureza, e com força tanto maior quanto maior for o valor que se atribui à verdade em que se acredita e se pretende fazer sua. Da religião cristã nasceu, assim, a filosofia cristã. Esta tomou, também, como objetivo conduzir o homem à compreensão da verdade revelada por Cristo, de modo a que ele possa realizar o seu autêntico significado. Os instrumentos indispensáveis para esse fim encontraram-se na filosofia cristã, prontos a servirem, na filosofia grega. As doutrinas da especulação helênica do último período, essencialmente religioso, prestavam-se a exprimir, de modo acessível ao homem, o significado da revelação cristã; e, com esta finalidade, foram, efetivamente, utilizadas da maneira mais ampla.

ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*.
Tradução de Antônio Borges Coelho. Lisboa:
Editorial Presença, 1969. v.2. p. 108-109. [Fragmento]

A PATRÍSTICA E SANTO AGOSTINHO



Agostinho de Hipona foi um dos principais expoentes da Filosofia no Período Medieval. Suas ideias são fundamentos importantes para o cristianismo. Para compreendermos melhor o pensamento e a filosofia cristã de Santo Agostinho, é necessário entender o momento histórico no qual ele viveu e também o movimento filosófico-teológico, ocorrido entre os séculos III e VIII, denominado Patrística, do qual Agostinho foi o principal representante.

A patrística

A Patrística foi o período da história ocidental marcado pela presença atuante dos chamados Padres da Igreja. A palavra patrística origina-se de *Pater* (padre, pai), designação dada a esses homens. Foram eles os responsáveis pelo início da estruturação teológica do cristianismo, exercendo um papel fundamental na história cristã, já que foram os primeiros a se dedicarem a uma teorização da fé, ou seja, os primeiros que buscaram construir os argumentos racionais que sustentariam lógica e argumentativamente a fé cristã.

A nova fé, que já completava 100 anos, precisava ser defendida. No início, com as primeiras comunidades, não era fundamentalmente necessária ao cristianismo uma defesa argumentativa de suas verdades estruturada em princípios lógicos e inteligíveis, uma vez que a doutrina cristã baseava-se em princípios morais e em uma fé inabalável na salvação trazida pela morte de Cristo na cruz.

Nos séculos II e III, essa necessidade tornou-se urgente. Por um lado, era necessário defender a fé contra os questionamentos dos pagãos e de outras seitas religiosas, e, por outro, era preciso convencer os romanos, principalmente as autoridades, da pertinência e da legitimidade da doutrina cristã. Diante disso, os Padres da Igreja, dentre os quais destacam-se Santo Agostinho, Justino (século II), Clemente de Alexandria (séculos II e III) e Orígenes (século III), inauguraram uma nova maneira de pensar o cristianismo e buscaram instrumentos para justificar a fé e defender a doutrina cristã. Para isso, utilizaram-se da filosofia grega e do pensamento helênico, formulando, então, a filosofia patrística.

Santo Agostinho é o principal pensador desse período, promovendo uma interessante e inédita síntese entre a doutrina cristã e o pensamento de Platão. É necessário ressaltar que Santo Agostinho não platoniza o cristianismo, mas cristianiza Platão. O sistema filosófico platônico, pelo menos em suas bases fundamentais, é utilizado por Santo Agostinho como ferramenta de justificação da fé revelada. Porém, se houvesse algo conflitante entre Platão e a fé cristã, evidentemente, a revelação, a *Bíblia Sagrada*, ocuparia lugar de destaque.

Dessa forma, Santo Agostinho contribuiu de forma decisiva para a aproximação entre a fé cristã e a filosofia grega, principalmente ao formular uma doutrina, um conjunto de ideias cristãs, com base no pensamento platônico. Por causa disso, podemos afirmar que Santo Agostinho foi um dos pensadores mais destacados e importantes desde Aristóteles (século IV a.C.) até São Tomás de Aquino (século XIII).

Santo Agostinho e o platonismo cristão

Nascido em 13 de novembro de 354, na pequena cidade de Tagaste, província romana da Numídia, ao norte da África, onde hoje se localiza a Argélia, Aurelius Augustinus, desde muito novo, mostrou inteligência e perspicácia de pensamento notáveis. Durante a infância, estudou em sua cidade natal e na cidade vizinha, Madaura. Seu pai, Patrício, homem de hábitos rudes, vida simples e entregue ao alcoolismo, ainda pagão, empenhou-se em enviar o filho, tão logo terminasse seus primeiros estudos, à cidade de Cartago, onde teria a oportunidade de receber uma educação liberal e trilhar a carreira do magistério ou da magistratura. Sem condições financeiras para custear os estudos do filho, o pai valeu-se da amizade de Romariano, amigo rico, que o ajudou na ida de Augustinus a Cartago para cumprir seus estudos superiores.

Em Cartago, Agostinho estudou Literatura, Filosofia e Retórica. Apesar de sua inteligência e de sua capacidade intelectual, não se mostrou um bom aluno, e não se afeioou ao estudo da língua grega, fundamental para a leitura dos clássicos. Devido a isso, sua educação deu-se principalmente em latim, afastando-o quase que por completo da leitura dos pensadores helênicos, da exegese e da Teologia. Mais velho, porém, buscou reparar tal lacuna.

Devido aos seus estudos, Agostinho afastava-se da leitura da *Bíblia Sagrada*, insistentemente incentivada por sua mãe, por considerá-la uma leitura indigna de homens cultos, chegando a afirmar que se tratava de uma obra simplória e mal escrita.

A Filosofia entrou em sua vida com a leitura do livro *Hortênsio*, de Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.). Nesse texto, Cícero afirmava, com um estilo elegante de escrita, que a Filosofia seria o caminho para se alcançar a felicidade. Agostinho se encantou com tal novidade e logo se apaixonou por essa via do saber.

Antes de se aproximar da cultura cristã, Agostinho levou uma vida mundana, cometendo pequenos delitos e envolvendo-se em uma relação amorosa proibida para sua época (a mulher não pertencia à mesma classe social que ele), que terminou por gerar um filho, Adeodato, a quem Agostinho, depois de sua conversão, trouxe para junto de si.

Antes de sua conversão, aproximou-se de doutrinas filosóficas, como o maniqueísmo, e também as de Aristóteles, lendo as *Categorias*. Porém, encontrou muitas dificuldades nesses estudos, devido à sua ignorância na língua grega.

A inquietude foi uma de suas maiores características, levando-o a uma busca por algo que nem mesmo ele sabia do que se tratava. Havia alguma coisa que pulsava em seu peito e lhe causava um descontentamento imenso, um vazio interior. Sua inteligência e genialidade não eram capazes de lhe trazer a paz interior, vivendo atormentado por dúvidas existenciais e intelectuais.

O maniqueísmo

Antes de se mudar de Cartago, aos dezenove anos de idade, Agostinho conheceu o maniqueísmo, seita que reivindicava para si a verdadeira essência do cristianismo. Essa corrente de pensamento, fundada pelo persa Mani (215-276), tinha como premissa o dualismo do universo. Duas forças contrárias, o bem e o mal, a luz e as trevas, teriam gerado todas as coisas em uma luta na qual uma queria se sobressair à outra, tanto na formação cósmica quanto em relação aos princípios morais que regem as pessoas e a sociedade.

Mais tarde, Agostinho, em sua obra *Sobre o Gênesis contra os maniqueus*, descreveu tal seita:

A existência de dois princípios diversos e adversos entre si, mas, ao mesmo tempo, eternos e coeternos [...] e, seguindo outros heréticos antigos, imaginaram duas naturezas e substâncias, a do bem e a do mal. Segundo seus dogmas, afirmam que essas duas substâncias estão em luta e mescladas entre si.

AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Livro III, 6, 10.

Essa seita era marcada tanto pela perspectiva dualista quanto pelo materialismo e pelo racionalismo, o que atraiu Agostinho, devido à sua formação intelectual. Segundo o Maniqueísmo, essas forças contrárias são inerentes ao ser humano, sendo representadas pelos princípios internos do bem e do mal. Assim, as pessoas seriam dotadas de substâncias contrárias em constante luta, como se fossem duas almas; duas inteligências, uma boa e outra má, que representariam o corpo e a alma, sendo que, quando a pessoa peca, seu pecado não é fruto de seu livre-arbítrio, mas da inclinação interna que a levou a tal ato.

Em 383, Agostinho se afastou do maniqueísmo após se encontrar com o bispo maniqueu (de maniqueísmo) Fausto, a quem expôs uma série de questões, das quais não obteve respostas, convencendo-se da fragilidade daquela doutrina.

O ceticismo

Frustrado com a empreitada realizada no maniqueísmo, Agostinho sentiu-se tentado a abraçar o ceticismo da Academia Platônica, a qual pregava que o indivíduo deve duvidar de tudo, que não existem verdades exatas sobre nada, devendo a pessoa, portanto, contentar-se com as aparências das coisas, acessíveis somente pela experiência dos sentidos. Porém, o ceticismo deixava algo a desejar ao espírito de Agostinho, que, mais uma vez, não encontrara, nessa corrente, o nome e a consolação de Cristo, embora, até então, não tivesse se convertido ao cristianismo.

Ceticismo acadêmico: Corrente filosófica segundo a qual o indivíduo, na ausência de um critério de verdade para a obtenção do conhecimento, suspende o juízo sobre tudo. Assim, ao perceber não ser possível obter nenhuma certeza a respeito da verdade, o cético acadêmico considera que o ser humano é incapaz de alcançar a verdade sobre os fenômenos, quaisquer sejam eles, tais como metafísicos, religiosos ou físicos.

O critério de ação para o cético, já que não pode assentir como verdadeiro acerca de nada, é o de aderir àquilo que lhe é mais plausível.

O neoplatonismo

Agostinho, nessa época, entrou em contato com os escritos neoplatônicos, principalmente os de Plotino (205-270 d.C.), que traziam uma versão mística do pensamento de Platão. O neoplatonismo, interpretando conceitos platônicos com um viés cristão, mostrou a Agostinho um novo caminho para suas dúvidas, possibilitando que ele se aproximasse do cristianismo, preanunciando sua conversão.

A leitura de Plotino fez com que Agostinho percebesse ser possível compreender, de forma racional, a doutrina cristã, constatando que esta não era apenas destinada aos mais "ignorantes" ou intelectualmente fracos, sendo possível elaborar, a partir do cristianismo, uma teologia robusta e racionalmente sustentável.

Neoplatonismo: Corrente de pensamento iniciada no século III e baseada nos ensinamentos de Platão, cujo principal representante foi o filósofo Plotino. Seus escritos foram reunidos pelo neoplatônico Porfírio nas seis Enéadas. De acordo com Plotino, a ideia de Uno é o princípio e causa de tudo o que existe. O Uno, conceito relativo à ideia de Bem em Platão, sendo indescritível e só podendo ser pensado de maneira indireta, é causa do intelecto, e este, por sua vez, é o *locus* do que seriam as formas platônicas.

A conversão do cristianismo

Em seu livro *Confissões*, Agostinho narra como, em seus 32 anos de idade, nos jardins de sua residência, tomado por grande angústia e inquietude espiritual à procura da verdade, ouve uma voz de criança que diz: "*Tolle, lege, tolle, lege*" (toma e lê, toma e lê).

Imediatamente, mudando de semblante, comecei com máxima atenção a considerar se as crianças tinham ou não o costume de cantarolar essa canção em algum de seus jogos. Vendo que em parte alguma a tinha ouvido, reprimi o ímpeto das lágrimas e levantei-me, persuadindo-me de que Deus só me mandava uma coisa: abrir o códice (a *Bíblia*) e ler o primeiro capítulo que encontrasse.

AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Livro VII, 12, 29. [Fragmento]

Tomando em suas mãos a *Bíblia Sagrada*, deparou-se com a seguinte passagem da carta de São Paulo aos Romanos:

Comportemo-nos honestamente, como em pleno dia: nada de orgias, nada de bebedeira; nada de desonestidades nem dissoluções; nada de contendas, nada de ciúmes. Ao contrário, revesti-vos do Senhor Jesus Cristo e não façais caso da carne nem lhe satisfaçais os apetites.

CARTA de São Paulo aos Romanos. 13, 13-14.

Após esse episódio, Agostinho pediu demissão de seu cargo de professor municipal e exilou-se em Cassiciaco, descansando e meditando, juntamente com sua mãe, seu filho Adeodato e alguns amigos. Foi introduzido na comunidade cristã e abriu as portas à salvação na Páscoa daquele ano, respeitando os costumes, sendo batizado por seu amigo e confessor Ambrósio.

Logo em seguida, voltou a Tagaste, sua terra natal, onde vendeu todas as propriedades da família e fundou uma comunidade monástica. Pretendia permanecer ali, entregue à vida monástica de contemplação, mas, um dia, visitando a Igreja de Hipona, contra a sua vontade e por vontade do povo, foi conclamado sacerdote, responsável, principalmente, pela pregação. Viu-se, então, obrigado a deixar o ócio filosófico e intelectual e a se dedicar às funções pastorais. Aos 41 anos, já assumia a função de Bispo de Hipona, sucedendo Valério, que havia falecido.

Faleceu aos 76 anos de idade, de morte natural, tornando-se santo da Igreja Católica, e *Doctor gratiae*, devido à sua ampla obra teológico-filosófica.

A Filosofia Cristã de Santo Agostinho

O próprio Santo Agostinho formulou o termo “filosofia cristã” para se referir à sua produção filosófica. Nela, encontra papel fundamental o conceito de beatitude ou felicidade. Essa ideia foi a grande linha mestra pela qual toda a produção filosófica do hiponense se pautou. Para ele, a verdadeira vocação da Filosofia é a de levar o ser humano à felicidade. Observa-se que, nesse ponto específico, são claras as influências de Cícero, com sua obra *Hortênsio*, e do Helenismo na filosofia agostiniana.

Entendida sob essa perspectiva, a Filosofia não teria, como objetivo, a explicação do ser humano ou do *cosmos*, mas trilharia o caminho antropológico, pois pretende conhecer profundamente o que é o ser humano e como este pode ser feliz, mesmo vivendo na “cidade dos homens”¹, isto é, no mundo representado pelo pecado e pelo apego à matéria.

Apesar das influências filosóficas, a beatitude é encontrada, substancialmente, nas Sagradas Escrituras, afinal, Deus e toda a sua criação querem a felicidade do ser humano.

Agostinho fez Filosofia como teólogo, e fez Teologia como filósofo.

VELOSO, Agostinho.
Nas encruzilhadas do pensamento.
 Porto: Apostolado, 1957. Tomo III. p. 77. [Fragmento]

Assim, o Bispo de Hipona aproxima a fé – a revelação – da Filosofia. Compreendendo as verdades da fé por meio da razão, a pessoa poderia ser feliz, uma vez que o conhecimento faz parte do processo de ascensão espiritual do cristão.

É claro que, na concepção agostiniana de Filosofia, esta não deve ser entendida como um caminho para a crítica à fé cristã, mas como um caminho para a beatitude. Dessa forma, a Filosofia não teria o papel de colocar em xeque as verdades cristãs reveladas, uma vez que a fé se autojustifica, isto é, as verdades da fé são irrefutáveis e não alvo de críticas. Na relação entre fé e razão, Agostinho reconhece claramente o papel da razão, a qual, em todas as ocasiões, é simplesmente “escrava” da fé. Guiado pela sua história de destacado intelectual, Agostinho vê na razão o caminho para o entendimento e uma via de acesso à verdade eterna.

A Filosofia é vista, por Agostinho, como um caminho que leva a um fim, um instrumento utilizado pelo cristianismo com vistas à compreensão da fé.

O caminho do conhecimento

Após sua conversão, Agostinho não apresentava dúvidas sobre em que acreditar. Seu itinerário espiritual, que culmina com sua radical mudança de vida, deixa claro que as verdades só podem ser alcançadas pela intuição intelectual dada pela fé. Mas qual é o caminho para se conhecer o mundo e as coisas? Caso se apegasse ao pensamento da Academia de Platão, da qual participou durante algum tempo, Agostinho trilharia o caminho do ceticismo. Mas, se a verdade está no próprio ser humano, como pode não haver verdades absolutas, como pregava o ceticismo? Tal pensamento é insustentável e absurdo para o neoconverso. Assim, com o objetivo de combater os cétricos e de encontrar o caminho do conhecimento, Agostinho argumenta que os sentidos, em si, não são os instrumentos do erro, uma vez que, ao experimentar algo, essa experiência é real. O problema está em tomar tal experiência como fonte da verdade.

Segundo Agostinho, seguindo as trilhas de Platão e antecedendo Descartes, a verdade só pode ser atingida pelo processo do conhecimento de si mesmo, atividade puramente intelectual, que não se deixa confundir pela ação da matéria, da debilidade do corpo.

Desse modo, de acordo com Agostinho, Deus, presente no interior do ser humano e a própria verdade, ilumina a mente humana para que esta, sob a direção de seu criador, possa encontrar o conhecimento verdadeiro. Perceba que tal verdade não é fruto somente da ação humana em seu esforço pessoal, mas deste com o auxílio de Deus. Tal teoria é conhecida como Teoria da Iluminação Divina.

¹ **Referência à obra de Santo Agostinho**, denominada *A cidade de Deus* ou *De Civitate Dei*. Nessa obra, Santo Agostinho descreve o mundo, dividido entre o dos homens (o mundo terreno), ou a “cidade dos homens”, e o dos céus (o mundo espiritual), ou a “cidade de Deus”. Iniciada por volta de 413 e finalizada por volta 426, *A cidade de Deus* constitui uma das obras mais importantes do filósofo.

A relação entre alma e corpo

Acompanhando o pensamento de Platão, Agostinho afirma que alma e corpo são substancialmente distintos, apesar de coexistirem no mesmo ser. Próprio do mundo material, com suas instabilidades e suas transformações constantes, o corpo é a parte do ser humano que constitui sua dimensão material e terrena. Do corpo, nada de eterno e estável pode nascer, mas tão somente os desejos, levados pelo pecado, uma vez que a corrupção, advinda do pecado original de Adão e Eva, perpetuou-se em todos os seus filhos, em todas as pessoas nascidas depois deles. Isso significa que, no ser humano, há a raiz do pecado, uma “força” que o leva ao mal, ao desejo material, à concupiscência.



*Santo Agostinho diferencia,
no ser humano, a alma do corpo.*

Maira Damásio

Sendo assim, o conhecimento verdadeiro não pode ser alcançado pelos sentidos, pois estes estão no corpo e participam de sua corrupção. O que os sentidos apreendem da realidade é provisório, tal como a realidade sensível é instável, mutável. Portanto, o conhecimento proveniente dos sentidos não é confiável, pois os próprios sentidos, estando no corpo, não o são.

Mas qual seria, então, a fonte do conhecimento verdadeiro e eterno? Segundo a teoria do conhecimento de Agostinho, o saber verdadeiro só é alcançado por uma ação da alma, da mente. Tal como na teoria platônica, a razão é a única capaz de alcançar um conhecimento não provisório, uma realidade não sensível, que seria, por si e em si, verdadeira e eterna.

Conclui-se que, para o hiponense, existem dois tipos de conhecimento: o primeiro, proveniente dos sentidos, refere-se à realidade externa e sensível, e, por sua natureza, é não necessário e mutável; e o outro, eterno e imutável, é alcançado por meio da razão, devendo retornar para dentro do ser humano, pois aí estão as verdades, aí está Deus.

Porém, não é possível ao ser humano, sozinho e por seu próprio esforço, alcançar essas verdades eternas. Vimos que o ser humano é marcado pelo pecado e, como tal, não consegue alcançar, por si mesmo, nada além do engano e da ilusão. Novamente, seguindo a linha do pensamento platônico, especialmente da "Alegoria da caverna", é necessário ao ser humano buscar o conhecimento essencialmente pela razão. Na "Alegoria da caverna", o prisioneiro que se liberta das correntes enxerga, gradativamente, as verdades, até alcançar a visão do Sol em si, a mais "iluminada" e perfeita das ideias. Desse modo, para Platão, o conhecimento da verdade seria resultado, em última instância, do conhecimento do Bem e do Belo. Seguindo essa linha de pensamento, para Agostinho, o conhecimento da verdade eterna, que habita o interior do ser humano, é resultado do Bem Supremo de Deus. Este ilumina a mente humana, de modo que é possível encontrar a verdade somente com o auxílio dessa "iluminação". Porém, diferentemente da teoria platônica, as ideias não existiriam previamente, mas a iluminação divina, dando-se no presente, tornaria as verdades da sabedoria acessíveis também no agora.

Assim, a Teoria da Iluminação Divina afirma que a origem de todo o conhecimento verdadeiro é a mente iluminada por Deus. Agostinho reconhece o papel da razão humana no processo do conhecimento, uma vez que é ela, iluminada por Deus, que atinge a verdade, as ideias e as origens eternas de toda a realidade.

A antropologia agostiniana

Embora criado à imagem e semelhança de Deus, o ser humano, na visão agostiniana, é miserável, pecador e incoerente, uma visão pessimista nascida de sua própria experiência de vida. Agostinho, antes de sua conversão, experimentou, em sua própria vida, a debilidade, o limite, a fraqueza e a incoerência de sua carne, de seus desejos e de sua vontade, o que o fez concluir que o ser humano, sem Deus e está absolutamente à mercê de sua própria vontade e do pecado.

Se, por um lado, o ser humano é pecador, por outro, é o único que desfruta de um privilégio inigualável em relação aos outros seres. Sendo criado à imagem e semelhança de seu Deus, o ser humano, apesar de ter em si as raízes do mal, que o levam ao pecado, tem também a presença do próprio criador em seu interior, e é nele que a pessoa deve buscar a força necessária para vencer o mal que há dentro de si e que determina sua vontade.

A vontade seria livre e, portanto, facilmente corruptível, o que levaria o ser humano ao mal, afastando-o de Deus. Desse modo, a vontade não pode ser autônoma, isto é, não pode decidir por si mesma, pois, dessa maneira, inevitavelmente, a pessoa se afastaria do bem, já que a vontade poderia querer o mal. É necessário, portanto, que a pessoa se entregue de corpo e alma ao comando de Deus, já que viver sob o comando da sua própria vontade seria um perigo à alma. No entanto, entregando-se ao comando divino, a pessoa caminharia segundo a verdade.

O pecado só se estabelece na alma quando a pessoa age por conta própria, deixando que o corpo assuma o comando da vida, incluindo o pensar e o agir, ficando à mercê de suas vontades e deixando a alma em segundo plano. Utilizando-se de seu livre-arbítrio, a pessoa inverte a ordem divina, fazendo com que o mal se sobreponha ao bem, que o corpo se sobreponha à alma, caindo, assim, no pecado e na ignorância.

Esse pensamento de Agostinho encontra suas raízes em Platão, que, ao falar sobre a tripartição da alma, divide esta em racional, irascível e apetitiva. A parte racional da alma deve assumir o comando da vida e dos pensamentos, uma vez que somente ela poderá levar o ser humano ao conhecimento do inteligível e, conseqüentemente, a agir de forma correta. Há uma luta interior, em que a razão deve controlar as demais partes, principalmente a apetitiva, uma vez que esta está presa à matéria e insiste em satisfazer os seus desejos e vontades. Em Platão, a razão deve ser mais forte que o corpo, de forma que a pessoa trilhe o caminho da justiça para encontrar a verdade. A ideia de ser "mais forte que eu mesmo" resume bem esse pensamento, como se houvesse duas forças em luta pela preponderância no interior da pessoa.

Liberdade e livre-arbítrio

Em Agostinho, liberdade e livre-arbítrio se distinguem. Agir guiado pelo livre-arbítrio significa agir de acordo com seus próprios impulsos e desejos, fazer o que se quer, sem nenhuma determinação das atitudes. A vontade, nesse caso, guiará a vida da pessoa, e como ela não se deixa determinar pela razão, a pessoa, inevitavelmente, cairia no pecado. Só há uma maneira de a pessoa superar seus desejos e voltar-se para Deus: quando a alma encontra refúgio no Criador que nela habita.

Para Agostinho, o ser humano deve obedecer a Deus e, nesse caso, ser livre é obedecer. A aparente contradição se desfaz ao compreendermos que liberdade é fazer o correto segundo a vontade divina, a qual, por sua vez, está em Deus e no ser humano. Considerando que Deus não pode querer o mal do ser humano, se este o obedece, ele estará sempre fazendo o bem, não se tornando escravo de seus desejos e de sua vontade.



Para Santo Agostinho, agir segundo o livre-arbítrio, que diferencia os seres humanos dos demais animais, não é o mesmo que agir com liberdade.

A Teoria da Graça Divina

Estando na situação de pecador, na qual a alma está dominada pelas vontades do corpo, restam poucas chances para o ser humano. Permanecendo assim, o ser humano não encontrará a salvação, ficando fadado à danação, à condenação eterna. A concupiscência é resultado do próprio livre-arbítrio humano. Então, o que fazer para reverter tal estado e tal destino?

Segundo Agostinho, a salvação não é resultado do querer humano nem uma recompensa pelas boas ações, mas sim uma graça superior concedida por Deus aos seus eleitos. Aqui se encontra o ponto mais controverso da doutrina agostiniana, denominada de Teoria da Predestinação Divina. Segundo esta, para que a pessoa alcance a salvação eterna, são necessários dois requisitos: o esforço pessoal do sujeito, que busca viver de acordo com a vontade divina, e a graça de Deus, concedida somente a alguns eleitos. Dessa forma, para obter a salvação, é necessária a união dessas duas dimensões, pois uma sem a outra é estéril. Assim, se a pessoa, mesmo se esforçando no caminho da santidade, seguindo corretamente os mandamentos divinos, não for um eleito, um predestinado, ela não será salva, isto é, não desfrutará das benesses e da graça de estar junto de Deus após a morte. A graça precede todos os esforços de salvação e é seu instrumento necessário.

Essa teoria é um dos aspectos que geraram mais polêmicas a respeito da doutrina agostiniana. Assim, apesar das influências de Agostinho na estrutura e nos fundamentos da cultura e da religião cristã ocidental, a Igreja Católica há muito cuidou de reverter tal ideia de predestinação em sua doutrina.

A Teoria da Predestinação Divina foi o motivo de um dos grandes confrontos da vida de Agostinho. Pelágio (360-420 d.C.), monge contemporâneo de Agostinho, defendia que a salvação do ser humano seria fruto de seu esforço pessoal e da prática de boas obras (Pelagianismo). Assim, o ser humano deve se autodeterminar em suas ações. Essa doutrina, na época, foi classificada como heresia pelo papa Zóximo, no Concílio de Cartago, em 417, porque, de acordo com ela, o ser humano poderia ser salvo pelo seu próprio esforço e dedicação, desconsiderando, assim, a necessidade da graça divina (predestinação). Agostinho combateu veemente tal teoria, que perdurou por muitos séculos nos círculos filosóficos e teológicos do cristianismo, influenciando Calvino (1509-1564), quando ele defendeu que, para a salvação humana, bastava somente a vontade divina manifestada na concessão da graça, uma vez que o ser humano, por si mesmo, é pecador e indigno de estar junto do Pai após sua passagem pela Terra.

Tal dualidade, pregada pela Teoria da Predestinação Divina, é o cerne do pensamento agostiniano expresso na obra *A cidade de Deus*. Nesta, o *Doctor Gratiae* expõe o dualismo entre alma e corpo, terra e céu, espírito e matéria,

imutável e mutável, sensível e inteligível, afirmando que a vida terrena, a “cidade dos homens”, onde estão a concupiscência, o pecado, o mal, o egoísmo, características próprias da matéria, é contrária à “cidade de Deus”, onde estão a graça, a glória e a vida plena, realmente feliz e verdadeira.

O tempo



Para Santo Agostinho, o tempo são três dimensões do presente.

A questão do tempo ocupa lugar central na filosofia agostiniana, uma vez que, como dito anteriormente, a beatitude, a felicidade e o estado de graça relacionam-se intrinsecamente a esse conceito.

Agostinho afirma, em seu livro *A Trindade*, que nós sabemos que todas as pessoas querem ser felizes. A felicidade é o fim último da existência humana. Porém, a felicidade não se dá na mobilidade, ou melhor, não se alcança o estado de vida feliz por meio das coisas mutáveis e transitórias da “cidade dos homens”, mas somente tendo em vista algo de eterno e permanente. A felicidade não admite a mutabilidade, por isso o Bispo de Hipona afirma, em seu livro *A vida feliz*, que é “necessário que se procure por um bem permanente, livre das variações da sorte e das vicissitudes da vida”. Portanto, é mister à felicidade a posse de algo perene, eterno, livre das variações temporais. “Ora, todos esses bens sujeitos à mudança podem vir a ser perdidos. Por conseguinte, aquele que os ama e os possui não pode ser feliz de modo absoluto.”

Assim, a felicidade só pode ser encontrada no único bem permanente e eterno, o próprio Deus: "quem possui a Deus é feliz!". Só Ele está livre das transformações, da mutabilidade, uma vez que é eterno. Para Agostinho, Deus é aquele "cujo movimento não se pode dizer que foi, que já não é ou será o que ainda não é".

Desse modo, a felicidade consiste na comunhão que o ser humano, mutável e temporal, estabelece com Deus, ser imutável, eterno e atemporal, que se faz presente no interior do próprio ser humano: "Se alguém quiser ser feliz, deverá procurar um bem permanente, que não lhe possa ser retirado em algum revés de sorte".

Os bens criados, por sua vez, são perecíveis e mutáveis; são criados no tempo e, por isso, assumem a característica da mutabilidade, da mudança constante. O próprio tempo, segundo Agostinho, sendo criatura, é passageiro: "Como o tempo passa, porque é mutável [...]". O filósofo também afirma, no texto *Comentário literal ao Gênesis*, que o "tempo também é uma criatura e, por isso, teve um princípio e não é coeterno com Deus".

Nesse ponto, compreendemos que a beatitude, a verdadeira felicidade, não pode estar nas coisas criadas no tempo, pois este é passageiro e fragmentado, assim como as coisas que nele existem. Como Deus não está no tempo, ele é o único Bem Supremo, criador de tudo a partir do nada e o único capaz de proporcionar ao ser humano a beatitude.

O tempo, criação de Deus, é abordado de maneira singular por Santo Agostinho, pois, segundo ele, é muito comum que as pessoas compreendam o tempo dividido em passado, presente e futuro. Para ele, essas três dimensões fazem parte de nosso cotidiano e, costumeiramente, pensamos o dia, o mês, o ano, enfim, a vida, sob esta perspectiva:

Passado: sucessão de fatos que já aconteceram.

Presente: sucessão de fatos que estão acontecendo.

Futuro: sucessão de fatos que ainda irão acontecer.

Porém, essa forma de entender o tempo não é precisa. Dessa maneira, Agostinho afirma:

Agora está claro e evidente para mim que o futuro e o passado não existem, e que não é exato falar de três tempos – passado, presente e futuro. Seria talvez justo dizer que o tempo são três, isto é, o presente dos fatos passados, o presente dos fatos presentes, o presente dos fatos futuros. Esses três tempos estão na mente e não os vejo em outro lugar. O presente do passado é a memória. O presente do presente é a visão. O presente do futuro é a espera.

AGOSTINHO.

Confissões. Tradução de J. Oliveira

Santose A. Ambrósio de Pina. São Paulo:

Nova Cultural, 2000. 11, 20, 26. [Fragmento]



Vitor Leal Martins

Agostinho admite a existência somente do tempo presente, pois este é o agora, aquilo que acontece no instante. O passado nada mais é do que a memória dos fatos já ocorridos e lembrados no agora, no presente, por isso ele se refere ao passado como "o presente dos fatos passados".

E o presente, o que é? O presente é o momento. Agora, neste instante, ele é, no instante seguinte, já não é mais, tornou-se passado. É um tempo tão imediato que não pode sequer ser medido, o tempo presente não tem nenhum espaço, é o presente das coisas presentes.

E quanto ao futuro? Se não existe passado, existindo somente as lembranças dos fatos já ocorridos, trazidos ao presente pela memória, o futuro não pode ser ao menos trazido à memória no presente, uma vez que ele sequer aconteceu. Do futuro só temos a expectativa de sua chegada. Por isso, Agostinho se refere ao futuro como “presente das coisas futuras”, isto é, a expectativa, a espera por aquilo que virá.

Assim, Agostinho, no livro *Confissões*, conclui a análise do tempo propondo uma nova terminologia:

O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes e presente das futuras. Existem, pois, estes três tempos na minha mente que não vejo em outra parte; lembrança presente das coisas passadas, visão presente das coisas presentes e esperança presente das coisas futuras. Se me é lícito empregar tais expressões, vejo então três tempos e confesso que são três.

AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 2000. 11, 20, 26. [Fragmento]

Dessa forma, podemos concluir que, segundo Agostinho, não há três tempos, mas sim três dimensões do presente que se relacionam ou à memória, ou ao instante, ou à expectativa.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (Uncisal) A Filosofia Medieval tem, na Escolástica, seu principal momento. Nela, continua a ocorrer a subordinação da razão à fé, sempre seguindo a doutrina cristã. Em sua formação, contudo, entraram outros elementos que não eram cristãos.

Dentre as opções a seguir, assinale aquela que traz alguns desses elementos.

- A) Significativa influência do pensamento de Averróis, de Avicena e de Maimonides.
- B) Superioridade das verdades humanas sobre as verdades reveladas.
- C) Negação total dos princípios dialéticos, que corrompem a doutrina e pervertem a essência religiosa da Igreja Católica.
- D) Desvinculação dos interesses católicos, à medida que fundamenta o conhecimento racional advindo das universidades medievais.
- E) Pouca importância dada ao pensamento platônico, antes tão influente na Patrística.

02. (Uncisal) A filosofia de Santo Agostinho é essencialmente uma fusão das concepções cristãs com o pensamento platônico. Subordinando a razão à fé, Agostinho de Hipona afirma existirem verdades superiores e inferiores, sendo as primeiras compreendidas a partir da ação de Deus. Como se chama a teoria agostiniana que afirma ser a ação de Deus que leva o homem a atingir as verdades superiores?

- A) Teoria da Predestinação
- B) Teoria da Providência
- C) Teoria Dualista
- D) Teoria da Emissão
- E) Teoria da Iluminação

03. (UFU-MG) Na medida em que o Cristianismo se consolidava, a partir do século II, vários pensadores, convertidos à nova fé e aproveitando-se de elementos da filosofia greco-romana que eles conheciam bem, começaram a elaborar textos sobre a fé e a revelação cristãs, tentando uma síntese com elementos da filosofia grega ou utilizando-se de técnicas e conceitos da filosofia grega para melhor expor as verdades reveladas do Cristianismo. Esses pensadores ficaram conhecidos como os Padres da Igreja, dos quais o mais importante a escrever na língua latina foi Santo Agostinho.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos de Filosofia: Ser, Saber e Fazer*. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 128 (Adaptação).

Esse primeiro período da filosofia medieval, que durou do século II ao século X, ficou conhecido como

- A) Escolástica.
- B) Neoplatonismo.
- C) Antiguidade tardia.
- D) Patrística.

04. (UFU-MG) Segundo o texto a seguir de Agostinho de Hipona (354-430 d. C.), Deus cria todas as coisas a partir de modelos imutáveis e eternos, que são as ideias divinas. Essas ideias ou razões seminais, como também são chamadas, não existem em um mundo à parte, independentes de Deus, mas residem na própria mente do Criador,

[...] a mesma sabedoria divina, por quem foram criadas todas as coisas, conhecia aquelas primeiras, divinas, imutáveis e eternas razões de todas as coisas, antes de serem criadas [...].

Sobre o Gênese, V.

Considerando as informações anteriores, é correto afirmar que se pode perceber

- A) a modificação, feita por Agostinho, de certas ideias do cristianismo a fim de que este seja concordante com a filosofia de Platão, que ele considerava a verdadeira.
- B) uma crítica radical à filosofia platônica, pois esta é contraditória com a fé cristã.
- C) a influência da filosofia platônica sobre Agostinho, mas esta é modificada a fim de concordar com a doutrina cristã.
- D) uma crítica violenta de Agostinho contra a filosofia em geral.

05. (UEG-GO) A casa de Deus, que cremos ser uma, está, pois, dividida em três: uns oram, outros combatem, e outros, enfim, trabalham.

BISPO ADALBERON DE LAON, século XI, *apud* LE GOFF, Jacques. *A civilização do ocidente medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. p. 45-46.

A sociedade do período medievo possuía, como uma de suas características, a estrutura social extremamente rígida e segmentada. A sociedade dos homens era um reflexo da sociedade divina. Essa estrutura é uma herança da filosofia

- A) patrística, de Santo Agostinho.
- B) escolástica, de Abelardo.
- C) racionalista, de Platão.
- D) dialética, de Hegel.

06. (UFU-MG) A filosofia de Agostinho (354-430) é estreitamente devedora do platonismo cristão milanês: foi nas traduções de Mário Vitorino que leu os textos de Plotino e de Porfírio, cujo espiritualismo devia aproximá-lo do cristianismo. Ouvindo sermões de Ambrósio, influenciados por Plotino, que Agostinho venceu suas últimas resistências (de tornar-se cristão).

G86T

PEPIN, Jean. Santo Agostinho e a patrística ocidental. In: CHÂTELET, François (Org.) *A Filosofia medieval*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. p. 77.

Apesar de ter sido influenciado pela filosofia de Platão por meio dos escritos de Plotino, o pensamento de Agostinho apresenta muitas diferenças se comparado ao pensamento de Platão.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, uma dessas diferenças.

- A) Para Agostinho, é possível ao ser humano obter o conhecimento verdadeiro, enquanto, para Platão, a verdade a respeito do mundo é inacessível ao ser humano.
- B) Para Platão, a verdadeira realidade encontra-se no mundo das Ideias, enquanto, para Agostinho, não existe nenhuma realidade além do mundo natural em que vivemos.
- C) Para Agostinho, a alma é imortal, enquanto, para Platão, a alma não é imortal, já que é apenas a forma do corpo.
- D) Para Platão, o conhecimento é, na verdade, reminiscência, a alma reconhece as Ideias que ela contemplou antes de nascer; Agostinho diz que o conhecimento é resultado da Iluminação divina, a centelha de Deus que existe em cada um.

07. (UFU-MG) Leia o trecho extraído da obra *Confissões*.

Quem nos mostrará o Bem? Ouçam a nossa resposta: Está gravada dentro de nós a luz do vosso rosto, Senhor. Nós não somos a luz que ilumina a todo homem, mas somos iluminados por Vós. Para que sejamos luz em Vós os que fomos outrora trevas.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões IX*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 4, 10. p. 154. (Os Pensadores)

Sobre a doutrina da iluminação de Santo Agostinho, marque a alternativa correta.

- A) A irradiação da luz divina faz com que conheçamos imediatamente as verdades eternas em Deus. Essas verdades, necessárias e eternas, não estão no interior do homem, porque seu intelecto é contingente e mutável.
- B) A irradiação da luz divina atua imediatamente sobre o intelecto humano, deixando-o ativo para o conhecimento das verdades eternas. Essas verdades, necessárias e imutáveis, estão no interior do homem.
- C) A metáfora da luz significa a ação divina que nos faz recordar as verdades eternas que a alma possuía antes de se unir ao corpo.
- D) A metáfora da luz significa a ação divina que nos faz recordar as verdades eternas que a alma possuía e que nela permanecem mediante os ciclos da reencarnação.

08. (UFU-MG) Agostinho escreveu a história de sua vida aos 43 anos de idade. Nas *Confissões*, mais do que o relato da conversão ao cristianismo, Agostinho apresenta também as teses centrais da sua filosofia. Tanto é assim que, ao narrar os primeiros anos de vida e a aquisição da linguagem, o autor já fazia menção à teoria da iluminação divina. Vejamos:

Não eram pessoas mais velhas que me ensinavam as palavras, com métodos, como pouco depois o fizeram para as letras. Graças à inteligência que Vós, Senhor, me destes, eu mesmo aprendi, quando procurava exprimir os sentimentos do meu coração por gemidos, gritos e movimentos diversos dos membros, para que obedecessem à minha vontade.

AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução de J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p. 15.

Analise as assertivas a seguir.

- I. A condição humana é mutável e perecível, por isso não pode ser a mestra da verdade que o homem busca conhecer, ou seja, o conhecimento da verdade não pode ser ensinado pelo homem, somente a luz imutável de Deus pode conduzir à verdade.
- II. A inteligência, dada por Deus, é idêntica à luz imutável, que conduz ao conhecimento da verdade, ambas proporcionam a certeza de que o entendimento humano é divino e dotado da mesma força do Verbo de Deus, que a tudo criou.
- III. A razão humana é iluminada pela luz interior da verdade. Assim, Agostinho formulou, pela primeira vez, na história da filosofia, a teoria das ideias inatas, cuja existência e certeza são independentes e autônomas em relação ao intelecto divino.
- IV. O conhecimento daquilo que se dá exclusivamente à inteligência não é alcançado com as palavras de outros homens, porque elas soam de fora da mente de quem precisa aprender. Portanto, esta verdade só é ensinada pelo mestre interior.

Assinale a alternativa que contém as assertivas verdadeiras.

- A) I e III
- B) I e IV
- C) II e III
- D) II e IV

09. (UFU-MG) A teoria da iluminação divina, contribuição original de Agostinho à filosofia da cristandade, foi influenciada pela filosofia de Platão, porém, diferencia-se dela em seu aspecto central.

Assinale a alternativa a seguir que explicita esta diferença.

- A) A filosofia agostiniana compartilha com a filosofia platônica do dualismo, tal como este foi definido por Agostinho na "Cidade de Deus". Assim, a luz da teoria da iluminação está situada no plano suprassensível e só é alcançada na transcendência da existência terrena para a vida eterna.
- B) A teoria da iluminação, tal como sugere o nome, está fundamentada na luz de Deus, luz interior dada ao homem interior na busca da verdade das coisas que não são conhecidas pelos sentidos; esta luz é Cristo, que ensina e habita no homem interior.

C) Agostinho foi contemporâneo da Terceira Academia, recebendo os ensinamentos de Arcesilau e Carnéades, o que resultou na posição dogmática do filósofo cristão quanto à impossibilidade do conhecimento da verdade, sendo o conhecimento humano apenas verossímil.

D) A alma é a morada da verdade, todo conhecimento nela repousa. Assim, a posição de Agostinho afasta-se da filosofia platônica, ao admitir que a alma possui uma existência anterior, na qual ela contemplou as ideias, de modo que o conhecimento de Deus é anterior à existência.

10. (UFU-MG) Sobre a Filosofia Patrística (séc. I ao séc. VII d.C.), assinale a alternativa incorreta.

A) Fé e razão são irreconciliáveis porque pertencem a domínios distintos, isto é, à fé convém cuidar apenas da salvação da alma e da vida eterna futura, à razão convém cuidar apenas das coisas do mundo.

B) Fé e razão são irreconciliáveis porque a fé é sempre superior à razão.

C) Fé e razão são conciliáveis, mas a fé deve subordinar a razão.

D) Fé e razão são conciliáveis porque Deus, criador perfeito, não introduziu nenhuma discórdia no interior do homem.

11. (UFU-MG) A Patrística, filosofia cristã dos primeiros séculos, poderia ser definida como a

A) retomada do pensamento de Platão, conforme os modelos teológicos da época, estabelecendo estreita relação entre Filosofia e religião.

B) configuração de um novo horizonte filosófico, proposto por Santo Agostinho, inspirado em Platão, de modo a resgatar a importância das coisas sensíveis, da materialidade.

C) adaptação do pensamento aristotélico, conforme os moldes teológicos da época.

D) criação de uma escola filosófica, que visava combater os ataques dos pagãos, rompendo com o dualismo grego.

Escolástica: do auge à decadência da Idade Média e a formação do mundo moderno

A ESCOLÁSTICA E SÃO TOMÁS DE AQUINO



Contexto histórico

Após a queda do Império Romano do Ocidente, a Europa se tornou um território marcado pela fragmentação política, geográfica, econômica, linguística e cultural. Desde Santo Agostinho até os séculos XI e XII, não se viu uma produção filosófica que pudesse ocupar lugar de importância para a história da Filosofia. Santo Agostinho foi considerado o último dos pensadores antigos (devido ao tempo histórico em que viveu e produziu sua filosofia) e o primeiro pensador medieval (devido ao caráter de sua produção filosófica, que buscava uma comunicação entre a religião cristã, com suas verdades, e o pensamento antigo, principalmente o platônico).

Em virtude da formação dos reinos bárbaros na Europa Ocidental, consolidados algum tempo após a queda do Império Romano, não houve, pelo menos em um primeiro momento, qualquer preocupação com a Filosofia. Diante desse novo cenário mundial, marcado pela queda do poder e pela unidade política garantidas pelo Império Romano, a Igreja, que ganhava força, prestígio, riqueza e poder desde 391, devido à oficialização do cristianismo como religião do Império, tornou-se a única instituição forte e capaz de ocupar um papel de destaque nesse novo contexto. Dessa forma, a cultura e a educação tornaram-se praticamente restritas à religião. As obras e os textos da Antiguidade Clássica greco-romana foram mantidos, em sua maioria, tendo em vista sua afinidade com o pensamento cristão, nos mosteiros, que se tornaram centros de cultura e de preservação do saber. Ali, os monges copistas, responsáveis por fazer as cópias manuscritas dessas obras, contribuíram de forma decisiva para a preservação e difusão dessas obras, já que a imprensa só seria inventada na primeira metade do século XV.

A Renascença Carolíngia

Ao longo do tempo e de maneira gradativa, o mundo europeu começou a se reestruturar. Uma das grandes contribuições para a filosofia medieval foi a formação do Sacro Império Romano-Germânico, no início do século IX. No ano 800, Carlos Magno foi sagrado imperador pelas mãos do então Papa Leão III. Com o intuito de formar um Estado forte e consolidado, Carlos Magno promoveu a Renascença Carolíngia, fato que marcou definitivamente a Idade Média e o início da Escolástica. Na intenção de formar pessoas capazes de exercer cargos públicos em funções administrativas, educacionais e culturais em seu Império, Carlos Magno buscou, na Antiguidade Clássica, os conhecimentos necessários para que seu governo fosse realmente consolidado. Nesse momento, ele percebeu ser necessário educar e formar pessoas intelectualmente preparadas para as funções do governo. Fundou, então, as chamadas Escolas Palatinas, nas quais a Filosofia teria uma função determinante. Além de fundar essas escolas, a Renascença Carolíngia foi responsável por organizar o ensino, dividindo-o em dois segmentos: o *trivium* (Gramática, Retórica e Lógica), em que os estudos estavam mais voltados para a linguagem, e o *quadrivium* (Música, Geometria, Aritmética e Física), em que os estudos estavam mais voltados para as ciências matemáticas. *Trivium* e *quadrivium* também foram chamados de as "três vias" e as "quatro vias", respectivamente.

Uma figura de suma importância nessa formação e consolidação do ensino foi o monge Alcuíno de York (730-804), que, em 781, fora chamado pelo imperador Carlos Magno para dirigir a Escola Palatina e transformou-se no organizador dos estudos dentro do Império Franco. Foi ele quem ordenou os estudos segundo as sete disciplinas ou artes liberais, do *trivium* e do *quadrivium*, chamando-as de as sete colunas da sabedoria.

Diante de todo o contexto histórico exposto e de suas nuances para a Filosofia, podemos afirmar que o período conhecido como Escolástica, iniciado por volta dos séculos XI e XII, refere-se a toda a produção filosófico-teológica presente nas escolas e também a todas as pessoas que pertenciam a uma escola específica ou que se identificavam com o seu pensamento.

O problema filosófico da Escolástica

O objetivo central da Escolástica era o mesmo da Patrística: compreender, racionalmente, aquilo em que se acreditava por meio da revelação. A função do pensamento produzido na Escolástica era a de explicar, na medida do possível, tal verdade por meio da inteligência humana e da ajuda de Deus. Tudo o que ultrapassava essa intenção deixava de ser verdadeiro, e quem julgava a verdade era a Igreja, mãe e mestra dos seres humanos.

Outro aspecto importante da Escolástica é o fato de que seus representantes não se dedicavam a criar nada de novo, não havendo, absolutamente, a intenção de obter novas verdades, novos conceitos ou novas doutrinas. O principal objetivo se restringia a compreender a verdade revelada. Assim como na Patrística, os instrumentos para tal explicação e compreensão foram retirados da filosofia clássica, principalmente de Platão e Aristóteles. Desse modo, a Filosofia era somente um caminho que servia à fé, motivo pelo qual a Filosofia era considerada escrava da fé nesse período.

O pensamento escolástico pode ser dividido nas seguintes fases:



O surgimento das universidades

Entre os séculos XI e XIII, as escolas fundadas na Renascença Carolíngia começam a se configurar como universidades. No início de suas fundações, as universidades não eram centros de estudos, mas uma espécie de associações corporativas, tal como sindicatos, que se preocupavam em defender e garantir os interesses de uma determinada classe de pessoas.

As primeiras universidades foram a de Bolonha (Itália), fundada em 1088, e a de Paris (França), fundada por volta de 1170. A Universidade de Bolonha foi organizada por uma corporação de estudantes; já a de Paris foi fundada por uma espécie de corporação mista, formada por estudantes e mestres.

Todas as universidades estavam sob a influência da Igreja, que redigia seus estatutos a fim de limitar tudo o que se pensava e se produzia em seu interior. Contudo, com o tempo, a produção filosófico-teológica das universidades não se conteve, manifestando seu caráter questionador, chegando a criticar a própria Igreja. Assim, as universidades acabavam por deter uma certa “liberdade” em relação às escolas, ao ganhar cada vez mais notoriedade, desvinculando-se do poder eclesial local.



Divulgação

Selo da Universidade de Bolonha, a mais antiga do mundo, fundada em 1088.

Dois foram os efeitos da fundação das universidades para o cristianismo:

- I) O surgimento de um grupo de mestres, que poderiam ser sacerdotes ou leigos, aos quais a Igreja confiava a tarefa de transmitir a doutrina cristã.

Se, até então, a tarefa de ensinar estava somente nas mãos da hierarquia eclesiástica, agora havia um terceiro poder além do eclesiástico e do régio, o dos intelectuais, que exerceram papel importante na formação cultural da sociedade.

- II) A abertura das universidades para que estudantes e mestres de qualquer classe social pudessem ter acesso ao ensino e ao estudo.

Apesar de, mais tarde, as universidades se tornarem aristocráticas, em um primeiro momento, elas eram populares, de modo que os filhos de camponeses e de artesãos e outros jovens pobres, com o auxílio de benefícios incentivadores, como isenção de taxas, bolsas de estudo e alojamento gratuito, podiam ingressar e terminar seus estudos na instituição.

Uma vez membro de uma universidade, as diferenças entre classes sociais praticamente desapareciam. Assim, os estudantes eram diferenciados, sobretudo, pela cultura adquirida e pelo conhecimento acumulado e demonstrado no dia a dia da *lectio-disputatio*, o que lhes garantia a qualidade de “nobres”.

Paralelamente às universidades de Bolonha e de Paris, outros centros de estudos surgiram em toda a Europa: Oxford, na Inglaterra (1167); Pádua, na Itália (1222); Nápoles, na Itália (1224); Cambridge, na Inglaterra (1230), entre outras.



Laurentius de Voltolina / Museu de Impressões e Desenhos de Berlim

Representação de uma lição por Henricus de Alemannia em uma universidade medieval.

O corpo doutrinário conhecido como Escolástica se construiu dentro desses centros de estudos, primeiramente nas escolas (*scholae*) e, posteriormente, nas universidades (*universitas*). Devido ao apurado senso crítico e grande capacidade lógica desses intelectuais, cresceu a necessidade de compreensão da fé. Houve, assim, mais do que na Patrística, uma tentativa de aplicação da razão ao campo da fé, buscando uma sistematização das crenças religiosas.

Contudo, a razão continuava serva da fé, de forma que a Filosofia servia à Teologia apenas para a interpretação (exegese) da *Bíblia Sagrada* e para a sistematização doutrinária (referente aos dogmas da Igreja). Dessa forma, a utilização dos textos clássicos de Platão e de Aristóteles era feita de forma seletiva (já que nem tudo servia à fé cristã) a fim de encontrar argumentos para a defesa e explicação da fé. O objetivo era mostrar que as verdades reveladas não eram contrárias à razão, sendo possível encontrar, na racionalidade humana, sua perfeita realização enquanto mensagem de Deus aos seres humanos.

SÃO TOMÁS DE AQUINO E O ARISTOTELISMO CRISTÃO



Fra Angelico / Domínio Público

São Tomás de Aquino, o Doutor Angélico, título recebido como Doutor da Igreja. Suas ideias estão entre as mais importantes que compõem a base doutrinária da Igreja Católica.

O pensamento de Tomás de Aquino (1225-1274) é reconhecido por muitos teóricos como um dos mais bem elaborados da história da Filosofia. Dentre suas inúmeras obras, destaca-se a *Suma Teológica*, em que o pensador discute 512 questões acerca do mundo natural e do mundo espiritual. Inspirando-se em Aristóteles, desenvolveu um pensamento lógico que representa uma das mais significativas sínteses entre cristianismo e Filosofia.

Uma característica da filosofia de Tomás de Aquino é a de opor argumentos acerca de um mesmo problema, tendo ficado conhecido por sua honestidade intelectual. O filósofo, ao expor um problema em relação à fé cristã ou a Deus, não escondia os argumentos contrários em relação à questão discutida, trabalhando tanto os pontos positivos quanto os negativos, buscando encontrar, pela razão, a solução para a questão discutida. Não tinha medo da verdade, pois tinha convicção de que, em última instância, a verdade da razão não poderia contrariar a verdade da fé.

A relação entre fé e razão

Diferentemente de Agostinho, para Tomás de Aquino, a pessoa pode e deve pensar por conta própria, inclusive podendo alcançar verdades sobre o mundo utilizando somente sua razão natural, sem o auxílio de Deus. Fé e razão são inseparáveis, complementam-se na medida em que a razão leva à fé e esta, por sua vez, é racionalmente compreendida.

A Filosofia tem, portanto, sua autonomia, mas não pode dizer tudo sobre o que está investigando, sendo incapaz de conhecer tudo o que se tem para ser conhecido. De forma análoga, para o filósofo, é a fé que qualifica a razão. Assim, segundo Tomás de Aquino, o conhecimento filosófico é parcial e necessita da Teologia para conhecer completamente as coisas.

A fé, portanto, melhora a razão, assim como a Teologia melhora a Filosofia. A graça não suplanta, mas aperfeiçoa a natureza. E isso significa duas coisas:

- I) a Teologia retifica a Filosofia, não a substitui, assim como a fé orienta a razão, não a elimina;
- II) a Filosofia, como preâmbulo da fé, tem sua autonomia, porque é formulada com instrumentos e métodos não assimiláveis aos da Teologia.

REALE, Giovanni. *História da Filosofia: Patrística e Escolástica*. São Paulo: Paulus, 2007. p. 213. [Fragmento]

Para Tomás de Aquino, não há contraposição entre fé e razão. Pelo contrário, para ele, há verdades que dizem respeito a problemas simples, sendo, por isso, acessíveis ao ser humano por meio da razão natural, e há outras que não são acessíveis pela razão, como as verdades sobre a existência de Deus. Para Tomás de Aquino, o que une todas as pessoas, cristãs ou não, é a razão, comum a todos, por meio da qual haveria um encontro de vontades e de verdades, base de um conhecimento teológico posterior.

A teologia de Tomás de Aquino: as cinco provas da existência de Deus

Ao elaborar as cinco provas ou vias da existência de Deus, a intenção de Tomás de Aquino era provar, de forma racional e necessária, que Deus existe. Para tanto, o filósofo partiu da existência dos seres reais no mundo, para, daí, alcançar a Deus, partindo não do ser em si, Deus, fundamento e origem de todas as coisas, mas deste sendo a base para a existência de tudo.

I) A primeira via ou a via do movimento:

Esse argumento antecipa, de alguma maneira, os demais, principalmente o segundo e o terceiro. Tomás de Aquino parte da premissa de que tudo o que se move precisa, para se mover, da ação de outro ser. Dessa forma, tudo tem o movimento em potência (ou possibilidade – poder ser), que se transforma em ato somente quando outro ser age sobre ele, fazendo-o movimentar-se. Ora, se buscarmos “o que movimenta o quê”, ou seja, qual ser colocou em movimento o outro ser, cairíamos em um processo infinito, o que não resolveria o problema. Assim, Tomás de Aquino conclui que é necessário que exista um primeiro ser, o primeiro motor, que movimenta tudo, dando início ao movimento dos demais seres, mas que não é movimentado por nada. Esse ser só pode ser Deus.

II) A segunda via ou a via da causa eficiente:

É importante perceber que os termos utilizados por Tomás de Aquino são, em sua maioria, retirados da filosofia de Aristóteles. Nesse sentido, de acordo com o pensamento aristotélico, por "causa eficiente" entende-se aquilo que produz. Dessa forma, a essência argumentativa da segunda via acompanha a da primeira, alterando somente o princípio: se um ser existe, é porque foi causado, produzido por outro ser. Este, por sua vez, também foi produzido por outro, e assim sucessivamente. Assim, se fôssemos procurar a causa eficiente de todas as coisas, cairíamos em um processo infinito, não chegando a uma resposta para o problema, tal como na primeira via. Portanto, é necessário acreditar que existiu uma primeira causa eficiente que não foi criada por algo anterior e que é causa eficiente de todas as coisas. Essa causa só pode ser Deus.

III) A terceira via ou via da contingência:

O argumento da terceira via segue o mesmo caminho da primeira e da segunda vias, mudando somente o princípio. O princípio do movimento (primeira via) afirma que tudo o que se move é movido por outro ser. O princípio da causa eficiente (segunda via) prova que tudo o que existe só existe porque há uma causa eficiente que o produziu.

O princípio da terceira via atesta que tudo o que existe é criado; sendo criado, é contingente (não tem em si a causa de sua própria existência), dependendo de outro ser, o ser necessário, para que possa existir. Se assim não fosse, hoje nada existiria, pois, se tudo é criado por outro ser, tendo então um início e um fim, antes de seu início, ele não existia, e, se não houvesse algo antes de seu início que fosse a causa de sua existência, hoje também nada existiria, já que, alguma vez, nada existiu.

Da mesma forma dos demais argumentos, se buscássemos saber qual é o ser necessário de todos os seres existentes, indo de um a outro, sempre compreendendo que o ser necessário o é em relação ao contingente, mas este é contingente porque também foi criado por outro que foi seu ser necessário, cairíamos num processo infinito que não resolveria o problema. Dessa forma, é forçoso acreditar que exista um primeiro ser necessário, que criou tudo e não foi criado por algo anterior, não sendo contingente, mas, pelo contrário, o único absolutamente necessário. Esse ser é Deus.

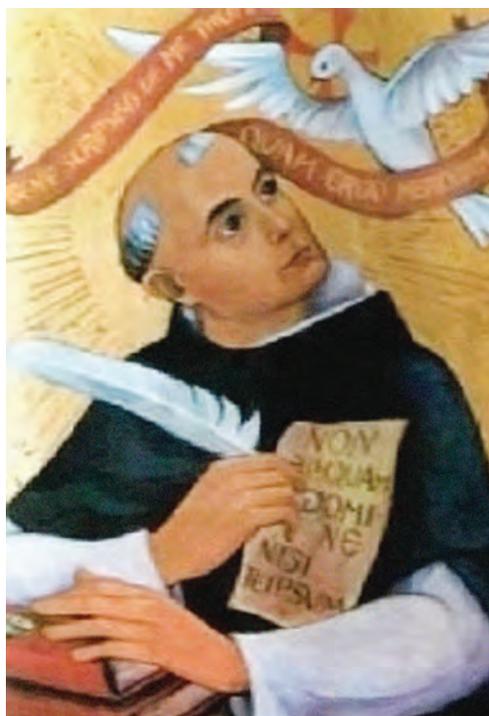
IV) A quarta via ou via dos graus de perfeição:

Esse argumento se distancia um pouco da argumentação presente nas vias anteriores. Nele, Tomás de Aquino utiliza a ideia de qualidade que os seres podem ter. Para que se afirme que um ser tem mais ou menos qualidade positiva, é necessário que se tenha um referencial.

Dessa forma, um ser será mais ou menos belo em relação a outro ser, que é mais ou menos belo também em relação a um outro. Assim, se os seres têm ou não alguma qualidade positiva, sempre em relação a outros seres, é necessário acreditar que exista um ser com o máximo dessa qualidade para que seja o referencial máximo com base no qual todos os outros serão qualificados. Esse ser é Deus, que é o máximo em bondade, beleza, justiça, etc.

V) A quinta via ou via do finalismo:

O quinto argumento diz que existem seres inteligentes (o ser humano) e outros seres não inteligentes. Esses seres não inteligentes agem sempre da mesma forma, de modo a alcançar um fim para o qual foram criados. Ora, se eles têm um fim, mas não são inteligentes, há de se acreditar que um ser superior de suma inteligência os criou e deu, a cada um deles, uma finalidade própria, sempre da mesma forma, buscando atingir tal fim. Assim, é necessário acreditar que exista um ser sumamente inteligente que criou, direcionou e deu uma ordem, uma regularidade e uma finalidade a todos os seres não inteligentes. Esse ser é Deus.



Para Tomás de Aquino, Deus é o ser que criou, ordenou e direcionou todos os seres vivos.

Com tais argumentos, utilizando os princípios e a lógica aristotélicos, Tomás de Aquino prova que Deus existe. Seu pensamento parte de fundamentos físicos para alcançar a existência de um ser sobrenatural, Deus, o criador de tudo o que existe.

FILOSOFIA RENASCENTISTA E MODERNIDADE: NOVAMENTE O SER HUMANO NO CENTRO



A modernidade



Sandro Botticelli / Galleria Uffizi

Representação do quadro O Nascimento de Vênus, clássico da arte renascentista.

Tradicionalmente, entende-se o período denominado Modernidade como aquele que vai do século XVII ao século XIX. Mais precisamente, esse período iniciou-se com a filosofia de Blaise Pascal e a de René Descartes, conhecidos como os “fundadores” da Modernidade.

A ideia de Modernidade, ou de Período Moderno, está intrinsecamente ligada à ideia de novidade, de novos tempos. Nessa perspectiva, percebe-se a oposição entre a Idade Média, conhecida como a “Idade das Trevas”, e a Modernidade, caracterizada pelo revigoramento do espírito investigativo e crítico do ser humano, que renasce das ideias de conhecimento típicas do pensamento antigo.

Trataremos da Modernidade incluindo nela o período denominado Renascimento, porque o que permeia esses dois períodos da Filosofia é a ideia de novidade e ruptura com o pensamento anterior, o qual, tido como retrógrado, deve ser substituído ou ressignificado.

Por isso, é imprescindível que nos voltemos ao contexto histórico no qual o Período Moderno surgiu, já que a Filosofia é sempre filha da História, que traça os caminhos e desafios a serem compreendidos pelo pensamento filosófico.

Diversos fatores históricos e filosóficos constituíram as bases para o pensamento moderno. Entre eles, apontamos os mais importantes:

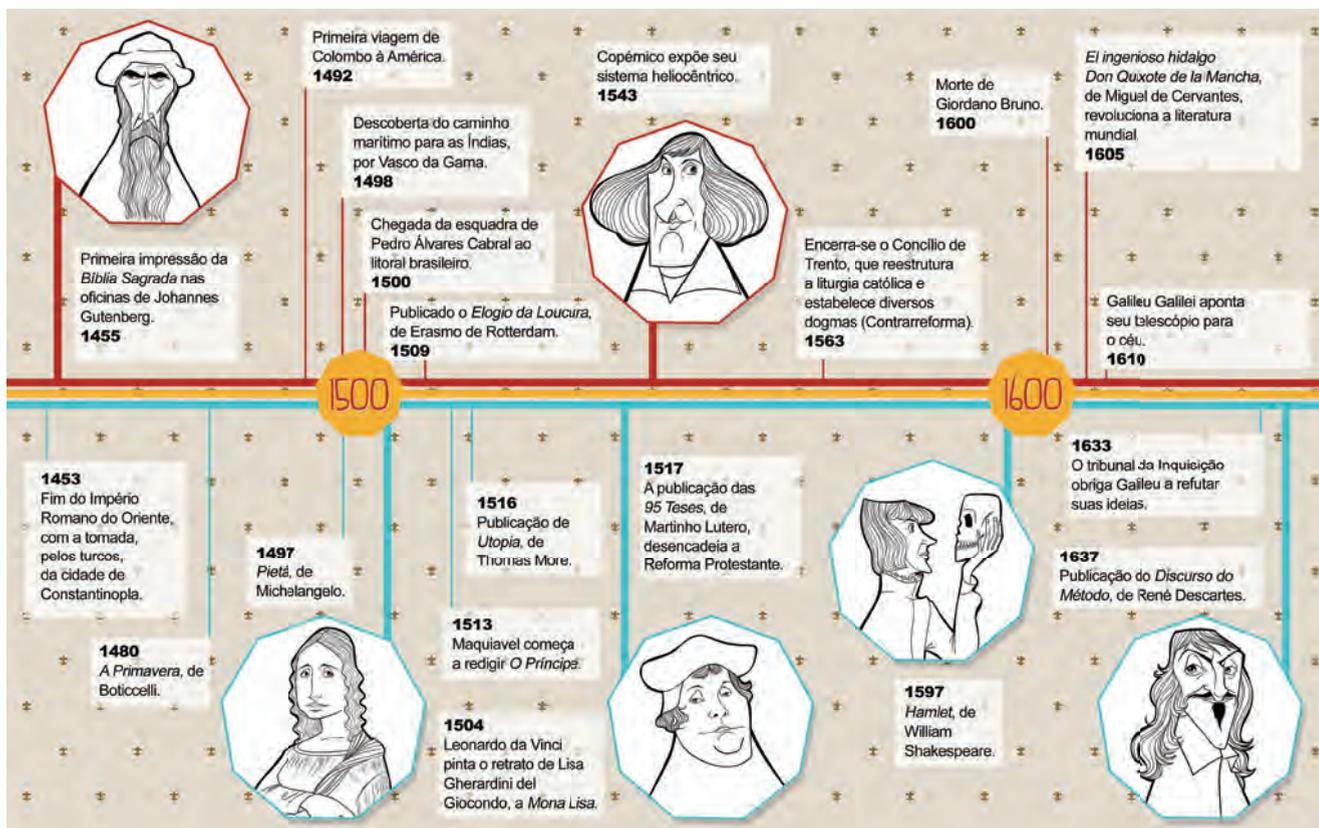
- **Passagem do feudalismo para o capitalismo**, representando o surgimento de uma classe social denominada burguesia, detentora do poder econômico em oposição ao poder político representado pela nobreza. Essa nova classe exerce grande pressão para que seus interesses sejam considerados, tal como segurança, moeda única e menos impostos, entre outras reivindicações, fazendo com que a estrutura estática da Baixa Idade Média, fundamentada na posse de terra, entre em crise.
- **Formação dos Estados nacionais**. A pressão burguesa para que o rei atenda às suas necessidades, tornando mais viável e lucrativo seus negócios, fez com que houvesse uma gradual transformação na política medieval, dando início à formação dos Estados Nacionais, caracterizados pela concentração de poder na mão do rei, formação de um exército nacional que garanta a segurança, unificação dos sistemas de pesos e medidas e racionalização dos impostos, entre outros aspectos. A partir desse momento, o foco tornou-se o enriquecimento do reino, caracterizado principalmente pela expansão do mercantilismo.
- **Quebra da unidade religiosa da Igreja Católica**. A Baixa Idade Média foi marcada por uma crise sem precedentes da Igreja Católica, que se viu em meio a um turbilhão de problemas internos que refletiam diretamente na vida da sociedade. O Nicolaísmo e a Simonia marcaram uma grave crise moral do clero. O comércio de objetos sagrados mostrou a face mais decadente de parte considerável da Igreja que, ávida por enriquecimento, esqueceu sua verdadeira missão e valores cristãos. Diante de tal quadro, Martinho Lutero, monge agostiniano, inconformado com tal realidade, iniciou a Reforma Protestante, fundando um movimento religioso denominado protestantismo. Essa nova igreja se opunha a tais práticas e representou um forte golpe à unidade e poder da Igreja Católica. Vale ressaltar que a Reforma não teve somente intenções religiosas, mas estava intrinsecamente ligada aos interesses da burguesia, que necessitava de legitimação religiosa para a usura, entendida, principalmente pelo calvinismo, como bênção de Deus.

- Desenvolvimento das ciências naturais.** Acompanhando a decadência do pensamento religioso, a Ciência religiosa, que explicava a natureza e seu funcionamento com base nas verdades religiosas, também foi contestada. Desde a fundação, a partir do século XI, das universidades, instituições ligadas e dirigidas pela Igreja Católica, surgiu um pensamento mais livre e, em alguma medida, autônomo por parte dos intelectuais que, apesar de vinculados à religião, encontram mais espaço para suas pesquisas. Desse modo, muitas ideias construídas principalmente a partir do século XIV contestam as crenças tradicionais religiosas acerca do funcionamento da natureza que eram consideradas verdadeiras. Foi nesse momento de profundas transformações que surgiram as Ciências Naturais, caracterizadas pela busca do conhecimento científico da natureza, sem vinculação com a religião.
- Invenção da imprensa.** Quando Gutemberg criou a imprensa, as novas ideias, tanto do protestantismo quanto das Ciências Naturais, puderam ser difundidas com mais rapidez e abrangência por meio de livros, jornais e folhetins. Até então, todos os livros eram cópias feitas a mão, principalmente pelos monges copistas.

Um fato mostra a importância da imprensa para as transformações ocorridas no mundo de então: o primeiro livro a ser publicado e impresso nas prensas de tipos móveis foi a *Bíblia de Gutenberg*, ou *Bíblia de 42 linhas*.

- Mudança do pensamento teocêntrico para um antropocêntrico.** Como consequência clara de todas as transformações históricas que desembocaram na crise da Idade Média, houve uma mudança gradual de um pensamento teocêntrico para um pensamento antropocêntrico. Se, antes, tudo era explicado e dirigido por forças sobrenaturais, nesse novo momento, o ser humano começou a ocupar, gradativamente, o protagonismo do conhecimento pela verdade. Tal transformação ficou conhecida como humanismo renascentista, marcado por um racionalismo laico que teve implicações no modo de compreender e interferir na natureza, vista não mais como simples obra de Deus, mas como um campo vasto e interminável de conhecimento e manipulação pelo ser humano.

De forma sistemática, para que possamos pensar nos grandes acontecimentos dos séculos XV, XVI e XVII, que, sem dúvida, revolucionaram a história da humanidade, podemos citar algumas datas importantes que exprimem a força da revolução no campo da Filosofia e das Ciências desses tempos:



Alguns importantes acontecimentos do mundo moderno.

Studio Kalablu

O HUMANISMO RENASCENTISTA



O termo Renascimento, como referência a um momento histórico, consolidou-se graças à obra *A cultura da Renascença na Itália*, de Jacob Burckhardt (1818-1897), publicada em 1860. Nessa obra, o termo significava um movimento tipicamente italiano, que trazia, em sua essência, o individualismo; a ênfase na vida não religiosa; a laicização da sociedade; a libertação de ser, viver e pensar da religião institucionalizada; a valorização da arte enquanto manifestação dos sentimentos mundanos e de exaltação do ser humano, entendido unicamente como pessoa, e não mais como um ser à imagem e semelhança de Deus e por ele determinado.

Dessa forma, a Renascença representou, na história do pensamento e da humanidade, um momento ímpar de surgimento de ideias novas e livres, contrárias aos ideais de vida medievais. Nesse sentido, a Renascença foi a inauguração do Período Moderno, trazendo consigo os novos valores que seriam amplamente pensados e trabalhados na Modernidade.

A Renascença, portanto, não deve ser compreendida como uma época de progresso contra a estagnação da Idade Média, e sim como um movimento fundamentado no retorno aos clássicos antigos, dinamizando uma nova postura diante do mundo. Segundo esse novo modo de compreender o mundo e o ser humano, as ideias, as verdades e os valores não eram mais revelados por Deus, mas sim construídos pelas pessoas, protagonistas do mundo e não mais somente coadjuvantes na História. Essa ideia rompia com a visão teocêntrica do mundo e estabelecia a visão de mundo antropocêntrica. A frase do sofista Protágoras – “O ser humano é a medida de todas as coisas” –, trazida para esse período quase como um lema a ser seguido, ressalta a valorização do indivíduo como único responsável por compreender o mundo e a si mesmo, sendo o humanismo a ideia que melhor exprime as características do Renascimento.

O Renascimento, enquanto manifestação artística e cultural do ideal humanístico, teve seu início em Florença, na Itália, uma das mais ricas e promissoras cidades europeias naquela época. As artes e a Filosofia representaram, nessa cidade, os ideais próprios do humanismo refletidos na arquitetura, no artesanato e nos valores dos cidadãos. Não é de se estranhar que as igrejas desse período tenham sido construídas a partir de linhas geométricas de inspiração clássica, e que as representações humanas tenham se tornado constantes nas obras de arte, que retratavam pessoas comuns em seus afazeres diários. Até as obras sacras, como as esculturas e os quadros, representavam os santos e o próprio Jesus Cristo não em sua majestade e magnificência, mas com traços comuns às pessoas normais imersas em suas tarefas cotidianas.

Um fato curioso relacionado ao espírito inovador dessa época foi a fundação, em Florença, da Academia Platônica, ou Academia Florentina, coordenada por Marsílio Ficino (1433-1499). A Academia representou, de forma incontestável, a retomada do pensamento grego clássico e era frequentada por pensadores e artistas como Michelangelo. Não podemos dizer que o pensamento escolástico foi extinto absolutamente. No entanto, nesses novos tempos, teve-se a construção de uma alternativa para o pensamento humano, sendo que até a própria Teologia sofreu as influências do humanismo renascentista.

Outra clara manifestação do espírito renascentista foi o afresco pintado por Rafael Sanzio (1483-1520), em 1510, na Stanza della Segnatura (Sala de Assinatura, a biblioteca do papa), no Vaticano, chamado *Escola de Atenas*, reunindo, em uma única obra, os mais importantes filósofos gregos, tendo, ao centro, os dois mais importantes, Platão e Aristóteles. É interessante notar que, mesmo se tratando de figuras de pensadores pagãos, essa obra ocupa lugar de destaque na sala, enquanto, nas demais paredes e janelas, encontram-se outras obras de caráter religioso, que, esteticamente, ocupam uma posição secundária em relação à Escola de Atenas.

Na política, o humanismo renascentista também se destacou. Nesse período, temos os maiores pensadores da política moderna, como Tomás Morus (1478-1535), Erasmo de Roterdã (1466-1533) e, principalmente, Nicolau Maquiavel (1469-1527), conhecido como o fundador da política moderna. Nas obras de Morus e de Erasmo de Roterdã, observa-se o distanciamento do pensamento escolástico e aristotélico em relação à vida política.

Em *O Elogio da Loucura* (1511), Erasmo de Roterdã, utilizando-se de uma ironia refinada e devastadora, critica o racionalismo medieval e suas ideias abstratas e demonstrativas. Em sua obra, a Loucura ganha vida e tece um elogio a si mesma, afirmando ser a rainha da humanidade, pois, sem ela, nada acontece, sendo ela a propulsora oculta da vida, uma vez que ninguém vive fora de seus domínios. Dessa forma, em tom irônico, Erasmo de Roterdã traz à tona os males da humanidade, como a ingratidão, a intolerância e a hipocrisia. Roterdã apresenta o problema vivido em seu tempo entre o protestantismo e o catolicismo e critica tanto a um quanto a outro, por serem ambos pretensamente os proprietários da verdade. Sua obra representa um dos mais importantes sinais do humanismo renascentista ao criticar os problemas religiosos de caráter abstrato e aparentemente sem solução, contra a tendência renascentista de buscar, por meios humanos e concretos, o conhecimento sobre o mundo natural.

Cícero diz que Filosofia não é mais que se preparar para a morte. É por isso que o estudo e a contemplação transportam de alguma forma nossa alma para fora de nós e a mantêm ocupada, separada do corpo. É uma espécie de experiência e semelhança da morte; ou melhor, é fato que toda a sabedoria e todas as considerações do mundo se resolvem por fim neste ponto: ensinar-nos a não ter medo de morrer. Na verdade, ou a razão caçoa, ou deve apenas mirar para a nossa satisfação, e todo o seu esforço deve, em conclusão, tender a fazer-nos viver bem e na alegria, como diz a *Sagrada Escritura*. [...] Todas as opiniões das pessoas são que o prazer é nosso escopo, embora a ele se mire com meios diversos; de outro modo, alguém as expulsaria logo que nascessem, uma vez que quem ficaria ouvindo aquele que pusesse para si como fim nosso sofrimento e nosso infortúnio?

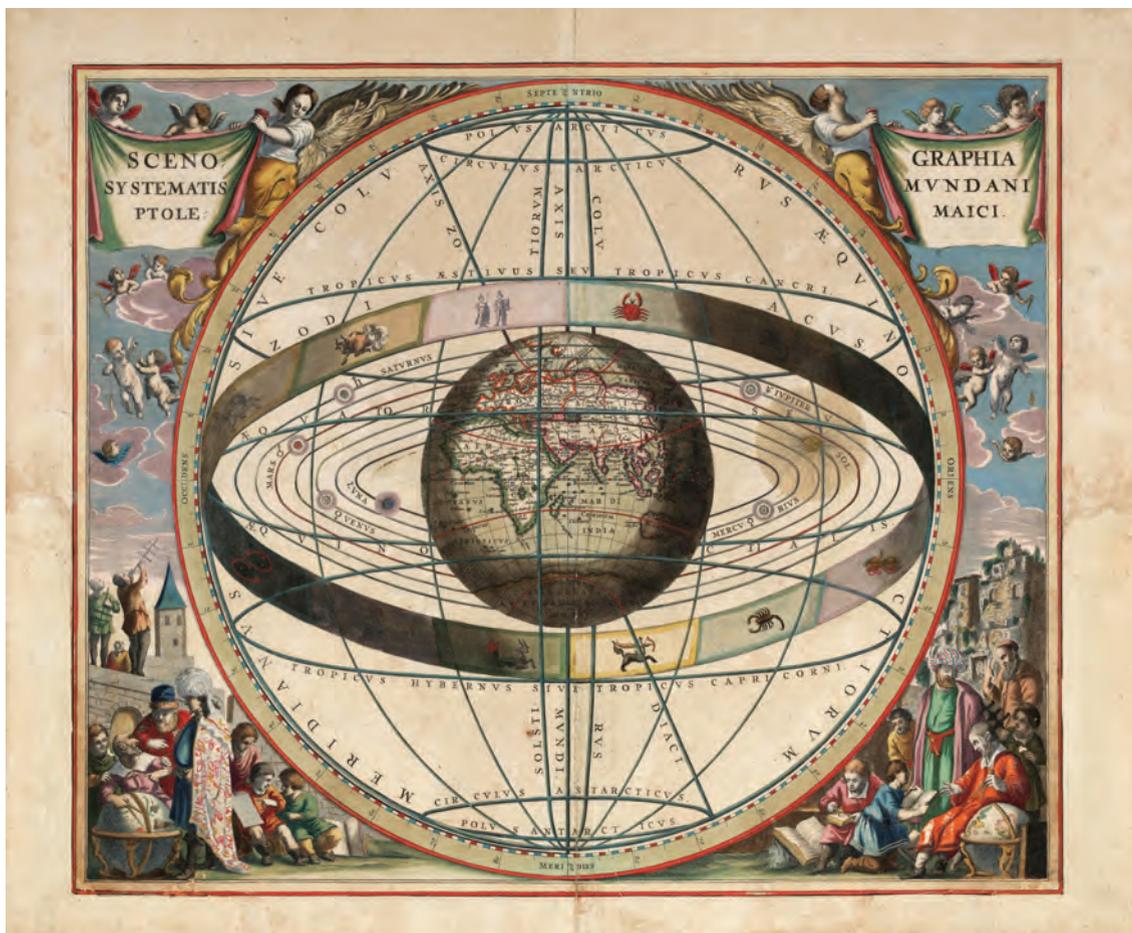
MONTAIGNE, M. *Ensaio*s. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1972. p. 63.

A revolução científica

O período conhecido como Revolução Científica é comumente compreendido como aquele que vai da publicação da obra *Sobre a revolução das órbitas celestes* (1543), de Nicolau Copérnico (1473-1543), até a publicação da obra *Princípios matemáticos da filosofia natural* (1687), de Isaac Newton (1643-1727). Se, até Copérnico, a visão de Universo se fundamentava em princípios aristotélicos e ptolomaicos, em que a Terra estava imóvel e no centro do Universo, com seus escritos, esse desenho se alterou, sendo o Sol o centro do Universo e surgindo, assim, a teoria do heliocentrismo.

A revolução copernicana do pensamento

Durante vinte séculos, a humanidade acreditou cegamente que a Terra estava imóvel e ocupava um lugar central no Universo, sendo que todos os demais astros, inclusive o Sol, giravam ao seu redor. Essa concepção tem sua origem no pensamento de Aristóteles, um dos mais importantes pensadores da História, e no de Cláudio Ptolomeu (90-168), astrônomo e matemático grego que viveu em Alexandria.



Johannes Van Loon / Domínio Público

O sistema de Ptolomeu. Desde o século II até o XVI, acreditava-se que a Terra era o centro do Universo.

Aristóteles elaborou um modelo de Universo hierarquizado, no qual o mundo sublunar, imperfeito, denominado também de região terrestre, estaria sujeito a transformações. Já o mundo supralunar, ou região celeste, seria perfeito, portanto, imutável e eterno. A Terra encontrava-se no centro dessas realidades, uma vez que ela seria o mais pesado dos astros e, por conseguinte, seu lugar natural seria o centro do Universo, permanecendo imóvel.

Ptolomeu, acompanhando o geocentrismo de Aristóteles, em sua famosa obra *Almagesto (O Grande Tratado)*, desenvolve um sistema que apresenta uma diferença em relação ao sistema aristotélico. Em sua concepção, os corpos celestes, estrelas e planetas, movem-se em órbitas circulares em torno da Terra, em um sistema de epiciclos, que seriam círculos com centro em outros círculos. Sua obra foi considerada o grande tratado de Astronomia durante 1 400 anos, até entrar em cena Nicolau Copérnico.

Copérnico não elaborou um sistema definitivo sobre o Universo, uma vez que suas teorias foram reformuladas e corrigidas por Tycho Brahe (1546-1601) e, mais tarde, por Johannes Kepler (1571-1639), que construiu o modelo do Universo aceito atualmente. Porém, seu grande feito foi ter retirado a Terra do centro do Universo, elaborando o modelo heliocêntrico em substituição ao tradicional modelo geocêntrico. Copérnico concebeu a Terra como apenas mais um planeta que está em órbita em torno do Sol e em movimento em torno de si mesma, enquanto o Sol permanece imóvel.

Apesar da novidade, Copérnico não apresentou nenhuma prova experimental que legitimasse suas teorias e, desse ponto de vista, suas ideias não eram mais convincentes do que as de Ptolomeu. Apesar disso, muitos cientistas acompanharam o pensamento copernicano, o que impulsionou estudos mais sofisticados com base em suas ideias, até que elas pudessem ser comprovadas e a Revolução Científica encontrasse seu auge com Galileu e, mais tarde, com Newton.

Essas transformações foram importantes, pois ultrapassaram o campo da Astronomia, ou seja, a Revolução Científica não se restringiu às mudanças sobre o desenho do Universo. As consequências foram muito maiores: junto com essa nova imagem do mundo, nasceu também uma nova concepção de ser humano, de Ciência, de trabalho científico, de atitude frente ao mundo, de instituição, de autoridade, de Filosofia e mesmo de fé.

Ao retirar a Terra do centro do Universo, Copérnico colocou em xeque antigas crenças infundadas e de cunho exclusivamente autoritário. De acordo com essa perspectiva, a Terra não é mais o centro do Universo, mas apenas mais um dos planetas, sendo, inclusive, questionada quanto à sua importância em comparação à de outros planetas.

Assim, o ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, acreditava, até então, que a Terra era o centro do Universo, já que todo o Universo foi feito em função dela e, por sua vez, ela foi criada em função do ser humano. Dessa forma, o ser humano também perdeu o seu lugar de privilégio. Ora, não seria possível, diante desse novo mundo infinito, existirem outros seres humanos em outros planetas? Afinal, a *Bíblia Sagrada* estaria errada quando disse que Josué (Josué 10, 11-13) pediu para Deus parar o Sol e ele o atendeu? E quando, no livro do Eclesiastes (1,4-5), a *Sagrada Escritura* afirma que “a Terra permanece sempre em seu lugar” e que “o Sol surge e se põe voltando ao lugar de onde surgiu”? Alguma coisa parecia mal explicada. Se, antes, tudo tinha um sentido claro e divino, agora, a Ciência fazia desmoronar crenças milenares que, até então, eram inabaláveis.

Se, por um lado, a nova imagem de mundo tomou conta das mentes dos pensadores, por outro, tal novidade influenciou de forma decisiva outros aspectos da vida do indivíduo moderno, como a sua visão sobre as verdades. Enquanto antes a verdade era aquilo dito pelas autoridades religiosas (Igreja) e filosófica (Aristóteles), sendo propriedade de poucas pessoas “iluminadas”, agora, o conhecimento não tinha mais dono, sendo propriedade de todos que se dedicassem a pensar corretamente. Daí a importância de Galileu ao apontar seu telescópio para o céu e também ao fundar o método científico, segundo o qual é verdadeiro tudo o que obedece a um método sistemático e coerente, matematicamente comprovado. Não bastava mais apenas afirmar, mas sim justificar as crenças por meio de experiências.

Diante dessas novidades e de certo saudosismo de um mundo fechado e bem definido, as autoridades cristãs, tanto a católica quanto a protestante, tomaram providências. Copérnico foi duramente criticado por Lutero e por Calvino. A Igreja Católica condenou Galileu por duas vezes e, devido às circunstâncias e para salvar a própria vida, ele foi obrigado a renegar suas ideias diante do Tribunal da Inquisição.

As pessoas deram ouvidos a um astrólogo de quatro vinténs, que se empenhou em demonstrar que é a Terra que gira, e não os céus e o firmamento, o Sol e a Lua [...]. Este louco pretende abalar toda a ciência astronômica; mas a *Sagrada Escritura* nos diz (Josué 10,13) que Josué ordenou ao Sol e não à Terra que parasse.

(Discurso de Lutero contra Copérnico)

Quem terá a ousadia de antepor a autoridade de Copérnico à do Espírito Santo?

(Discurso de Calvino contra Copérnico)

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: do humanismo a Descartes*. Tradução de Ivo Storniolo. v. 3. São Paulo: Paulus, 2007. p. 200.

Galileu Galilei (1564–1642)

Sem dúvida, um dos maiores e mais importantes pensadores da Revolução Científica foi Galileu Galilei. Nascido em Pisa em 1564, estudou Matemática e, desde muito cedo, dedicou-se aos estudos algébricos e, ainda com 20 anos, publicou sua primeira obra, *Teoremas sobre o centro de gravidade dos sólidos*.

Em 1609, recebeu a notícia da existência de um instrumento que mudaria os rumos da ciência moderna, a luneta, e construiu a sua com capacidade de aumento de até 30 vezes. Seu grande feito foi ter ousado apontá-la para o céu, quando fez as grandes descobertas no campo da Astronomia, pelas quais é agraciado com o título de “matemático extraordinário do Estúdio de Pisa”. Devido às suas ideias e descobertas, foi levado ao Tribunal da Inquisição por duas vezes, tendo sofrido como pena a prisão perpétua em sua residência.



Ottavio Leoni / Domínio Público

Representação de Galileu Galilei.

Uma de suas mais extraordinárias ideias, que se contrasta com a visão deísta e religiosa do mundo, diz respeito à necessidade da separação entre o pensamento religioso, que deve se preocupar com os saberes divinos, relacionados à alma e à salvação, e o pensamento científico, que deve se preocupar com as explicações do mundo, da natureza.

[...] A intenção do Espírito Santo é nos ensinar como vai ao céu e não como vai o céu.

GALILEU. Carta à senhora Cristina de Lorena.

In: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario.

História da Filosofia: do humanismo a Descartes.

Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2007. p. 203.

Com essas palavras de Galileu, podemos compreender o grau de comprometimento que suas ideias causaram na relação entre fé e razão. Galileu defendeu que a função das *Sagradas Escrituras* não era ensinar ao ser humano sobre Ciência ou Astronomia, mas sim se preocupar com a relação do ser humano com Deus. Desse modo, Galileu defendeu a autonomia do pensamento e da investigação científica em relação à fé.

A Bíblia Sagrada não é um tratado de Astronomia, portanto, sua intenção não é nos ensinar se o céu se move ou está firme, nem se sua figura é em forma de esfera, de disco ou estendida num plano, nem se a Terra está contida em seu centro ou de um lado.

GALILEU. In: REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario.

História da Filosofia: do humanismo a Descartes. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2007. p. 204. [Fragmento]

Dessa maneira, o filósofo afirma que, quando se trata de conhecimento científico, a pesquisa deve começar não pela consulta às *Sagradas Escrituras*, mas sim pela experiência e pela demonstração. Para Galileu, Ciência e fé são incomensuráveis e, exatamente por isso, compatíveis. A Ciência deve tratar de questões relacionadas às coisas naturais, aos fatos da natureza. Desse modo, enquanto a fé preocupa-se com o sentido da existência do mundo e do ser humano, a Ciência deve se preocupar com “o que” o mundo e o ser humano são, sendo que ambas, cada qual com seu problema, não se excluem, mas que se completam na busca pelo conhecimento.

A concepção mecanicista do Universo

Diante dessa nova visão de Universo e de natureza que agora é construída pela Modernidade, a concepção organicista de Aristóteles e da Escolástica é substituída por uma visão mecanicista de Universo. Isso significa que as coisas, a natureza e o ser humano não funcionam mais de modo aleatório, como acreditavam alguns medievais. De acordo com essa concepção, Deus estaria por trás de todas as transformações e do funcionamento do mundo natural, sendo que nada acontece se não for de sua vontade. Assim, Deus, o grande providente de todas as coisas, não somente criou o mundo, mas o faz caminhar e funcionar de acordo com sua vontade. Ao contrário, nesse novo momento, a natureza passa a ser vista como um mecanismo em funcionamento.

Se o Universo funciona a partir de leis universais, tais leis podem ser conhecidas pelo indivíduo “normal” e não somente pelo “iluminado”, que, até a Idade Média, era o único capaz de conhecer a verdade. A esse respeito, Galileu afirma:

A Filosofia está escrita neste imenso livro que continuamente está aberto diante de nossos olhos (Universo), mas que não se pode entender se primeiro não se aprende a entender sua língua e conhecer os caracteres em que está escrito. Ele está escrito em linguagem matemática e seus caracteres são círculos, triângulos e outras figuras geométricas, meios sem os quais é impossível entender humanamente suas palavras: sem tais meios, vagamos inutilmente por um escuro labirinto.

GALILEU, G. Il saggliatore. In: REALE, G.;

ANTISERI, D. *História da filosofia*. v. 2. Tradução de

Ivo Storniolo. São Paulo: Paulinas, 1990. p. 281. [Fragmento]

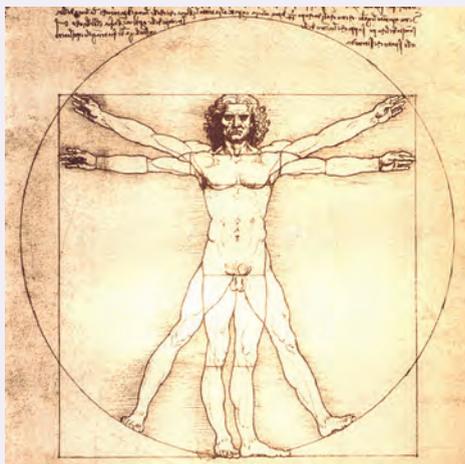
É possível perceber que o Universo passou por um processo de desencantamento. Aquilo que, até então, era misterioso e velado sob os mantos do “sagrado”, está, nesse novo momento, posto às claras e qualquer pessoa pode conhecer, desde que domine sua linguagem, a Matemática.

A Ciência antiga, baseada na contemplação passiva do mundo, cede lugar a uma nova postura caracterizada pela busca do conhecimento prático e com fins de dominação. A Ciência deve servir às pessoas como meio de promoção da vida e de caminhos que as auxiliem em suas tarefas. A busca é por uma Ciência que não seja estéril, mas que traga consigo resultados práticos. Francis Bacon (1561-1626), conhecido como o fundador da Ciência Moderna, defende o papel ativo da Ciência na vida humana. Ao afirmar que “saber é poder”, Bacon busca estabelecer o império do ser humano (*Imperium hominis*), sendo a Ciência o caminho legítimo de dominação da natureza, a fim de transformá-la de acordo com as necessidades humanas.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS



01. (UEL-PR)
5HNW



Em 2012, o Vaticano permitiu o acesso do público a vários documentos, entre eles o Sumário do julgamento de Giordano Bruno e os Atos do processo de Galileu. As teorias desses estudiosos, juntamente com o *Homem Vitruviano*, são exemplos de uma profunda transformação no modo de conceber e explicar o conhecimento da natureza.

Com base nos conhecimentos sobre a investigação da natureza no início da ciência moderna, particularmente em Galileu, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

- () A nova atitude de investigação rendeu-se ao poder de convencimento argumentativo da Igreja, a ponto de o próprio Galileu, ao abjurar suas teses, ter se convencido dos equívocos da sua teoria.
- () A observação dos fenômenos, a experimentação e a noção de regularidade matemática da natureza abalaram as concepções que fundamentavam a visão medieval de mundo.
- () O abandono da especulação levou Galileu a adotar pressupostos da filosofia de Aristóteles, pois esse pensador possuía uma concepção de experimentação similar à sua.
- () O método de investigação da natureza restringia-se àquilo que podia ser apreendido imediatamente pelos sentidos, uma vez que o que está além dos sentidos é mera especulação.
- () Uma das razões mais fortes para a condenação de Galileu foi sua identificação da imperfeição dos corpos celestes, o que contrariava os dogmas da igreja.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- A) V, V, V, F, F.
- B) V, V, F, V, F.
- C) V, F, V, F, V.
- D) F, V, F, F, V.
- E) F, F, V, F, V.

02. (UFF-RJ) A grande contribuição de Tomás de Aquino para a vida intelectual foi a de valorizar a inteligência humana e sua capacidade de alcançar a verdade por meio da razão natural, inclusive a respeito de certas questões da religião.

Discorrendo sobre a “possibilidade de descobrir a verdade divina”, ele diz que há duas modalidades de verdade acerca de Deus. A primeira refere-se a verdades da revelação que a razão humana não consegue alcançar, por exemplo, entender como é possível Deus ser uno e trino. A segunda modalidade é composta de verdades que a razão pode atingir, por exemplo, que Deus existe.

A partir dessa citação, indique a afirmativa que melhor expressa o pensamento de Tomás de Aquino.

- A) A fé é o único meio de o ser humano chegar à verdade.
- B) O ser humano só alcança o conhecimento graças à revelação da verdade que Deus lhe concede.
- C) Mesmo limitada, a razão humana é capaz de alcançar certas verdades por seus instrumentos naturais.
- D) A Filosofia é capaz de alcançar todas as verdades acerca de Deus.
- E) Deus é um ser absolutamente misterioso e o ser humano nada pode conhecer d’Ele.

03. (UFF-RJ) Leonardo da Vinci (1452-1519), artista, pensador e inventor, foi um dos responsáveis pelas mudanças profundas da cultura europeia a partir do Renascimento.

Para ele, os que se limitam a imitar o que outros fizeram, em vez de aprender diretamente com a natureza, “tornam-se netos e não filhos da natureza”. Segundo ele, as ciências que “começam e terminam na mente” não possuem verdade, porque nos discursos puramente mentais “não ocorre a experiência, sem a qual nada oferece certeza de si mesmo”.

Considerando essas citações, marque a alternativa que melhor apresenta a concepção de Leonardo da Vinci sobre o conhecimento e a arte.

- A) Sábios são aqueles que se submetem aos conhecimentos dos seus antecessores.
- B) A observação e a experiência são indispensáveis para o conhecimento da natureza.
- C) A observação da natureza impede o trabalho da mente.
- D) A observação e a experiência diretas são necessárias somente nas ciências aplicadas.
- E) É prudente confiar apenas nos sábios que nos antecederam.

04. (UFF-RJ) Galileu Galilei é considerado um dos grandes nomes da história da Ciência graças às suas revolucionárias observações astronômicas por meio do telescópio e aos seus estudos sobre o(a)

- A) economia política.
- B) composição da luz.
- C) anatomia humana.
- D) movimento dos corpos.
- E) circulação do sangue.

05. (Uncisal) Com relação à Filosofia Moderna, dados os itens a seguir:

- I. Com exceção de Espinosa e apresentando algumas variações, os filósofos modernos consideram o conhecimento uma representação.
- II. Na filosofia moderna, o método científico segue o ideal da Matemática e busca ser uma *mathesis universalis*.
- III. Diferentemente do pensamento renascentista, que operava com a noção de semelhança, o pensamento moderno critica a semelhança por conta da incapacidade que ela tem de atingir a essência das coisas. Para eles, conhecer pelas causas implica diferenciar as coisas e atingir suas essências invisíveis.
- IV. A interioridade caracteriza a filosofia moderna e supera a subjetividade característica do pensamento medieval.
- V. A razão distingue os pensadores modernos. Alguns defendem a razão inata, como Locke e Hume; já outros preconizam a razão advinda das sensações e experiências, como é o caso de Pascal, Leibniz e Descartes.

Verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e III.
- B) I, II e III.
- C) I, IV e V.
- D) III, IV e V.
- E) II e V.

06. (UFSJ-MG) Sobre a Idade Moderna, é correto afirmar que

- A) tradicionalmente, corresponde ao período que vai de meados do século XV até fins do século XVIII.
- B) inaugurou a passagem do Renascimento ao racionalismo científico.
- C) tinha como mote de reflexão o pensamento contemplativo e a submissão às verdades dogmáticas.
- D) apropriou-se da máxima “maior valia” para estimular e sedimentar o comércio e a mentalidade capitalista incipiente.

07. (UFU-MG) Com efeito, existem a respeito de Deus verdades que ultrapassam totalmente as capacidades da razão humana. Uma delas é, por exemplo, que Deus é trino e uno. Ao contrário, existem verdades que podem ser atingidas pela razão: por exemplo, que Deus existe, que há um só Deus etc.

AQUINO, Tomás de. Capítulo Terceiro: A possibilidade de descobrir a verdade divina. In: *Súmula contra os Gentios*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 61.

Para São Tomás de Aquino, a existência de Deus se prova

- A) por meios metafísicos, resultantes de investigação intelectual.
- B) por meio do movimento que existe no Universo, na medida em que todo movimento deve ter causa exterior ao ser que está em movimento.
- C) apenas pela fé, a razão é mero instrumento acessório e dispensável.
- D) apenas como exercício retórico.

08. (Unesp) A Modernidade não pertence a cultura nenhuma, mas surge sempre contra uma cultura particular, como uma fenda, uma fissura no tecido desta. Assim, na Europa, a Modernidade não surge como um desenvolvimento da cultura cristã, mas como uma crítica a esta, feita por indivíduos como Copérnico, Montaigne, Bruno, Descartes, indivíduos que, na medida em que a criticavam, já dela se separavam, já dela se desenraizavam. A crítica faz parte da razão que, não pertencendo a cultura particular nenhuma, está em princípio disponível a todos os seres humanos e culturas. Entendida desse modo, a Modernidade não consiste em uma etapa da história da Europa ou do mundo, mas em uma postura crítica ante à cultura, postura que é capaz de surgir em diferentes momentos e regiões do mundo, como na Atenas de Péricles, na Índia do imperador Ashoka ou no Brasil de hoje.

CÍCERO, Antonio. Resenha sobre o livro “O Roubo da História”. *Folha de S. Paulo*, 01 nov. 2008 (Adaptação).

Com a leitura do texto, a Modernidade pode ser entendida como

- A) uma tendência filosófica especificamente europeia e ocidental de crítica cultural e religiosa.
- B) uma tendência oposta a diversas formas de desenvolvimento da autonomia individual.
- C) um conjunto de princípios morais absolutos, dotados de fundamentação teológica e cristã.
- D) um movimento amplo de propagação da crítica racional a diversas formas de preconceito.
- E) um movimento filosófico desconectado dos princípios racionais do Iluminismo europeu.

09. (Unioeste-PR) A pintura compreende as superfícies, as cores e as formas de toda coisa criada pela natureza, enquanto a Filosofia penetra nesses mesmo corpos para considerar suas verdades inerentes, ainda que sem ficar com essas verdades satisfeitas. Não assim o pintor, que abraça a verdade imediata e total dos corpos, pois menos se engana o olho. Todas as ciências que têm sua finalidade nas palavras estão mortas desde o nascedouro, à exceção de sua parte manual, a escritura, que é parte mecânica. Quem reprova a pintura reprova a natureza, porque as obras do pintor representam essa mesma natureza.

VINCI, Leonardo da.

Considerando o texto acima e que Leonardo da Vinci entende a pintura como imitação da natureza por meio das técnicas matemáticas da perspectiva, é incorreto afirmar que

- A) a Filosofia, ao penetrar nos corpos naturais, consegue obter um conhecimento completo das verdades inerentes.
- B) a pintura é superior às outras ciências porque constrói os objetos da mesma maneira que a natureza.
- C) há uma superioridade da visão sobre a palavra escrita na concepção de conhecimento de Leonardo da Vinci.
- D) Leonardo da Vinci considera que a pintura possibilita conhecer os corpos de modo imediato.
- E) encontramos, em Leonardo da Vinci, uma proposta de conhecimento na qual a observação da natureza é fundamental.
10. (Uncisal) Um estudante, ao realizar pesquisas no laboratório da faculdade, segue determinados procedimentos que garantem a validade do seu trabalho. As regras básicas que orientam a produção do conhecimento científico são objetivas e universais, sendo oriundas dos esforços de pensadores da Modernidade. Como os modernos viviam em um ambiente de ruptura e evolução, o estabelecimento de uma metodologia segura que viabilizasse sua produção científica era de suma importância. No tocante ao pensamento moderno, assinale a opção que contradiz seus fundamentos.
- A) Humanismo, valorização da livre iniciativa e originalidade do homem, ruptura com a tradição.
- B) Individualismo, ceticismo e oposição entre o antigo e o novo.
- C) Ênfase na individualidade, valorização do novo, profunda visão humanista.
- D) Ratificação da autoridade institucional, conservadorismo, manutenção do modelo geocêntrico de cosmo.
- E) Ceticismo, afirmação da linguagem matemática, negação da ciência contemplativa antiga em prol de uma ciência ativa.
11. (UEG-GO) Durante seu reinado, Carlos Magno buscou reverter o quadro de estagnação cultural gerado pelas invasões bárbaras, quando muito do conhecimento da Antiguidade clássica havia se perdido. Reuniu então, com o apoio da Igreja, grandes sábios que deveriam transmitir sua sabedoria nas escolas da época.

Esses grandes mestres foram chamados *scholasticos*. As matérias ensinadas por eles nas escolas medievais eram chamadas de artes liberais e foram divididas em

- A) fé e razão.
- B) Matemática e Gramática.
- C) trívio e quadrívio.
- D) Teologia e Filosofia.
12. (UEMA) Das alternativas abaixo, marque aquela que apresenta o sentido de cultura elaborado pelos humanistas no Renascimento do século XVI.
- A) Cultura é a valorização do trabalho, pois se acredita que, pelo trabalho, o homem não só aprimora suas habilidades como também ganha dignidade.
- B) Cultura é o cultivo do espírito no sentido de seguir firmemente os ordenamentos de Deus aqui na Terra como necessário para a salvação da alma.
- C) Cultura é o cultivo do espírito, exprimindo a ação de desenvolver a capacidade intelectual e de aprimorar as qualidades naturais dos homens.
- D) Cultura seria associada à prática do lazer, do cultivo às artes, à Ciência e às letras.
- E) Cultura seria o fazer humano por meio do qual o homem produz bens materiais e se autoproduz.

13. (UFU-MG) Considere o seguinte texto sobre Tomás de Aquino (1226-1274).

Fique claro que Tomás não aristoteliza o cristianismo, mas cristianiza Aristóteles. Fique claro que ele nunca pensou que, com a razão se pudesse entender tudo; não, ele continuou acreditando que tudo se compreende pela fé: só quis dizer que a fé não estava em desacordo com a razão, e que, portanto, era possível dar-se ao luxo de raciocinar, saindo do universo da alucinação.

ECO, Umberto.

Elogio de santo Tomás de Aquino.

In: *Viagem na irrealidade cotidiana*. p. 339.

É correto afirmar, segundo esse texto, que

- A) Tomás de Aquino, com a ajuda da filosofia de Aristóteles, conseguiu uma prova científica para as certezas da fé, por exemplo, a existência de Deus.
- B) Tomás de Aquino se empenha em mostrar os erros da filosofia de Aristóteles para mostrar que essa filosofia é incompatível com a doutrina cristã.
- C) o estudo da filosofia de Aristóteles levou Tomás de Aquino a rejeitar as verdades da fé cristã que não fossem compatíveis com a razão natural.
- D) a atitude de Tomás de Aquino diante da filosofia de Aristóteles é de conciliação dessa filosofia com as certezas da fé cristã.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem) Assentado, portanto, que a Escritura, em muitas passagens, não apenas admite, mas necessita de exposições diferentes do significado aparente das palavras, parece-me que, nas discussões naturais, deveria ser deixada em último lugar.

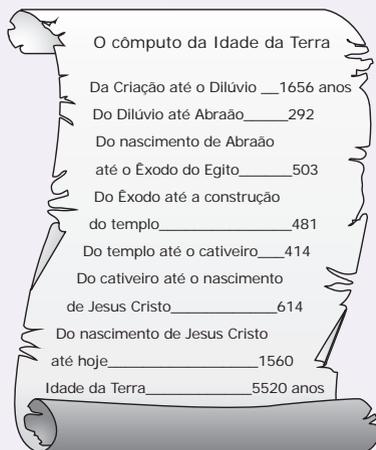
GALILEI, G. Carta a Dom Benedetto Castelli. In: *Ciência e fé: cartas de Galileu sobre o acordo do sistema copernicano com a Bíblia*. São Paulo: UNESP, 2009 (Adaptação).

O texto, extraído da carta escrita por Galileu (1564-1642) cerca de trinta anos antes de sua condenação pelo Tribunal do Santo Ofício, discute a relação entre Ciência e fé, problemática cara no século XVII. A declaração de Galileu defende que

- A) a *Bíblia*, por registrar literalmente a palavra divina, apresenta a verdade dos fatos naturais, tornando-se guia para a Ciência.
- B) o significado aparente daquilo que é lido acerca da natureza na *Bíblia* constitui uma referência primeira.
- C) as diferentes exposições quanto ao significado das palavras bíblicas devem evitar confrontos com os dogmas da Igreja.
- D) a *Bíblia* deve receber uma interpretação literal porque, desse modo, não será desviada a verdade natural.
- E) os intérpretes precisam propor, para as passagens bíblicas, sentidos que ultrapassem o significado imediato das palavras.

02. (Enem)

Documento I



O cômputo da Idade da Terra	
Da Criação até o Dilúvio	1656 anos
Do Dilúvio até Abraão	292
Do nascimento de Abraão até o Êxodo do Egito	503
Do Êxodo até a construção do templo	481
Do templo até o cativeiro	414
Do cativeiro até o nascimento de Jesus Cristo	614
Do nascimento de Jesus Cristo até hoje	1560
Idade da Terra	5520 anos

Documento II

Avalia-se em cerca de quatro e meio bilhões de anos a idade da Terra, pela comparação entre a abundância relativa de diferentes isótopos de urânio com suas diferentes meias-vidas radiativas.

Considerando os dois documentos, podemos afirmar que a natureza do pensamento que permite a datação da Terra é de natureza

- A) científica no primeiro e mágica no segundo.
- B) social no primeiro e política no segundo.
- C) religiosa no primeiro e científica no segundo.
- D) religiosa no primeiro e econômica no segundo.
- E) matemática no primeiro e algébrica no segundo.

GABARITO

Meu aproveitamento 

Propostos

Acertei _____ Errei _____

01. D
02. C
03. B
04. D
05. B
06. B
07. B
08. D
09. A
10. D
11. C
12. C
13. D

Seção Enem

Acertei _____ Errei _____

01. E
02. C



Total dos meus acertos: _____ de _____ . _____ %